

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

Camila Faria Pançardes

**A LUTA POR HEGEMONIA DO PT ENTRE OS MOVIMENTOS
SOCIAIS. Uma análise crítica do Movimento Nacional de Fé e
Política no período dos governos Lula e Dilma Rousseff.**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE MINERAS GERALDES**

**NITERÓI, RJ
2019**

CAMILA FARIA PANÇARDES

**A LUTA POR HEGEMONIA DO PT ENTRE OS MOVIMENTOS
SOCIAIS. Uma análise crítica do Movimento Nacional de Fé e
Política no período dos governos Lula e Dilma Rousseff.**

Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Estudos de Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutor.

Área de Concentração: Movimentos Sociais.

Linha de pesquisa: Movimentos Sociais e Expressões Culturais: participação popular no Brasil e América Latina.

Orientadora: Profa. Dra. Lucí Faria Pinheiro

NITERÓI,
Julho/2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

P1881 Pançardes, Camila Faria
A LUTA POR HEGEMONIA DO PT ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS. :
Uma análise crítica do Movimento Nacional de Fé e Política
no período dos governos Lula e Dilma Rousseff. / Camila Faria
Pançardes ; Lucí Faria Pinheiro, orientadora. Niterói, 2019.
189 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGESS.2019.d.10189559764>

1. Movimentos sociais. 2. Partido dos Trabalhadores. 3.
Movimento Nacional de Fé e Política. 4. Intelectuais
cristãos. 5. Produção intelectual. I. Faria Pinheiro,
Lucí, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense.
Escola de Serviço Social. III. Título.

CDD -

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

A tese intitulada “**A LUTA POR HEGEMONIA DO PT ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS. Uma análise crítica do Movimento Nacional de Fé e Política no período dos governos Lula e Dilma Rousseff**”, elaborada por **Camila Faria Pançardes** e aprovada por todos os membros da banca examinadora, foi aceita pelo programa de estudos pós-graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial à obtenção do título de **Doutora em Política Social**.

Niterói, ..18./....07...../...2019.. .

BANCA EXAMINADORA

Dra. Luci Faria Pinheiro - Orientadora
Universidade Federal Fluminense/UFF

Profa. Dra. Mônica Barison
Centro Universitário de Volta Redonda - UNIFOA

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profa. Dr^a. Emilie Faedo
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr^o Luiz Marcos da Silva
UFF

Profa. Dra. Maria Theresa Menezes
Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. Ariane Rego Paiva
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC

Aos meus dois companheiros de luta, vida e amor, José Rodrigo (meu Zé) e Luíza (minha luz de alegria diária).

AGRADECIMENTOS

Terminar uma tese não é tarefa fácil, mas consegui chegar onde eu queria.

Diante disto, entendi o que significa o aprendizado do doutorado: tornar-me uma pesquisadora com a capacidade analítica de desvendar o real, sem ficar presa à empiria e não cair também no teorismo. Complicado foi realizar tal passagem, e esta tese foi uma tentativa, ainda que inicial, desse esforço. Enfim, dentre essas tarefas, tentei mergulhar no campo empírico, procurando desvendar esse objeto inicialmente obscuro e bastante confuso, para entender e compreender as relações conflituosas da pesquisa, o que foi uma das tarefas mais difíceis deste trabalho.

Colocar um ponto final às lacunas que abrimos não é algo fácil: depende de coragem, sorte, dedicação, persistência, vontade de compreender o objeto de estudo investigado e, principalmente, de uma excelente orientação. A ótima orientação que a Prof. Dr^a Lucí Faria Pinheiro me proporcionou, marcou de tal modo a minha trajetória acadêmica que jamais esquecerei! Hoje, além de minha orientadora, é minha amiga e minha interlocutora!

A vida é feita de escolhas, e a minha, foi escrever com uma filha em tenra idade, num momento que precisa muito de mim. Foi muito difícil, porém a escolha mais sensata que fiz nos últimos anos. Essa dupla tarefa de criar uma filha e escrever uma tese tornou-se meu maior desafio e, neste sentido, cresci e amadureci neste processo. Desse árduo desafio, tirei a certeza que minha vida são os livros, a Academia, o conhecimento da realidade social. Sou uma pesquisadora e estarei imersa nesse universo para sempre.

Como uma mulher de fé, agradeço a minha Mãezinha – Virgem Maria, mãe de todos os aflitos. Ao Universo e ao Tempo, obrigada queridos amigos! Um dia serei virtuosa como vocês.

Agradeço à minha família. Meu marido e companheiro de vida, José Rodrigo por sua luta diária pelo nosso pão. Enquanto eu quebrava a cabeça nas leituras, você lutava bravamente.

Minha filha Luíza que nasceu nesse período de doutoramento. Me desculpa filha pela ausência e pelos domingos longe de você. Mamãe, te ama mais que tudo e desejo que você ame tanto os livros e valorize seus professores como sua mãe.

À minha enteada, Anna por me ajudar com Luíza em momentos difíceis. Obrigada por ser tão zelosa com sua irmã. Amo você.

À minha enteada, Júlia, obrigada por ser meu amor, minha companheira, e ser tão linda. Te amo.

À Nica, minha querida zeladora desde à infância que retornou para me ajudar com Luíza. Obrigada por tanto amor. Vejo em seus olhos, o amor e dedicação por minha pequena.

Minha mãe, Elma, infinito amor. Obrigada! Mulher forte e aguerrida! Ao meu padrasto Roberto que é um vovô maravilhoso para Luíza e me levava para Niterói, na UFF quando fui proibida de dirigir e andar de ônibus durante a gestação de risco. Tomávamos sorvetes deliciosos!

Aos meus irmãos Roberta e Luiz Cesar pelo companheirismo. Aos meus cunhados André e Juliana. Gratidão!

Ao meu pai Luiz Cesar Faria (*in memoriam*) uma luz de conhecimento em minha vida. De você, pai, eu herdei a fissura por conhecer! Sigamos na luz!

Ao meu sogro, Dr. Paulo Pançardes, obrigada por sua paciência e curiosidade com a tese. Sempre atento e curioso. Um grande interlocutor e homem admirável. Espero me tornar um exemplo de sabedoria como você.

À família Pançardes, minha sogra, Lúcia por sua força e por seu carinho com minha menina. Meu cunhado Eduardo Pançardes por me ceder uma sala para estudar em silêncio e de forma reservada. Foi crucial. Cunhados e sobrinhos que se somaram ao meu coração. Muito obrigada!

Minha segunda família, Shambala que é amor e luz. Umbanda, querida e divisoras de águas em minha alma. Stela, minha grande irmã e iniciadora. Salve!

Salve, Preta Velha Conceição. Minha companheira de tempos e lutas infinitas. Condutora dos meus passos e guardiã.

Meus poucos e maravilhosos amigos que me acompanharam de perto ou de longe: Natália Ribeiro, Ismael, Claudia Toffano e Vagner Caminhas.

Fabiana, minha melhor amiga que me ajudou em momentos cruciais.

Professor Dr. Walter Luiz Fonseca, obrigada meu caríssimo cunhado e amigo por sua paciência em debater metodologia de pesquisa. Foi fundamental.

Aos fisioterapeutas Carla Casiraghi e Bruno Martins por terem me ajudado com a reabilitação da minha coluna. Ao Educador Físico Marco Pêsoa que também tem me ajudado muito. Obrigada!

Ao Programa de Estudos Pós-graduados em política social e em especial, às Professoras Nívea Barros e Mônica Senna. Obrigada pela sensibilidade de vocês num momento crucial.

Agradeço à banca que aceitou participar da avaliação e que contribui para meu crescimento.

À Professora Mônica Barison que aceitou estar nesse momento!

Ao Professor Rodrigo Castelo que me acompanha desde a graduação. Obrigada por suas contribuições na qualificação e na defesa final.

Agradeço ao sociólogo Pedro A. Ribeiro, coordenador nacional do Movimento Nacional de Fé e Política por sua generosidade ao me receber para entrevista durante minha licença-maternidade.

À Capes por ter financiado a pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente aos cristãos, intelectuais e militantes do Movimento Nacional de Fé e Política. Esta luta nos revigora a certeza de que devemos ser resistência diante dos retrocessos na ordem social vigente. E mais do que isso, a certeza de que a teologia da libertação é práxis em movimento. Gratidão, caros intelectuais! O legado de vocês na luta anticapitalista me enche os olhos e provoca-me o tempo todo.

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.
(João Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas).

RESUMO

No Brasil e na América Latina de forma geral, ocorreu um processo que foi crucial para a formação de uma nova cultura política, que põe em questão a propriedade privada, nos marcos da autocracia burguesa a partir da década de 1960, as lutas anticapitalistas mediadas pela relação entre fé e política, que tem origem no atavismo da “*esquerda católica*”. A fé na periferia do mundo se tornou através deste sujeito histórico, fermento para a construção da teologia latino-americana – a Teologia da Libertação. Impulsionada pela práxis libertadora de intelectuais cristãos, associada aos movimentos sociais, tal teologia se constitui em instrumento de análise para interpretar a luta de classes no continente. O Movimento Nacional de Fé e Política, é o objeto de análise dessa pesquisa sobre os meios de construção de hegemonia dos Governos do PT, Luiz Inacio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016). O objetivo central desta tese foi analisar como estes intelectuais acompanharam os governos de esquerda no Brasil. A metodologia aplicada consistiu em pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas, as quais foram realizadas em 2017 e 2018, com um total de 15 intelectuais cristãos que participaram da fundação do referido movimento e ativistas das lutas sociais no Brasil. Aponta-se como conclusões que diante do alinhamento do governo e do setor dirigente do PT à ordem burguesa, a práxis libertadora dos intelectuais cristãos passou por um momento de reflexão crítica, imbuída na crise da militância de esquerda, entretanto seguiu comprometida com as lutas anticapitalistas e por direitos e justiça social, coerente com seu caráter histórico e universal. Os dados mostram que a auto-crítica foi fundamental para a retomada do trabalho do movimento com as bases, na articulação com os movimentos sociais e com as novas configurações das expressões da questão social, como a extrema pobreza, a depredação da natureza e das florestas em benefício do agronegócio.

PALAVRAS CHAVE: Esquerda Católica; Movimento Nacional de Fé e Política; Intelectual Orgânico; Teologia da Libertação, Partido dos Trabalhadores, governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

ABSTRACT

In Brazil and Latin America in general, a process occurred that was crucial for the formation of a new political culture, which questions private property, within the framework of the bourgeois autocracy since the 1960s, the anti-capitalist struggles mediated by relationship between faith and politics, which originates in the atavism of the “Catholic left”. Faith in the periphery of the world has become through this historical subject, leaven for the construction of Latin American theology - the Theology of Liberation. Driven by the liberating praxis of Christian intellectuals, associated with social movements, such theology constitutes an instrument of analysis for interpreting the class struggle on the continent. The National Movement of Faith and Politics is the object of analysis of this research on the means of building hegemony of the governments of the PT, Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff (2003-2016). The main objective of this thesis was to analyze how these intellectuals accompanied the leftist governments in Brazil. The applied methodology consisted of documentary research and semi-structured interviews, which were conducted in 2017 and 2018, with a total of 15 Christian intellectuals who participated in the founding of this movement and activists of social struggles in Brazil. It is pointed out that in the face of the alignment of the PT government and the ruling sector with the bourgeois order, the liberating praxis of Christian intellectuals went through a moment of critical reflection, imbued with the crisis of leftist militancy, but remained committed to the anti-capitalist struggles. and for rights and social justice, consistent with its historical and universal character. The data show that self-criticism was fundamental for the resumption of the movement's work with the grassroots, in articulation with social movements and with the new configurations of expressions of the social question, such as extreme poverty, the depredation of nature and forests. for the benefit of agribusiness.

KEYWORDS: Catholic Left; National Movement of Faith and Politics; Organic Intellectual; Liberation Theology, Workers' Party, Lula and Dilma Rousseff governments.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Governadores eleitos do PT.....96

Gráfico 2 – Prefeituras eleitas do PT.....96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – entrevistados da pesquisa.....	23
Quadro 2 – Cadernos de fé e política.....	140
Quadro 3 – Encontros Nacionais de Fé e Política.....	148

LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Ação Católica

ALN – Aliança Libertadora Nacional

ANC – Assembléia Nacional Constituinte

AP Ação Popular

CEB Comunidade Eclesial de base

CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil

CUT – Central única dos Trabalhadores

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FHC Fernando Henrique Cardoso

JUC Juventude Universitária Católica

JOC Juventude Operária Católica

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MEB Movimento Educação de Base

MEP – Movimento ética na Política

MG – Minas Gerais

MNFeP Movimento Nacional de Fé e Política

OP – Orçamento Participativo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

RJ – Rio de Janeiro

SP – São Paulo

TdL - Teologia da Libertação

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - O BRASIL COMO ECONOMIA PERIFÉRICA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	27
1. A Lei de desenvolvimento desigual e combinado em Trotsky.....	33
2. A teoria do Estado ampliado e Sociedade Civil em Antônio Gramsci	41
3. A questão dos intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia...46	
4. Partido político, reforma intelectual e moral e hegemonia.....	51
CAPÍTULO II – O PROJETO DE CONTRARREVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA E AS PARTICULARIDADES DA ECONOMIA DEPENDENTE	57
1. Capitalismo dependente e luta de classes: o Brasil após o golpe de 1964....	58
2. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: Contexto de crise do capital no Brasil dos anos 90.....	67
3. O <i>impeachment</i> da presidente Dilma Rousseff, luta de classes e hegemonia neoliberal.....	74
4. O projeto das esquerdas na América Latina.....	80
CAPÍTULO III- PARTIDO DOS TRABALHADORES, ESTADO E PODER	85
1. O novo sindicalismo e a emergência de um partido para os trabalhadores.....	86
2. Os primeiros 20 anos do Partido dos Trabalhadores. Contra a ordem ou pela ordem?.....	93

3. Presidência da República e hegemonia petista: governo Lula e Dilma Rousseff (2013 – 2016).....	110
4. Governo Dilma Rousseff.....	119
CAPÍTULO IV - A TEOLOGIA LATINO-AMERICANA E O MOVIMENTO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA. FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS PARA O ATIVISMO CRISTÃO	123
1. A dependência como geradora de pobreza e violência. O marco da teologia latino-americana.....	124
2. A ofensiva neoliberal e a emergência do Movimento Nacional de Fé e Política.....	136
3. Os agentes do MNFeP como intelectuais orgânicos na luta pela unidade latino-americana das Esquerdas.....	150
4. A dialética entre fé e política: contribuição do MNFeP para a construção de hegemonia nos governos PT (2003-2016).....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	183
APÊNDICE A – Questionário de entrevista	194
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	196

INTRODUÇÃO

A questão da propriedade privada e das lutas anticapitalistas um processo crucial para a formação de uma nova cultura política, nos marcos da autocracia burguesa, a partir da década de 1960. A mediação entre fé e política, composição marcada pelo nascente setor progressista da Igreja Católica, a “*esquerda católica*” é um ponto de partida para pensar o objetivo desta tese. A fé na periferia do mundo se tornou através deste sujeito histórico, fermento para a construção de uma teologia latino-americana – a Teologia da Libertação – que impulsionada pela práxis libertadora de intelectuais cristãos, junto aos movimentos sociais, foi um instrumento de análise para interpretar a luta de classes no continente e referência para estudar o MNFeP (Movimento Nacional de Fé e Política).

A teologia da libertação não é somente um compilado seminal de textos produzidos por latino-americanos que colocavam em xeque a dominação imperialista e o mundo capitalista, é antes de tudo, resultado de uma prática comprometida dos cristãos com os “*oprimidos*” e suas lutas sociais. Nos marcos do projeto de contrarrevolução burguesa, a militância engajada dos quadros da esquerda católica possibilitou a formação política dos trabalhadores, contribuindo para a resistência à ditadura civil-militar, no Brasil, de 1964 a 1985. Muitos foram os cristãos - padres, freiras e leigos - presos, torturados e mortos por sua recusa e contestação. Dessa intensa atuação, uniram-se ao movimento sindical e aos intelectuais para formar o Partido dos Trabalhadores, compreendido pelas frações da sociedade civil que o formaram como um partido diferenciado. A via partidária foi uma das formas legítimas para tensionar o sistema de produção e reprodução das desigualdades sociais, a ordem do capital.

Emerge no Brasil a formação de uma nova esquerda e uma nova cultura política, com a redemocratização, no ano de 1985. Do pluripartidarismo nascia uma “*nova esquerda*”, além de defender a capacidade de participação na vida democrática e nas instâncias de poder. O primeiro obstáculo colocado a este sistema político foi o ideário neoliberal, que chegou com força no país nos idos da década de 1990, via Governo Collor de Mello, mesmo período em que surge o Movimento Nacional de Fé e Política-MNFeP. Não se trata de coincidência, pois este

movimento foi criado para animar a fé dos cristãos e sua estreita relação com a política, além de contribuir para formação ética de lideranças políticas identificadas com o ideário das esquerdas. Paradoxalmente, a hegemonia neoliberal agudizou a crise das esquerdas, após a queda do Muro de Berlim (1989) e o desmembramento da URSS, e acelerou a criminalização dos movimentos sociais, a partir de um projeto persistente de poder da classe dominante, a grande burguesia financeira e industrial aliadas às antigas oligarquias rurais.

Entretanto, ao final de dois mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - (1994-1997 e 1998-2002), com a intensificação dada à crise de direitos sociais que representa o projeto neoliberal através das “contrarreformas”, surgiram as condições políticas para a eleição de um governo de esquerda, liderado pela experiência democrática do PT no país, o acúmulo das lutas por direitos sociais e as ameaças crescentes do Capital através do governo do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). A liderança mais representativa dos trabalhadores era Luiz Inácio Lula da Silva, que venceu as eleições para Presidente da República em 2002, recuperando as esperanças de milhões de trabalhadores em um governo para os trabalhadores. Para este governo, os intelectuais cristãos sustentam pautas progressistas dos movimentos populares, políticas sociais universais e utopias, além de formar quadros técnicos e políticos para os governos do PT.

Ao final do período histórico do PT no poder, o pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, aceito pelo Congresso Nacional em dezembro de 2015, e consumado em 31 de agosto de 2016, fez parte de um projeto de poder, com medidas ultra-conservadoras, costuradas pelo grande Capital junto a frações da burguesia nacional. Para garantir a hegemonia do capital, uma das medidas necessárias é a destruição do projeto das esquerdas em toda América Latina, empreendido com as experiências de governos democrático-populares, desde o início dos anos de 2000. Dentre estes, no cerne se encontram a Venezuela e Cuba, como ala mais radical das esquerdas no continente.

A tese tem como objetivo aprofundar uma análise que apreenda os intelectuais cristãos, militantes comprometidos com os movimentos sociais, como sujeito histórico importante aos processos de organização popular, a partir dos anos 60, que participaram na fundação do PT e colaboraram para o apoio popular aos governos Luiz Inacio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff.

Delimitamos um movimento específico dos cristãos aliados à teologia da libertação latino-americana, como objeto de análise dos meios de construção de hegemonia dos Governos Lula e Dilma Rousseff. Tal análise se desenvolveu tendo como base de referência o MNFeP, que se reúne em Encontros Nacionais, nos quais participam milhares de cristãos militantes a cada dois anos, sediados em municípios de administração petista. A relação entre tal movimento e o Partido dos Trabalhadores (PT) é expressão das articulações com as organizações da sociedade civil brasileira e o movimento popular, em busca de hegemonia. Procuramos verificar o contexto latino-americano de ascensão das esquerdas aos governos do continente e aquele movimento cristão como uma das esferas onde o debate se realiza, absorvendo as diferenças ou contradições do modelo econômico priorizado pelo PT no poder, repercutindo na militância, de forma ambivalente, mas contornadas pelas bases e centro do Partido. Assim, o estudo se situa mediante a problemática das relações político-religiosas em face à crise dos movimentos sociais e a hegemonia do projeto neoliberal, que também representa um estado de crise do Capital, a partir dos anos 1990 no Brasil.

A chegada do PT ao governo federal configura um segundo momento do MNFeP, contexto que requer politicamente uma revitalização planejada das forças populares para um diálogo com o governo, diante da crise do PT, que dispersou sua unidade na virada dos anos 1989-1990, o que não impediu seu crescimento vertical em dezenas de prefeituras do país. Era necessário garantir legitimidade institucional nas regiões e ao mesmo tempo, às “reformas” ou “contrarreformas”, compensadas mediante focalização de políticas sociais, via política determinada pela mundialização da economia, mas resvalando para o chamado “neodesenvolvimentismo”. A tese não afirma essa tendência, antes a percorre de forma analítica, acrescentando a experiência do movimento cristão como uma das frentes ativas na construção de hegemonia das esquerdas no Brasil num período preciso. A América Latina é uma referência para apontar a direção do debate no movimento, pois nos auxilia a entender um ciclo histórico raro de domínio das esquerdas. Para tal entendemos que novos elementos aqui apresentados podem contribuir para se entender as forças de transformação no país.

A *sociedade civil*, na concepção de Gramsci, é o ponto de partida para a exposição do objeto, pois identificamos na superestrutura o Movimento Nacional de Fé e Política (MNFeP) como uma das formas atualizadas, pelo contexto de sua

emergência e em continuidade do trabalho das CEBs (Comunidades Eclesiais de base), durante a ditadura militar (1964-1985), que fomentaram a formação política dos cristãos e estimularam sua participação nos movimentos sociais, a exemplo do movimento sindical e partidos políticos.

O Estado passou por transformações fundamentais nas últimas décadas, objetivadas em parte, pela pauta da classe trabalhadora e das esquerdas. É nesse momento histórico, no seio da sociedade civil, que nasceu o Partido dos Trabalhadores, munido da consciência de classe, em luta por hegemonia dos trabalhadores. O partido nascente foi resultante da dialética dessas forças, que segundo Iasi (2012, p. 131) foi *“organizado a partir das lutas concretas, sindicais, como um movimento político de afirmação da independência e autonomia da classe operária”*. O compromisso com a classe trabalhadora, em sua gênese até a opção eleitoral, marcou a construção do partido com uma trajetória nos *“limites da ordem capitalista”*.

Em nossa hipótese a crise dos movimentos sociais e das esquerdas, não foi superada com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder, por razões que devem considerar a crise interna preexistente e também, determinações estruturais dadas pela hegemonia do capital e as transformações econômicas mundiais que sofrera, orientadas pelo projeto neoliberal. A crise está relacionada à supremacia do grande Capital, que para além da estrutura produtiva visando a uma maior lucratividade, precisa desregular a legislação trabalhista e para tal, dismantelar os sindicatos, como estratégia para amortecer a oposição organizada no âmbito do trabalho. No poder e desenvolvendo uma política externa admirável, o PT mostrara habilidade política e assumirá um papel de liderança das esquerdas no Mercosul e demais países da América Latina.

Nesse processo, a participação dos cristãos se verificará em cargos do primeiro escalão dos governos Lula da Silva em especial, mas também dos governos Dilma Rousseff. Aproximamo-nos da concepção de “intelectuais orgânicos” em Gramsci para analisar o papel desempenhado pelos cristãos na relação com os movimentos sociais e das massas com o partido do governo, tendo como referência a ação histórica destes articuladas a formação das esquerdas e ao PT. Entendemos que os governos do PT não conseguiram atender aos interesses dos movimentos sociais ou da classe trabalhadora conforme as demandas por está apresentada num quadro de hegemonia neoliberal e de uma clara crise interna do PT, na qual

perdia-se a radicalidade em nome de um governo de colisão. Essas condições marcarão o governo eleito em 2002, em busca de legitimidade junto às massas, justificando assim, o cultivo das relações entre o partido e seu governo com os Encontros Nacionais de Fé e Política. Ainda segundo a interpretação de Gramsci, entendemos os limites em que o governo atua em favorecimento aos interesses do capital, como a possibilidade de uma intensa “guerra de posição” entre os atores políticos. Essa ideia nos levou a interpretação de que a crise dos movimentos sociais se ampliou, deslegitimando o partido e logo, também seu papel de liderança nacional e latino-americana. Isto se deu diante de um quadro arriscado, tanto internamente, quanto a nível internacional. Internamente o PT favorece a grande burguesia urbana e rural, os financistas, o mercado imobiliário e o *agrobusiness*, realizando o mínimo de sua agenda progressista, enquanto mundialmente fermentam-se os movimentos de ultra-direita e seus partidos respectivos, que emergem com força no Brasil e coadunam com as forças que atuarão na derrocada do PT, a partir do impeachment de Dilma Rousseff. O que consolida a tradição golpista e autoritária da burguesia no Brasil, apesar de uma era de três governos sucessivos do maior partido de esquerda do continente. Tal ambiguidade observada nos governos de Lula e Dilma Rousseff, foi identificada nos termos de lasi (2012, p. 34) como o “Estado-classe burguês”, que assume o PT, o que coloca os cristãos na berlinda de um movimento que assume os riscos da política, em nome dos pobres e do movimento popular. Entendemos que este movimento, por sua ancoragem naquilo que demarca a teologia da libertação, desenvolvida a partir da práxis dos movimentos de base e em nome de uma emancipação dos pobres e oprimidos, enfrenta os mesmos desafios do movimento popular e das esquerdas, de lutar contra as forças do capital e a violência que elas utilizam para criminalizar os movimentos sociais no campo, a juventude e a mulher negra, os trabalhadores pobres, a política, os defensores do meio ambiente e o pensamento crítico.

Essa vinculação entre o partido e os cristãos será analisada a partir da atuação dos intelectuais que lideram o MNFeP, na construção do Partido dos Trabalhadores, desde o seu projeto ideológico até a formação de consenso em torno de pautas consideradas importantes ao partido e às bases nos Governos Lula e Dilma Rousseff.

O objeto desta pesquisa teve origem por meio de uma primeira aproximação da autora ao tema de sua dissertação de mestrado, intitulada “*As Comunidades*

Eclesiais de Base no processo de organização política do movimento popular pela moradia no município de Volta Redonda (1970 – 1980)”. Nesta foi abordada a tênue relação entre os movimentos sociais cristãos, inspirados pela teologia da libertação e a gênese do Partido dos Trabalhadores, interessando-nos conhecer os pontos de convergência entre estes dois sujeitos históricos.

Interessa-nos contribuir para refletir sobre a montante crise dos movimentos sociais, em face da crise do capital e as contradições entre partido e massa, que dificultam uma hegemonia das esquerdas, no contexto de ofensiva neoliberal e reestruturação e crise da economia no Brasil e no mundo. Ou seja, levantar particularidades dos desafios políticos ou das contradições sociais em nosso país.

A realidade apreendida pela pesquisa revela as particularidades dessa relação política e institucional e a singularidade de um movimento que, sendo leigo, secularizado e não institucional, ultrapassa a política partidária. Algumas características foram observadas. As políticas sociais representam a conexão entre superação e continuidade de elementos vitais à teologia da libertação e sua participação indireta nos governos de esquerda, o que representa um salto do movimento via política partidária, o que historicamente não tem precedentes. Contudo, essa história também mostra que, mesmo de forma marginal, nos anos 60 a esquerda católica por iniciativa de jovens universitários, a JUC, então vinculada à Ação Católica, formou uma das organizações mais revolucionárias e ativas da resistência à ditadura, a Ação Popular. Entendemos que a memória de tal resistência deixou um legado, do qual tais intelectuais compartilham, embora a identificação ao partido político não tenha sido objeto específico de estudo, por entendermos que a relação entre fé e política é inseparável da prática desse grupo de cristãos. Apegados à vocação de atuar nas bases de organização dos movimentos populares, o desafio ético destes intelectuais era, a partir da chegada ao poder do partido, aproximar o governo dos interesses populares, como garantia de seu apoio político, e ao ocuparem cargos políticos, assumirem um compromisso moral com os interesses das bases, ou seja, aproximando o partido e os movimentos sociais. Compreende-se que o MNFeP nasceu para o enfrentamento da crise dos movimentos sociais e das esquerdas, num contexto de hegemonia do ideário neoliberal.

O caminho percorrido para realização desta pesquisa versa a partir da imersão no objeto que é compreender a relação dialética entre fé e política na

realidade concreta da sociedade civil brasileira. A análise crítica do Movimento Nacional de Fé e Política e sua contribuição na construção de hegemonia nos governos Luíz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff seguiu uma metodologia qualitativa. Segundo Minayo (2009, p. 14) a metodologia é “*o caminho do pensamento, a prática exercida na abordagem da realidade*”, por isso concordamos com a observação de Della Giustina (2018, p. 17) de que a abordagem da pesquisa qualitativa é uma demanda do próprio objeto “*a fim de alcançar os objetivos propostos*”. Para elaborar e fundamentar o arcabouço teórico a pesquisa bibliográfica foi a fonte para subsidiar a leitura da realidade concreta, através dos conceitos de Estado, sociedade civil, intelectual orgânico, aparelho privado de hegemonia e partido político, na concepção de Antônio Gramsci. O recorte temporal foi o período de gestão do PT, de Luiz Inacio Lula da Silva (2003-2010) a Dilma Rousseff (2011-2016). Entendemos que existem entre os dois governos, especificidades importantes para diferenciar o nível de participação dos cristãos e dos movimentos sociais. A pesquisa se deu partir de entrevistas com intelectuais cristãos e de análises das publicações presentes nos Cadernos de Fé e Política, impressos e então digitalizados e acessados por internet¹. Além disso foram utilizados os relatórios da “Comissão Nacional da Verdade” para fomentar a perseguição aos intelectuais cristãos durante a ditadura civil militar no Brasil. Os arquivos do Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo foram analisados para contruir a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

As entrevistas foram realizadas com quinze intelectuais cristãos vinculados ao Movimento Nacional de Fé e Política, na atividade de coordenação nacional e em grupos de articulação, de fé e política, no estado do Rio de Janeiro. O levantamento dos entrevistados se fez a partir do site do Movimento e dos Cadernos digitalizados, além de uma identificação com os governos de personalidades que participam das atividades dos Encontros Nacionais de Fé e Política. O roteiro de entrevista foi estruturado em três eixos, a saber: formação da militância católica, PT e governos Lula e Dilma; Movimento Nacional de Fé e Política e Programa Fome Zero. A pesquisa documental favoreceu a categorização das análises, resultando num

¹ Os Cadernos de Fé e Política podem ser encontrados no site do movimento: <http://fepolitica.org.br/publicacoes/cadernos-fe-e-politica-1989-no-1/>

quadro ilustrativo das características intelectuais e políticas dos entrevistados, consideradas importantes na interpretação presente no último e quarto capítulo.

Os capítulos percorrem um caminho, partindo da universalidade da teoria, no primeiro que tem como objetivo demarcar o paradigma teórico, a partir de Lênin e Gramsci, para compreensão do complexo modelo de desenvolvimento brasileiro, “desigual e combinado”, onde se inscrevem como condição da economia as relações de dependência, também impondo relações de subordinação no plano político, dificultando a formação de uma consciência de classe, onde a liberdade é um valor material para aqueles que dependem do trabalho e não somente dos interesses privados, representados pelos produtores organizados. Nesse sentido, procuramos captar a contribuição de Gramsci e sua relação dialética com Lênin, para a teoria do Estado ampliado e a participação da sociedade civil, na construção de hegemonia e sua relação com os intelectuais orgânicos e os aparelhos privados de hegemonia.

O segundo capítulo apresenta a composição do quadro conjuntural nacional, com recorte temporal, de 1960 a 2016, por meio da utilização de conceitos gramscianos na interpretação. O contexto histórico que se delineou na América Latina e no Brasil, sob a imposição do imperialismo estadunidense, com o objetivo contrarrevolucionário, deflagrou no Brasil, um golpe de estado e a ditadura militar no período entre 1964 e 1985. Após 20 anos, o processo de redemocratização reconfigurou as relações entre os organismos dentro da sociedade civil e se viu a instauração de uma nova cultura política, com a participação de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, na construção de uma nova hegemonia e unidade na América Latina. Entretanto, o receituário neoliberal na década de 90, obscureceu esse processo histórico, com o advento de um projeto conservador que atingia frontalmente as lutas sociais dos trabalhadores. A década de 2000, levou as esquerdas ao poder, em momento histórico então propício para os movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e os trabalhadores. Encerra essa análise com o desfecho da política nos últimos anos com o avanço de forças ultraconservadoras e a destituição do Partido dos Trabalhadores, no governo.

O terceiro capítulo traz a construção do Partido dos Trabalhadores e sua história afim de demonstrar como o partido aglutinou em torno de si, setores da sociedade civil que participaram da constituição de um projeto das esquerdas no Brasil, servindo de referência na América Latina. Este projeto se deu com a chegada

do PT ao poder, mas que no qual se desenvolveu um governo nos moldes da sociabilidade capitalista, limitando-se ao imediatismo de um projeto de poder. O enfraquecimento do PT ao se distanciar das bases, atendendo aos interesses de grupos tradicionais, abriu espaço para um golpe dos setores conservadores em nome de uma radicalização das contrarreformas, o que evoluiu para um quadro de extrema crise e agressividade do Capital.

Como desdobramento dos momentos anteriores, o quarto capítulo adentra o universo empírico da pesquisa, analisando um dos sujeitos históricos que compõe os quadros das esquerdas no Brasil, que estiveram na nascente cultura política, após o período de redemocratização, em 1986. Este sujeito é o Movimento Nacional de Fé e Política, uma das formas atualizadas do trabalho de formação política, realizado pela esquerda católica, que encarando a crise das esquerdas se volta para a organização dos movimentos populares. Dessa relação entre o MNFeP e os governos, analisamos as tensões ideológicas e partidárias, rupturas que geraram divisões e deserções. Logo, sua história de resistência persiste, agora de mobilização dos movimentos sociais para o enfrentamento de uma conjuntura tomada pelo poder de partidos conservadores.

QUADRO 1 - ENTREVISTADOS

<u>Nome</u>	<u>Formação</u>	<u>Cidade</u>	<u>Atuação no MNFeP</u>	<u>Atuação</u>	<u>Partido e cargos</u>	<u>Mov. sociais</u>	<u>Cargo político</u>
João Cardoso	Professor Doutor em sociologia	Juiz de Fora	Coordenação Nacional	JEC	PT (1981-1996)	Assessoria	-
Irani Pedrosa	Jornalista/ pos-grad. em história social	Barra Mansa	Grupo de articulação de fé e política	CEBs	PT – desde 1980.	Sindicato bancários e Movimento de mulheres.	Deputada estadual/ Prefeita
Gustavo Souza	Professor da rede pública/ Ciências Sociais	Três Rios	Grupo de articulação de fé e política	Pastoral da Juventude	PT de 1986 até hoje.	Assessor da Cáritas de Valença. Associação de bairro	Presidente do PT e vereador em Paraíba do Sul
Tatiana Tadeu	Professora/Pós-graduação/ Freira	Resende	Coordenação Nacional	CEBs	PT de 1980 até hoje.	Assessoria educação popular - a metalúrgicos do ABC paulista	Coordenadora do Orçamento Participativo da Prefeitura de Diadema.
Edilson Silva	Metalúrgico	Volta Redonda	Grupo de articulação de fé e política – Volta Redonda	Juventude operária católica (JOC)/ CEBs	PT de 1982 até hoje.	Sindicato dos metalúrgicos.	-
Nereu Santos	Professor/ Formado em geografia	Volta Redonda	Grupo de articulação de fé e política	Pastoral Operária	PSOL desde 2016	Cons. do Mov. Local de Ética na Política	-

Silvio H.	Teólogo/ Professor da rede pública/ Mestrado em filosofia política	Porto Alegre	Coordena ção Nacional	Juventude Agrária Católica/ CEBs/ JOC	PT desde 1980		Pres. do PT RS Deputado (1986) Assessor do Governo Lula.
Ricardo Monte	Filósofo/ Teólogo	Juazeiro	Colaborad or na coordenaç ão nacional	Pastoral de Rua Moviment oecológico	Sem filiação	Assessoria MS (MST, ASA), CPT	-
Zélio Viana	Técnico em química	Volta Redonda	Participou de encontros nacionais	Pastoral da Juventude / Pastoral operária	Sem filiação	Assessor do de Dom Waldyr Calheiros e Presidente do MEP V.R./	
Geraldo Andrade	Teólogo/ Padre	Quatis	Grupo de articulação de fé e política	CEBs	PT de 1980 até hoje.	-	-
Elison Santana	Metalúrgico	Volta Redonda	Grupo de articulação de fé e política	CEBs	PT de 1981 até hoje.	Assessor da Cúria de Barra do Piraí	Candidato a vereador PT (1994 e 2002)
Julio Caruso	Metalúrgico	Volta Redonda	Grupo de fé e política de Volta Redonda	CEBs	Pediu filiação, mas não obteve.	Coord. da Comunidad e de São Bernardo	-
Iraci Couto	Professor Dr. Da UFRJ	Rio de Janeiro	Coordena ção Nacional	JEC	PT	Assessoria a MS / ISER.	-
Manoel Santos	Filósofo	Brasília	Coordena ção Nacional	CEBs	PT Diretório Nacional do PT	Movimento sindical	Ministro do Governo Lula
Bruno José	Frade dominicano e jornalista	São Paulo	Coordena ção Nacional	JEC e coordenaç ão Ação Católica	A L N - Carlos Marighell a	Assessoria a MS e CEBs	Secretaria Especial

CAPÍTULO I

O BRASIL COMO ECONOMIA PERIFÉRICA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

A missão histórica do proletariado é desvencilhar-se de toda comunhão ideológica com as outras classes e encontrar uma clara consciência de classe com base na especificidade de sua situação e na autonomia de seus interesses.

György Lukács (2012) sobre o partido dirigente do proletariado em Lênin.

Este capítulo trata os pressupostos do imperialismo, a partir dos escritos de Lênin. Entendemos que esta análise é crucial para compreendermos o caráter de dependência da economia nacional e o papel da burguesia internacional em relação aos países considerados periféricos. Como modelo de desenvolvimento para o Brasil, desigual e combinado, misturou elementos modernos e estruturas arcaicas. Analisamos a relação entre Lênin e Gramsci ao elaborar sobre o Estado, sendo as obras de Lênin, importante fonte das elaborações do autor italiano. É nesse movimento de rompimento/ continuidade que analisamos as elaborações sobre a teoria do Estado ampliado em Gramsci e a participação da sociedade civil, na construção de hegemonia. Para criar o consenso e instaurar a hegemonia, discutiremos a importância dos intelectuais orgânicos, dos aparelhos privados de hegemonia e o partido político como organizador das vontades coletivas.

Segundo Lênin (1979)² o imperialismo apareceu como desenvolvimento e continuação das características essenciais do capitalismo, entretanto só se metamorfoseou quando alcançou um grau específico, de elevado desenvolvimento,

² Ao longo do texto aparecerão obras clássicas que terão a indicação do ano da obra consultada, sendo que o ano original aparecerá nas referências bibliográficas. Ex: A fonte pesquisada foi LÊNIN, V. I. O imperialismo, fase superior do Capitalismo. In: *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979, entretanto sinalizamos o ano original que foi 1916 nas referências.

levando-o para uma complexa estrutura econômica e social. A característica principal desse estágio do capitalismo são os monopólios capitalistas. Até então, a livre concorrência capitalista era a característica fundamental e foi se transformando em monopólio com a grande produção, que logo em seguida se agigantou, deixando para trás a pequena, surgindo os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e conjugando-se a estes, os bancos.

[...] o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LÊNIN, 1979, p. 641).

Ainda que não tenha formulado o conceito de imperialismo, Marx (1998) demonstrou incansavelmente a permanente e ampliada dinâmica do capital. O que segundo Fontes (2010) determina sua condição socialmente trágica de reprodução, principalmente no Livro III de *O Capital*, onde Marx desenvolveu uma sofisticada argumentação sobre o processo de concentração de capitais e analisou como atua a tendência capitalista à concentração da propriedade.

[...] a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. (MARX, 1998, p. 11).

Lênin (1979) apontou cinco aspectos fundamentais que são determinantes para caracterizarmos o imperialismo que são: a concentração da produção e do capital; a fusão do grande capital bancário com o grande capital industrial e a criação do capital financeiro; a exportação de capitais; a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas que dividem o mundo entre eles e por fim, a partilha territorial do mundo entre potências capitalistas mundiais. Com esses aspectos essenciais o imperialismo toma uma importante forma, mas não só devem

ser levados em conta elementos econômicos, mas também “o lugar histórico” que esse estágio do capitalismo ocupou. Para Lênin (1979) esse estágio foi uma fase particular do desenvolvimento capitalista.

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda terra entre os países capitalistas mais importantes (LÊNIN, 1979, p. 642).

A fase do capitalismo onde havia a propriedade privada, baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência e a democracia já não configuram mais, dando lugar à um sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro por parte de poucos países avançados que dominam a grande parte do globo. Deu aos países de economia central, situação privilegiada que submeteu a grande parte aos seus interesses.

Para entendermos melhor essa fase é necessário trazer as particularidades dos cinco aspectos (já abordados acima) que fundamentam o imperialismo. O primeiro deles – a concentração da produção e os monopólios é notadamente uma das principais características e demarca o incremento da indústria e a concentração em empresas cada vez maiores. Segundo Lênin (1979), a obra de Marx foi silenciada pela ciência oficial, a fim de anular a análise teórica e histórica, demonstrando que a livre concorrência gera a concentração da produção e que a partir de um determinado nível, esta leva ao monopólio.

O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos encontramos-lo, no máximo, na década de 1860. O primeiro grande período de desenvolvimento dos monopólios começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século (LÊNIN, 1979, p. 590).

Nesse novo estágio a produção passa a ser socializada, o que levou à um novo regime social, da liberdade de concorrência transitou-se para uma socialização. Lênin (1979) coloca que a apropriação se mantém privada, mantendo os meios sociais de produção nas mãos de poucos indivíduos. Formalmente, a livre

concorrência se mantém reconhecida, entretanto os monopólios se colocam cada vez mais enrijecidos sobre a população.

Traduzindo em linguagem comum, isto significa: o desenvolvimento do capitalismo chegou a um ponto tal que, ainda que a produção mercantil continue reinando como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade encontra-se já minada e os lucros principais vão parar aos gênios das maquinações financeiras (LÊNIN, 1979, p. 595).

Para efetuar as transações financeiras e fortalecer os monopólios é preciso analisar o papel dos bancos que inicialmente realizam a intermediação de pagamentos, convertendo o capital-dinheiro em capital ativo, que rende lucro e que se colocam à vista dos capitalistas. A mudança de intermediários à monopolistas constitui uma transformação importante para análise do capitalismo imperialista.

Os bancos criam para Lênin (1979) a forma de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção, recolhendo os rendimentos em dinheiro, não tão somente dos capitalistas, mas também dos pequenos patrões, dos empregados e de uma pequena camada de operários. Já pelo conteúdo, a distribuição é geral, mas privada conforme os interesses do grande capital, de maneira que a massa da população passa fome e o desenvolvimento agrícola se atrasa em relação à indústria. Lênin coloca que os cientistas burgueses possuíam receio de responder ao que resultou do capitalismo com a livre concorrência, combinado com os monopólios. Com os bancos uniram-se as indústrias numa relação estreita, que complexificou o processo e trouxe a dominação do capital financeiro.

[...] é a fase monopolista do capitalismo. Esta definição englobaria o essencial, porque, por um lado, o capital financeiro é o resultado da fusão do capital de alguns grandes bancos monopolistas com o capital de grupos monopolistas [...] (LÊNIN, 1979, p. 87-88).

O capital financeiro não deve ser definido como capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam, pois, sua completude se faz entendendo o aumento da concentração da produção e do capital em grau elevado,

que conduz ao monopólio. O predomínio da oligarquia financeira é resultado da sobrepujança do capital financeiro sobre todas as outras formas de capital.

A tendência histórica do capitalismo é a de concentrar e centralizar o capital e a força de trabalho, do que se origina a grande indústria. A concorrência intercapitalista possibilita o surgimento da grande indústria ao concentrar e centralizar capitais. Paralelamente à concentração e centralização do capital industrial ocorre também a concentração do capital dinheiro. Em busca da multiplicação do seu capital, os bancos investem na indústria e iniciam um processo de fusão do capital bancário com o capital industrial, do que se origina o capital financeiro. Com esse acúmulo de capital centralizado é possível implantar a grande indústria e a monopolizar a produção num determinado ramo ao mesmo tempo em que ocorre uma sensível concentração da força de trabalho. Os cartéis e os trustes são as principais formas pelo qual se expressa o capitalismo de monopólios (DEL ROIO, 1998, p. 121).

É importante destacar que se no formato anterior a exportação de mercadorias era a principal forma de exportação, já no imperialismo foram a exportação de capital através da organização entre associações de capitalistas que partilharam o mercado interno e conseqüentemente, o mercado externo. Para Lênin surge um novo grau da concentração mundial do capital e da produção, criando um “supermonopólio”. A partir daí o mundo se divide entre grandes potências reforçando uma peculiar política colonial mundial, relacionando-se com o capital financeiro. Aqui as associações alcançam total solidez e possuem toda matéria-prima, impedindo a concorrência. Cabe ressaltar que quanto mais esse esquema se desenvolvia, mais insuficiente foram as matérias-primas, a livre concorrência ficou mais difícil e a guerra pelas colônias se acirrou. O importante para o capital financeiro não é a liberdade e sim a dominação.

Os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as relações necessárias, etc. (LÊNIN, 1979, p. 638).

Como visto anteriormente, a dominação é premissa no imperialismo, que gera uma contradição constante, mas além disso, não satisfeito com o caos que gera, ele tende à estagnação e à decomposição. Os monopólios dos preços fixados desestimulam o avanço do processo técnico. Lênin (1979) coloca que estas são inerentes ao imperialismo e conseguem se impor em determinados períodos. A posse das colônias monopolizadas, passam também por esse processo de estagnação e decomposição. O parasitismo se acentua à medida que a classe de *rentistas* se afasta ainda mais da produção e ainda sim, rende muito mais que o seu comércio externo.

O imperialismo é uma enorme acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro que, como vimos, atinge a soma de 100 a 150 milhões de francos em valores. Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos rentiers, ou seja, de indivíduos que vivem do “corte de cupões”, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos rentiers e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar (LÊNIN, 1979, p. 650).

Esse é o fundamento do que Lênin chamou de “*parasitismo imperialista*” e que levou o mundo a ser dividido em Estados, que desfrutavam desse sistema e os que devem àquele, representam a grande maioria. Uma das formas de aumentar o capital investido são os empréstimos aos países dependentes. Lênin (1979) assinala que esse esquema é a “*base econômica de ascensão imperialista*” (p.651). Para Marx (1982, p. 135) “*depois do anseio de ganhar dinheiro, o mais imperioso é o de desembaraçar-se dele mediante qualquer aplicação que proporcione juro ou lucro; pois dinheiro de per si nada rende*”. O exemplo de país com a culminância desse estágio do capitalismo é a Inglaterra que agrega um grande número de colônias e capital financeiro. Em países imperialistas como a Inglaterra, a conquista de colônias ocorreu com exércitos formados por homens oriundos dos países dependentes. O que se verificou ainda foi que muitos aristocratas ricos viviam de renda vinda das colônias como Ásia e África e abriram a possibilidade de uma nova aliança que ao invés de estimular o mundo, reforça esse parasitismo.

O Estado-rentier é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, e esta circunstância não pode deixar de refletir, tanto em todas as condições políticas e sociais dos países respectivos em geral, como nas duas tendências fundamentais do movimento operário em particular. Para mostrar da maneira mais palpável possível, demos a palavra a Hobson, a testemunha mais “segura”, já que não pode ser suspeito de parcialidade pela “ortodoxia marxista”, por outro lado, sendo inglês, conhece bem a situação do país mais rico em colônias, em capital financeiro e em experiência imperialista (LÊNIN, 1979, p. 655).

Outra tendência do imperialismo foi criar uma diferença entre os operários, pois os separou nas chamadas *camadas superiores* que possuíam direitos que a grande parte do proletário não tinha. Estes eram esquecidos pela política oficial e atingidos em larga escala pelo desemprego, aumentando a imigração dos operários os países dependentes, onde os salários são menores.

É preciso notar que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, para provocar uma decomposição temporária do movimento operário, se manifestou muito antes dos fins do século XIX e princípios do século XX. Isto explica-se porque desde meados do século passado existiam na Inglaterra dois importantes traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial. Durante dezenas de anos, Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês (LÊNIN, 1979, p.655).

Dentro do sistema capitalista de produção, nesse estágio avançado que Lênin designou como o imperialismo, nos interessa prosseguir estudando o modelo “desigual e combinado” para compreender melhor o modelo de desenvolvimento do Brasil e sua inserção como economia dependente.

1. A Lei de desenvolvimento desigual e combinado em Trotsky

A lei de desenvolvimento desigual e combinado foi formulado por León Trotsky para compreender as especificidades dos países atrasados dentro da dinâmica histórica. Trotsky (1985) se recusava a acreditar numa análise em etapas da sociabilidade capitalista nestas nações, pois o crescimento econômico era insuficiente para explicar este processo. Para Trotsky, era imperioso explicar estas “modificações” e, por consequência, dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. O paralelo entre as desigualdades e especificidades dos países *atrasados*, no desenvolvimento do capitalismo a nível internacional, demonstrava que a sua absorção de elementos modernos das economias *avançadas*, em condições materiais atrasadas, denotava as sociedades arcaicas que de fato eram. Esses elementos estavam no campo tecnológico, cultural e político das *sociedades avançadas* e sua introdução nesses países alicerçava o elemento de combinação neste modelo.

[...] a defesa do revolucionário russo da tese de que os países “coloniais” e “semicoloniais” não poderiam conhecer uma etapa “democrático-burguesa” em sua história (e que, portanto, o que se colocava era a necessidade da “ditadura do proletariado”) tinha como pressuposto teórico a ideia de que, por estarem integrados numa *totalidade* – o sistema capitalista internacional –, esses países de desenvolvimento capitalista ultra retardatário não poderiam repetir o curso histórico vivido pelas nações pioneiras do capitalismo, onde a revolução burguesa assumiu contornos que ficariam conhecidos como “clássicos” (DEMIER, 2007, p. 78).

Löwy (1998) ressalta que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é interessante não apenas por sua contribuição à reflexão sobre o imperialismo, mas também como uma das tentativas mais significativas de romper com o evolucionismo, a ideologia do progresso linear e o eurocentrismo. A hipótese de Löwy se funda na formulação desta teoria, a partir da ascensão do capitalismo a um sistema mundial, tornando-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa.

O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...)" (TROTSKY, 1977, p. 76).

É importante delimitar que Marx (1986) não escreveu sobre a expansão do capital no mundo anterior ao imperialismo, mas trouxe elementos importantes para demonstrar como o modo de produção capitalista exercia sua dominação sobre todos os outros modos.

No período da infância da produção capitalista, as coisas se passaram, muitas vezes, como na infância do sistema urbano medieval, onde a questão dos servos evadidos deveria ser mestre e quem deveria ser criado foi decidida, em grande parte, pela data mais recente ou mais antiga de sua fuga. Contudo, a marcha de lesma desse método não correspondia, de modo algum, às necessidades comerciais do novo mercado mundial, que fora criado pelas grandes descobertas dos fins do século XV. A Idade Média, porém, legou duas formas diferentes de capital, que amadurecem nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes mesmo da era do modo de produção capitalista, contam como capital *quand même* — o capital usurário e o capital comercial (MARX, 1986, p. 369).

Esses elementos de dominação do capitalismo em nível mundial podem ser observados quando Marx (1966) escreve sobre a expansão das grandes economias capitalistas sobre territórios, já no século XIV, que denomina como “as grandes descobertas”. Para Marx (1966) a nova manufatura foi instalada nos portos marítimos de exportação ou em pontos no campo, fora do controle do velho sistema urbano e de sua constituição corporativa.

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o encurtamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato seque a guerra comercial das nações européias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação

dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (MARX, 1966, p. 370).

O Manifesto do Partido Comunista, obra de Marx e Engels (2019) em sua celebre frase “*Proletário de todos os países, uni-vos!*” demonstra o caráter mundial do capitalismo ao convocar os proletários de todo o mundo. A descoberta da América, a navegação pela África ofereceu à burguesia em assenso um novo campo de ação que eram os mercados da Índia e da China, a colonização da América.

A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média (MARX & ENGELS, 2019, p. 3).

Encontra-se ao longo do manifesto, a análise de que novas estratégias haviam sido encontradas pelo capitalismo para sua legitimação como sistema de produção hegemônico e que tinha no mercado mundial, novas formas de exploração.

Lênin (1986) analisou a questão agrária na Rússia, mostrando os elementos de atraso neste país, a partir do avanço do capitalismo no campo. Para o autor (1986) as disparidades entre o avanço econômico na Europa ocidental e Oriental foram consideráveis.

Enquanto a Europa Ocidental, no final da Idade Média, evoluía para uma sociedade calcada nas trocas mercantis e onde o feudalismo começava a desintegrar a economia camponesa comunal e a introduzir o chamado “individualismo agrário”, a Europa do Leste manteve o regime servil, que lá chegou tardiamente (no século XVI,

com a chamada “segunda servidão”), até meados do século XIX (SILVA, 2012, p. 111) .

Para Lênin (1986), não obstante a existência de resquícios feudais, o mundo do agro estava investido pelo modo de produção capitalista. Procurou prová-lo através de uma espécie de radiografia da situação rural russa, utilizando abundantes dados estatísticos. Esses dados mostravam que a produção para o mercado dominava a economia rural, mesmo nas regiões mais atrasadas. A atividade do campesinato era subjugada por todas as contradições próprias das economias de mercado e do capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, a monopolização da terra (comprada ou arrendada), a tendência à concentração da produção nas mãos de uma minoria, a proletarização da maioria e sua exploração pela minoria que dispunha do capital comercial e que empregava operários agrícolas. No arrendamento ou compra de terras, nas profissões auxiliares, na adaptação ao progresso técnico, em todos esses campos era a luta e a concorrência que prevaleciam.

A *lei do desenvolvimento desigual* de Lênin mais o elemento *combinado* de Trotsky explicou o desenvolvimento das nações *atrasadas* e recebeu o nome de *lei do desenvolvimento desigual e combinado*. Segundo Löwy (1998), Lenin examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, sobretudo a partir das contradições internas da agricultura. Já Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social: O capitalismo não se desenvolveu na Rússia a partir do sistema artesanal. Trotsky nomeava como *lei do desenvolvimento combinado*, o que designou sobre o desenvolvimento histórico dos países retardatários, pois não usava o termo *desigual e combinado*. Demier (2007) ressalta que foi George Novack que utilizou o conceito dessa forma no seu livro “*A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*”. A utilização desse conceito ocorreu segundo Löwy (1998) somente em 1930. No primeiro capítulo do livro “*História da Revolução Russa*”, Lênin usa, ainda que brevemente, mas de forma clara o conceito da lei de desenvolvimento combinado, como proposição de alcance universal. Löwy (1998, pg. 76) ressalta que de forma curiosa, enquanto Trotsky formulava no seu livro *A revolução permanente* (1928) sua teoria geral da revolução

nos países capitalistas dependentes — “coloniais e semicoloniais” na linguagem da época, não se referiu à suas análises do desenvolvimento desigual e combinado. Uma breve passagem do prefácio à edição francesa refere-se, numa polêmica com Stalin, à lei do desenvolvimento desigual do capitalismo, mas é unicamente para constatar que *“a originalidade de um tipo social nacional não é mais do que a cristalização das desigualdades de sua formação”*.

Entretanto, Demier (2007) ressalta que já em 1906, na brochura *Balanço e perspectivas*, Trotsky assumiu a impossível viabilização de uma etapa revolucionária “democrática” no futuro da Rússia, naquele formato que ocorreu na Europa nos séculos XVIII e XIX. Diante dos processos sociais vistos na Rússia, Trotsky considerava que somente uma revolução socialista seria possível naquele país.

Somente a “ditadura do proletariado”, “arrastando atrás de si os camponeses”, poderia realizar as tarefas “democráticas” deixadas de lado pelo impotente, “débil” e contrarrevolucionária burguesia russa. Em outras palavras: na Rússia, medidas “democráticas”, de natureza capitalista – em especial a reforma agrária –, que, nos países *avançados* foram realizadas sob a direção da burguesia (e que foram vitais para o florescimento do capitalismo), só conseguiriam ser efetivadas na prática se os trabalhadores se apossassem do Estado (DEMIER, 2007, p.80).

Trotsky (1985) afirmou que a “teoria da revolução permanente” é em si a revolução socialista, que com tempo indeterminado ocorrem transformações nas relações sociais, numa luta interior. Essas mudanças transformam a sociedade em etapas e atingem a família, a economia, a ciência e outros setores da sociedade, que após essas grandes transformações não alcançam equilíbrio. Segundo Trotsky (1985) mora nessa questão o que denominou de “caráter permanente da revolução socialista”.

Ela [a ‘teoria da revolução permanente’] demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Nisso consistia a ideia fundamental da teoria. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo período de democracia, a teoria da revolução permanente

proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. Por conseguinte, a democracia era considerada não como um fim em si, que deveria durar dezenas de anos, mas como o prólogo imediato da revolução socialista, à qual se ligava por vínculo indissolúvel. Dessa maneira, tornava-se permanente o desenvolvimento revolucionário que ia da revolução democrática à transformação socialista da sociedade.” (TROTSKY, 1985, p. 24).

A historicidade presente no conceito de Trotsky (1977) teve sua construção ao escrever “*A História da Revolução russa*” onde produziu sobre as consequências do capitalismo na atrasada Rússia e como o país foi levado desde o processo histórico de 1905 à revolução, em 1917.

No capítulo intitulado “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia”, Trotsky (1977) apresenta uma síntese extremamente rica da evolução histórica russa, destacando todas as contradições presentes em um país, que iniciou tardiamente sua modernização industrial capitalista. Segundo o autor a ideia de que as nações *atrasadas* desenvolveram seu capitalismo combinando dialeticamente elementos modernos e arcaicos esteve presente nas análises desde “*Balanços e perspectivas*” (1971). Somente em “Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia” (1977) a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* apareceu pela primeira vez nomeada, ainda que não integralmente. De acordo com Demier (2007) Trotsky demonstrou como as relações entre desenvolvimento econômico, Estado e classes sociais ao longo da história russa, distinguiam-se das ocorridas nos países originários do capitalismo. Nesse sentido, Trotsky dava continuidade à abordagem da evolução russa, que realizara (nos primeiros capítulos de *Balanços e perspectivas*) agora, contudo, tinha em mãos, em função dos vinte e seis anos transcorridos entre as duas obras, toda a experiência da vitoriosa Revolução Russa de outubro de 1917 para construir suas teses sobre o desenvolvimento desigual e combinado.

A experiência dos bolcheviques na Rússia foi dada como modelo para boa parte da Europa central que passava por uma crise econômica, entretanto não foi possível tomá-la como exemplo, uma vez que não ocorreu esse exitoso processo. Segundo Coutinho (1981) esse processo seria fundamental para entender o percurso feito por Antônio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*. Para o desenvolvimento dessa questão, o autor procedeu a elaboração original de conceitos básicos de Marx, Engels e Lênin.

Essa renovação gramsciana do marxismo e do leninismo é a tentativa até agora mais sistemática de responder às questões cruciais da estratégia de transição ao socialismo nos países desenvolvidos, uma transição que continua na ordem-do-dia, então a sua atualidade e a sua centralidade se fazem evidentes: assim como não era possível, na época de Gramsci, renovar o marxismo sem estabelecer uma relação prioritária de continuidade/ superação dialética com o patrimônio categorial de Lênin, tampouco é possível realizar hoje uma operação semelhante – no que ela tem de necessário – sem uma relação do mesmo tipo com a obra do autor dos *Cadernos do Cárcere* (COUTINHO, 1981, p. 65).

A concepção de Estado em Gramsci tem como base as contribuições dos clássicos acima mencionados a partir do desvelamento do caráter de classe e aprofundando a noção de sociedade civil. Lênin também usou desse diálogo para explicitar novas determinações a partir do desdobramento das anteriores, as quais – sendo dialéticas – eram determinações que exigiam uma renovação permanente. O autor fez isso em *O Imperialismo*, onde descobriu e analisou as novas determinações que o predomínio do capital monopolista trouxe para o modo de produção capitalista em geral. Coutinho (1981, p. 66) sinaliza que as colocações básicas de Lênin, assim, são *conservadas* (no que tem de essencial) e elevadas a *nível superior* (pela incorporação das novas determinações geradas pelo desenvolvimento histórico-social).

Segundo Simionatto (2008) é preciso esclarecer que os estudos de Gramsci foram elaborados em um tempo histórico e contexto sociopolítico específicos: o conceito de Estado é desenvolvido a partir das consequências econômico-sociais e políticas do pós-Primeira Guerra Mundial, questionando a crise do Estado liberal e a hegemonia do sistema capitalista no mundo ocidental.

Segundo Bianchi e Mussi (2017) os escritos no cárcere possibilitaram a Gramsci a construção de uma teoria da política na qual a força e o consenso não são elementos separados. O Estado é concebido como o resultado histórico de processos de forças entrelaçadas, processos que raramente produzem condições vantajosas para os grupos subalternos.

Ele escreveu sobre a necessidade de armar as lutas em todas as esferas da vida e sobre os riscos de uma acomodação hegemônica e de um “transformismo político”. Ele deu atenção especial para o papel – quase sempre deletério – dos intelectuais na vida popular e sobre a importância de avançar no marxismo enquanto visão de mundo integral – a filosofia da práxis (BIANCHI E MUSSI, 2017).

É nessa perspectiva que situaremos a contribuição de Gramsci para a análise do Estado e sua relação com os organismos da sociedade civil na construção da democracia e de novas hegemonias no Brasil para análise das determinações políticas, econômicas e sociais nos Governos Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores.

2. - A teoria do Estado ampliado e Sociedade Civil em Antônio Gramsci.

A contribuição de Antônio Gramsci sobre o Estado dentro do capitalismo contemporâneo é importante ao defender a luta pela construção de um Estado radicalmente democrático, elaborado “desde baixo”, com ampla participação da sociedade civil. Segundo Coutinho (1981) a contribuição de Gramsci incide sobre a política, que é o ponto central para a análise da vida social, os problemas da cultura, da filosofia. Na esfera da teoria política, reside sua maior contribuição ao elaborar uma ontologia marxista da práxis política.

A relação de conservação e continuidade de Gramsci com as categorias de Marx, Engels e Lênin se insere na concepção de Estado, pois todos eles partem do elemento essencial que é a condição de classe. Ianni (1992) partiu do pressuposto que, na teoria marxiana, “*o objetivo não foi caracterizar o Estado*”, pois Marx tinha uma compreensão dialética do Estado. Coutinho (1994) assinalou que mesmo antes de “se tornar marxista”, Marx já concebia a *alienação* exercida por essa esfera político-estatal ao homem real e concreto, impedindo que o Estado pudesse representar efetivamente uma vontade geral.

O jovem Marx – retomando de certo modo a problemática dos contratualistas – mostra que o Estado tem sua *gênese* nas relações sociais concretas, e não pode assim ser compreendido como uma entidade em si (COUTINHO, 1994, p. 18).

Em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (2011), Marx analisou o golpe de Estado que Luís Bonaparte deflagrou na França em dezembro de 1851, desenvolvendo a partir desse fato, “*o papel da luta de classes como força motriz da história e evidenciando o caráter limitado e contraditório da democracia burguesa*” (2011, p. 79).

A burguesia tinha a noção correta de que todas as armas que ela havia forjado, contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam a sua *dominação classista* a um só tempo na base social e no topo político, ou seja, que haviam se tornado “*socialistas*” (MARX, 2011, p. 80).

Para Mascaro (2015), o Estado em Marx é resultante de determinada estrutura social, e as relações de produção são o cerne da sociedade capitalista. A partir de uma dada estrutura social, Gramsci formulou a *Teoria Ampliada do Estado*, na primeira metade do século XX, após a primeira Guerra Mundial, partindo do questionamento da hegemonia do sistema capitalista no mundo ocidental. A conformação da teoria ampliada do Estado se deu numa época histórica determinada, momento que Coutinho (1994, p. 54) sinaliza com uma “*maior concretização ou ampliação do fenômeno estatal*”.

Os *Cadernos do Cárcere* foram o marco fundamental da reflexão de Gramsci no contexto histórico e para a produção de determinados conceitos, cuja vigência transcende a conjuntura em que foram pensados. Segundo Coutinho (1981, p. 20) é nos *Cadernos* que toma corpo o conceito de “*sociedade civil como portador material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito*”.

Mas isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil. Deve-se notar que, desta crítica ao “Estado” que não intervém, que está a reboque dos acontecimentos, etc., nasce a corrente ideológica ditatorial de direita, com seu fortalecimento do Executivo, etc. (GRAMSCI, 2017, p. 258).

O conceito de “sociedade civil” e a concepção ampliada do Estado partem desse estágio avançado de socialização da política no capitalismo. Segundo Coutinho (1981, p. 30) Marx não viveu o momento de formação dos sujeitos políticos coletivos de massa, não tendo captado a “*trama privada*” existente nas relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida.

Marx, portanto, não pôde conhecer os grandes sindicatos englobando milhões de pessoas, os partidos políticos operários e populares legais e de massa, os parlamentos eleitos por sufrágio universal direto e secreto, os jornais proletários de imensa tiragem, etc (COUTINHO, 1994, p. 90).

A partir das determinações da sociedade capitalista desenvolvida, Gramsci cunha para o Estado, não só a sociedade civil, mas também a sociedade política. Para ele, o Estado possui “novas determinações” e é composto por essas duas esferas acima colocadas, portanto, tem-se “*um novo problema de hegemonia, isto é, a base histórica do Estado se deslocou*” (GRAMSCI, 2017, p. 266).

Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar a massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento; e não como equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc. (COUTINHO, 1981, p. 91).

Dentro da ampliação do papel do Estado em Gramsci, se verificam diferenças estruturais entre as formações sociais que ele determinou como “ocidentais” e “orientais”. Nas formações sociais “orientais” prevalecem o Estado-coerção, e a esfera ideológica se manteve ligada e dependente da sociedade política. Nas formações “ocidentais”, existe uma relação de estabilidade entre a “sociedade

política” e a “sociedade civil”. Nestas sociedades, a luta de classes tem como lugar decisivo, os aparelhos privados de hegemonia, que estão incluídos na luta pela obtenção da direção político-ideológica e do consenso.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (GRAMSCI, 2017, p. 266).

A conformação dos conceitos “ocidentais” e “orientais” não foi para Gramsci, uma questão de localização geográfica, a eles correspondem fatos históricos que assimilam a formação social de dada sociedade. Gramsci os cunhou em formações sociais cujos processos históricos-sociais levam aos dois tipos de formação.

A complexidade do papel do Estado (‘integral’) reside no fato de reunir força e consenso num nexos dialético, de unidade-distinção, no qual, em geral, no ‘ocidente’ o elemento do consenso é o que predomina sem que evidentemente a ‘força’ desapareça (DURIGUETTO, 2014, p. 287).

Coutinho (1994) chama a atenção para o que Gramsci denominou de “guerra de posição” e “guerra de movimento”. A “guerra de posição” ocorre nas sociedades onde o Estado já se ampliou e a luta de classes caminha numa conquista progressiva de espaços no seio e através da sociedade civil. A “guerra de movimento” se dá em sociedades em que o Estado é restrito e a coerção prevalece. É necessário destacar que essa distinção é puramente pedagógica, pois para Gramsci (2015, p. 56) “*não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado.*” Neste ponto, Gramsci sinalizou sobre a relação dialética entre ambos: o poder que a sociedade civil tem no Estado será a hegemonia. Coutinho (1981) reconhece que Gramsci não perde de vista a unidade das duas esferas da superestrutura, quando as distingue, também as identifica, demonstrando as complexidades do Estado nas sociedades ocidentais.

A hegemonia ocupa lugar central nas elaborações de Gramsci sobre as sociedades ocidentais, propondo uma nova relação entre estrutura e superestrutura. Ele tenta se distanciar da ideia de uma determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas.

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser situado com exatidão e resolvido para assim se chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e à definição da relação entre elas (GRAMSCI, 1980, p. 45).

A sociedade civil e a ideologia possuem papéis centrais na constituição das relações sociais e na construção de hegemonia. O reconhecimento da centralidade dessas categorias – até então ignoradas - dimensionam a tomada de poder e a construção de um novo bloco histórico. Segundo Anita Helena Schlesener (2007) o exercício do poder ocorre pela articulação das funções da sociedade política – através do “domínio direto” ou o comando; e da sociedade civil – através da função da direção da sociedade pela formação e conservação do consenso, viabilizando a legitimação do poder.

A conquista progressiva de uma *unidade político-ideológica – de uma direção de classe* – requer a busca do consenso dos grupos sociais, alargando e articulando seus interesses e necessidades na busca da superação dos seus limites corporativos (DURIGUETTO, 2011, p. 298).

O exercício do poder deixa o campo das funções coercitivas e agrega agora a sociedade civil que se envolve num processo de consentimento ativo e voluntário dos dominados. Segundo Iasi (2016) a normalidade do exercício da hegemonia consiste em ter o “apoio da maioria”. Para Gramsci (2017) no exercício da hegemonia, força e consenso se combinam, de modo que haja equilíbrio. Variam se momentos de maior força e/ou de consenso, mas a força sempre aparece “apoiada” pela maioria, o que lhe garante a legitimidade.

3. A questão do intelectual orgânico e os aparelhos privados de hegemonia.

A materialidade social das esferas que compõem o Estado possui uma diferenciação. Os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos do Estado, controlados pelas burocracias executiva e policial-militar. Segundo Coutinho (1981, p. 65) os portadores materiais da sociedade civil são os “aparelhos privados de hegemonia”: com estrutura e legalidade próprias, são os agentes de construção de hegemonia. Nesta dialética, a sociedade civil se funda ontologicamente como uma esfera própria que será a mediação entre a estrutura econômica e o Estado-coerção. Coutinho (1981, p. 65) ressalta que em *Gramsci* “*não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social.*” Para Nogueira (2003) a sociedade civil é o “conteúdo ético do Estado”, nela sendo possibilitada a articulação e a unificação dos interesses, a politização das ações e consciências, a superação de tendências corporativas ou concorrenciais, a organização de consensos e hegemonias.

Nessa concepção, portanto, a sociedade civil é considerada um espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política, se disputa o poder e a dominação. Um espaço de invenção e organização de novos Estados e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas (NOGUEIRA, 2003, p. 192).

Os aparelhos privados de hegemonia são instituições que elaboram as concepções de mundo pelas quais a sociedade se representa a si mesma, através das lutas e aspirações, onde se organizam os grupos sociais e se realiza a direção política e cultural da sociedade. Segundo Schlesener (2007) é no interior do bloco

histórico que se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação e direção exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico.

Coutinho (2008) adverte que o bloco histórico seria “*uma unidade na diversidade*”, a partir da proposição de um bloco histórico que contenha a hegemonia dos trabalhadores. Seria resultado, segundo o autor, da elevação dos interesses específicos (econômicos-corporativos) de seus vários componentes ao nível do interesse “ético-político”, ou universal.

Uma proposta desse tipo, que sintetiza dialeticamente pluralismo e hegemonia, tem ainda a vantagem de levar em conta um fenômeno tornado evidente pela socialização da política: o de que a classe operária, sem perder sua centralidade, não é mais o único segmento social empenhado em promover uma transformação socialista e democrática da sociedade (COUTINHO, 2008, p. 32).

Nesse contexto das relações hegemônicas, a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se realiza pela mediação de seus intelectuais. Gramsci (2017) alerta para a necessidade de “*estudar com “profundidade” quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição.*” Os intelectuais fazem parte desses elementos e são figuras essenciais em Gramsci por serem os organizadores das vontades e da ação coletiva. Dessa capacidade organizativa, se eleva a responsabilidade de organizar um dado aparelho de hegemonia e fomentar a organização da sociedade em geral, com a objetiva construção da hegemonia da fração de classe por eles representadas.

Os intelectuais são os prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2001, p. 22).

Para Gramsci (2001) a problematização em torno dos intelectuais parte do questionamento se este grupo social possui autonomia e independência. Gramsci (1981) coloca que se trata de uma questão complexa e que os processos históricos de formação das categorias dos intelectuais os determinam. Cada nova classe ao promover seu desenvolvimento progressivo, cria consigo “intelectuais orgânicos” que são comumente, especializações das atividades primeiras dessa nova classe. Gramsci os caracterizou como “*intelectuais tradicionais*”, os quais se consideram independentes dos grupos sociais que os formaram. Estes “intelectuais tradicionais” foram apontados por Gramsci, a partir da sociedade italiana, composta por intelectuais rurais, camponeses ou da pequena-burguesia das cidades menores, sem vínculo com o novo modo de produção, além dos que se ligam ao bloco histórico anterior. O que Gramsci intitula, por sua vez, como “*representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas* (2001, p. 23)”.

Em contraposição ao pensamento hegemônico sobre a independência dos intelectuais, Duriguetto (2014, p. 15) sinaliza que para Gramsci os intelectuais “*não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo autônomo e independente*”. No pensamento de Max Weber (1993) a política era separada da ciência e para Karl Mannheim (1986) os intelectuais eram uma camada independente, sendo que na interpretação de Gramsci, os intelectuais ocupam uma função precisa nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas.

Para Gramsci (1981, p. 156) a “auto colocação” desses intelectuais sobre sua independência tem consequências no campo político e ideológico, colaborando com uma filosofia idealista. Outra questão importante afirmada por Gramsci é que “*todos os homens são intelectuais*”, entretanto nem todos desempenham a função de intelectuais. A atividade humana é exercida por todos e nela se produz uma concepção de mundo que faz parte de uma totalidade, que produz uma linha consciente de conduta moral e que incide sobre novas maneiras de pensar. A diferença do intelectual e o homem simples está no quanto se utiliza da atividade intelectual e para qual objetivo. Os intelectuais utilizam sua visão de mundo para dotar e influenciar seu grupo social.

Duriguetto (2014) explica que não existe para Gramsci independência e autonomia, porque tende a uma relação dialética entre intelectual e mundo circundante, que leva os intelectuais *orgânicos a defender* os interesses das classes subalternas, desenvolvendo uma função central nos processos e lutas de formação de uma contra hegemonia aos interesses do capital e seus intelectuais *tradicionais e orgânicos*.

Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (GRAMSCI, 2017, p. 93)

Os intelectuais exercem suas funções em todos os campos das relações sociais, desempenhando a tarefa de organizar a economia, a política, a cultura, divulgar concepções de mundo, construir bases para a formação do “consentimento”, viabilizando o exercício da hegemonia. A questão dos intelectuais se desenvolve para Gramsci, segundo Duriguetto (2014), a partir de uma reflexão sobre a necessidade da formação de uma consciência crítica e de uma nova concepção de mundo dos grupos subalternos. Essa definição dos intelectuais e de suas funções é desenvolvida pela análise histórica concreta das correntes políticas partidárias presentes no desenvolvimento do *Risorgimento* italiano — o Partido da Ação e o Partido dos Moderados — e de suas relações com as classes e frações de classes.

[...] o fato central é precisamente a função internacional ou cosmopolita de seus intelectuais, que é causa e efeito do estado de desagregação em que permanece a península, desde a queda do Império Romano até 1870 (GRAMSCI, 2001, p. 26).

É nesse campo reflexivo que Gramsci inicia o tratamento da questão dos intelectuais, sendo um marco importante o ensaio *A questão meridional* (1926) sobre

a análise da relação cidade/campo e as alianças de classe na sociedade italiana das primeiras décadas do século XX. Nesse ensaio, Gramsci concebe “os intelectuais, particularmente da pequena e média burguesia rural, como sujeitos do Estado que exercitavam a função de intermediação entre os cidadãos e a administração em geral” (DURIGUETTO, 2014, p. 18). Para Gramsci, com o desenvolvimento do capitalismo, os intelectuais tiveram suas funções e posições alteradas.

Em todos os países, o estrato dos intelectuais foi radicalmente modificado pelo desenvolvimento do capitalismo. O velho tipo de intelectual era o elemento organizador de uma sociedade de base predominantemente camponesa e artesã; para organizar o Estado e o comércio, a classe dominante treinava um tipo específico de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o organizador técnico, o especialista da ciência aplicada. (GRAMSCI, 2004, p. 424).

Nas sociedades onde a agricultura exerce um papel preponderante, prevalece o antigo tipo de intelectual, que forma a maior parte dos funcionários estatais. Nas sociedades capitalistas, os intelectuais prevalecem como “especialistas da ciência aplicada”. Entretanto, o contexto histórico de desenvolvimento capitalista, na Itália é a perspectiva que Gramsci – comprometido militante comunista mostrou a necessidade de indicação de um outro tipo de intelectual orgânico, vinculado às classes subalternas italianas – os operários do Norte e os camponeses do Sul.

Segundo Schlesener (2007, p. 38) “o intelectual orgânico do proletariado é o organizador e dirigente político, nascido das lutas políticas das classes dominadas.” A prática pedagógica desses intelectuais deve ser incessante, no sentido de construção, organização e persuasão permanente a partir da sua atuação política. Irá apontar as contradições que perpassam o social, desmistificar o poder e as relações de dominação, despertar a consciência crítica e autônoma; criar um mesmo “clima cultural” que prepare a nova hegemonia.

Gramsci (1988) reconhece que o proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos e quando forma seus intelectuais orgânicos, o faz árdua e lentamente. Suas possibilidades de organização política são reduzidas e, muitas vezes, não conseguem superar o nível econômico-corporativo; enfrentar a formidável e bem organizada estrutura ideológica da classe dominante, é tarefa

difícil e nem sempre fadada ao sucesso. Segundo Schlesener (2007) as perspectivas de mudança se colocam a partir do próprio esforço das classes dominadas em criar meios de organização política e cultural, em romper a influência da classe dominante tomando progressivamente “consciência da sua própria personalidade histórica”. Esta tarefa cabe ao partido político, organismo criado pelas massas como instrumento de luta e de autoeducação, de elaboração e difusão de uma nova concepção de mundo.

Gramsci analisa a importância da função do partido político em relação à questão dos intelectuais. Desenvolve que, para alguns grupos sociais, o “partido é o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos”. Já para todos os grupos sociais, o partido constitui o instrumento que, na sociedade civil, produz e realiza a “saldatura” entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais para transformá-los em “intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil, política”. Essa função é conexa com a função mais geral do partido, que para Gramsci, consiste em elevar o nível econômico-corporativo ao ético-político (DURIGUETTO, 2014, p. 286).

Mendonça (2018, p. 76) explica que o partido é um dos “*encarregados de organizar a vontade coletiva*” através da adesão voluntária, seja de grupos dominantes, ou de subalternos. Compõe o conjunto de *aparelhos privados de hegemonia* que também tem as igrejas, associações privadas, sindicatos, escolas e imprensa. A partir dos escritos de Gramsci, desenvolveremos sobre o partido político.

4. Partido político, reforma intelectual e moral e hegemonia

Coutinho (1981) explicita que um dos pontos importantes do aprendizado de Gramsci no período anterior ao cárcere foi o desenvolvimento da teoria do partido político da classe operária. O tema também ocupa lugar importante nos *Cadernos do Cárcere*. A inspiração de Gramsci para tratar do partido político tem origem em O

Príncipe de Maquiavel³(2002) que trouxe novos elementos para pensar a instauração de um novo Estado. Diz Gramsci (1980, p. 3) que o caráter fundamental do Príncipe consiste em que ele não é um trabalho sistemático, mas um livro “vivo” em que a ideologia política e a ciência política fundem-se de forma dramática do “mito”. Segundo Gramsci (1980, p. 5) em todo livro, Maquiavel “*mostra como deve ser o Príncipe para levar um povo à fundação do novo Estado, e o desenvolvimento é conduzido com rigor lógico, com relevo científico*”. O autor (1980) formulou traços do partido revolucionário moderno, explicitando-o como um agente da vontade coletiva, mais do que de um indivíduo. *A obra de Maquiável* seria uma exemplificação histórica do “mito soreliano” para dar força ao povo italiano, então disperso e pulverizado e organizá-lo em torno de determinados objetivos.

Schlesener (2007) observa que o mito em Georges Sorel – intérprete de Marx na França, onde difundiu o pensamento do autor – era para demonstrar a necessária e fecunda capacidade da classe operária em se organizar a partir de sua espontaneidade. Para Gramsci (1980, p. 7) “*o caráter abstrato da concepção soreliana do mito*” vem da repulsa ética assumida pelos jacobinos, que ele interpreta como uma *encarnação categórica* do Príncipe de Maquiavel. O estudo de Sorel, partindo da premissa do mito, foi sobre a concepção de sindicatos profissionais, não havendo alcançado o partido político. Entretanto, o sindicato não era visto como a maior organização da vontade coletiva, mas sua ação prática que levaria à greve geral.

Nas sociedades modernas, cuja complexidade é concreta, a função de agente desta vontade, será do partido político, dado ao seu desenvolvimento histórico. Coutinho (1981, p. 7) afirma ser o partido “*um dos elementos mais característicos da rede de organização que forma a moderna sociedade civil.*”

Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, 1980, p. 6).

³. Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, Itália, no dia 3 de maio de 1469 e morreu também em Florença, aos 58 anos, no dia 21 de junho de 1527. Maquiavel estava inserido no contexto do Renascimento italiano e viveu durante o governo de Lourenço de Médici. Niccolò di Bernardo dei Machiavelli viveu na transição do século XV para o XVI, período com diversas transformações radicais nas estruturas sociais. Fonte: Maquiavél, N. O Príncipe. Ano: 2000.

Gramsci (1980, p. 20) conseguiu através da releitura de Maquiavel, recuperar a força passional e mítica presente em *O Príncipe* (2002) e demonstrar a relação estabelecida entre a teoria e a história e a ação política, possibilitando a substituição do “salvador da nação para o fascismo” pela prática histórica do partido político, como agente de organização da luta pela hegemonia do proletariado. Nos países de capitalismo avançado, a sociedade civil é um organismo complexo e organizado, possibilitando elaboração e manifestação de hegemonia. Naquele contexto histórico, o partido se tornou a instituição com capacidade de estimular a formação de uma vontade coletiva, de iniciar o processo de uma “reforma intelectual e moral”, já que é um órgão de manifestação política moderno e é parte da sociedade civil. Para Coutinho (1981) o partido não opera somente por uma renovação política, econômica e social, mas também por uma revolução cultural, que levará ao desenvolvimento de uma nova cultura.

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2017, p. 19).

Gramsci entendeu que o estabelecimento de uma nova cultura é primordial para a luta das classes subalternas e desse entendimento veio sua compreensão e o vínculo com Lênin, para quem a “frente cultural”, a econômica e política, constituem elementos importantes e decisivos para esta construção. Gramsci busca em Lênin esta função que o partido tem em sua relação com a classe. Para Lênin (1979, p. 65) “*a tarefa básica do partido operário de vanguarda*”, do partido da revolução socialista, é a de contribuir para superar na classe operária uma consciência puramente trade-unionista, sindicalista, fornecendo ao contrário os elementos teóricos e organizativos para elevação da consciência de classe ao nível da totalidade. A superação do conflito imediato entre patrões e operários na luta pela fixação do salário, para dar lugar aos vínculos políticos globais da classe operária com as demais classes da sociedade, antagônicas, aliadas ou potencialmente

aliadas. Alcançando este nível, graças à mediação do partido, a classe operária enfrenta diretamente a questão do Estado, a questão do poder.

A tarefa do “moderno príncipe” é a de superação dos traços corporativos da classe operária para construção de *uma “vontade coletiva nacional-popular”*, agregando e unificando num só nível de consciência – a consciência de classe – a totalidade dos estratos sociais. O partido, enquanto organismo coletivo, representa a elevação de uma parte da classe, de sua vanguarda, da fase econômico-corporativa para a fase política, da particularidade para a universalidade, da necessidade para a liberdade, é natural que uma mesma elevação – ainda que em diferentes níveis – ocorra também em cada um de seus membros individuais (COUTINHO, 1981, p. 119).

As tarefas do partido político, dentro do seu desenvolvimento histórico, são superadas no campo corporativo para dar lugar às atividades gerais, de caráter nacional e internacional. Coutinho (1991, p. 76) ressalta a centralidade das observações de Gramsci sobre a necessidade de superação dos movimentos espontâneos pela direção política consciente, ou seja, por “uma síntese político-intelectual que supere os elementos de corporativismo e transforme tais movimentos em algo homogêneo, universalizante, capaz de ação eficaz e duradoura”. Gramsci (1980, p. 105) ao refletir sobre esta vontade coletiva, levanta a seguinte questão: “*Quando é possível dizer que existem as condições para que possa surgir e desenvolver-se uma vontade coletiva nacional-popular?*”

As condições positivas devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Qualquer formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem *simultaneamente* na vida política (GRAMSCI, 2017, p. 18).

Para o marxista sardo é necessária uma análise histórica, partindo dos elementos econômicos de uma estrutura social de determinado país e uma leitura das “*tentativas feitas através dos séculos para suscitar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos.*” Essa vontade coletiva é concebida por Gramsci como

“consciência operosa da necessidade histórica”, ou seja, como a necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora (GRAMSCI, 2017, 24).

Segundo Schlesener (2007) o partido político além de ser o organizador dessa vontade coletiva, irá também ser para a classe operária o instrumento de luta pela criação de um novo bloco histórico. Neste propósito, tal como o Príncipe, o partido político moderno precisa assumir a função mobilizadora e organizadora das classes subalternas, atuando no sentido de desencadear a luta pela hegemonia.

Para Gramsci (1980) os pontos fundamentais de uma estrutura de trabalho de um partido político são: a formação de uma vontade coletiva nacional-popular - da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante; e a reforma intelectual. As principais características de um partido revolucionário moderno devem se relacionar com três elementos, como parte da estrutura interna desse organismo, que são:

Um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação se caracteriza mais pela disciplina e pela fidelidade que pelo espírito criador e altamente organizativo; um elemento de coesão principal, que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças, pela disciplina e força inventiva que seriam os dirigentes; e um elemento intermediário que articula os dois primeiros segmentos colocando-os em inter-relação (GRAMSCI, 1980, p. 26).

Gramsci deu à reforma intelectual e moral, um lugar decisivo, determinando o papel dos intelectuais na formação e construção do partido político. Para Gramsci (1980, p. 39) *“todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais”*. Essa conceituação não se dá por sua erudição, mas conforme ressalta Coutinho (1981, p. 54) se dá pela função que exerce no partido, *“que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual.”* A categoria “intelectual coletivo” se vincula à associação entre a função política e intelectual do partido, além de destacar o importante papel dos intelectuais na formação do partido, sendo este, onde se redefine a função do intelectual pela relação entre filosofia e política, teoria e prática. Para Duriguetto (2014) cabe particularmente aos intelectuais, na atuação por meio do partido, essa função da criação de processos de elevação da consciência corporativa à ético-política, a consciência de classe.

O partido político precisa reorganizar-se continuamente em função dos novos e originais problemas a serem resolvidos. O movimento só avança de modo autônomo se ele organiza de tal modo que suas ações se realizem em vista de determinados fins. A possibilidade de criar um homem coletivo passa pelo modo como meios e fins são estabelecidos no interior do movimento. A preservação da criatividade e espontaneidade requer que as relações estabelecidas não sejam mecânicas, mas abertas e dinâmicas. Outros aparelhos privados de hegemonia como a escola, a imprensa, movimentos sociais e associações profissionais, que possuem a atuação do intelectual. Nos processos de tomada de consciência do “senso comum” ao “bom senso”, em outras palavras, de uma consciência imediata a formas de pensar e agir críticas. A centralidade da formação da consciência de classe em Gramsci está na função do intelectual que atua por meio do partido.

Por isso é importante que o partido político revolucionário esteja aberto a um aperfeiçoamento e reorganização contínuos em função das classes subalternas, para que a articulação entre cultura e hegemonia – no que mormente, tratamos aqui neste capítulo e que Gramsci chama de “reforma intelectual e moral”, possa produzir uma nova concepção de mundo, que é condição necessária para a criação da democracia e para a formação pedagógica da classe trabalhadora, expressa numa vontade coletiva, no decorrer da luta pela hegemonia, afim de torná-la sujeitos da história.

Dadas as elaborações de Gramsci sobre a teoria do Estado ampliado, a questão dos intelectuais e os aparelhos privados de hegemonia e o partido político, desenvolveremos, o próximo capítulo, dedicado ao Partido dos Trabalhadores, partido que foi construído a partir da intencionalidade da classe trabalhadora, no final da década de 70, no Brasil no período de ditadura militar.

CAPÍTULO II

O projeto de contrarrevolução na América Latina e as particularidades da economia dependente brasileira.

Na verdade, o profundo comprometimento das classes dominantes latino-americanas com a ordem global funciona como um bloqueio institucional e mental que inviabiliza a formulação de respostas criativas que a situação histórica exige.

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2010).

Este capítulo analisa os elementos do contexto nacional desde o golpe civil militar de 1964 que corroboraram para as transformações da sociedade civil nos últimos 40 anos. Sob uma perspectiva que coloca a América Latina como centro das análises, tem-se o entendimento do Brasil como país de economia periférica e que demonstrando como se costurou uma nova cultura política em que sujeitos históricos diferenciados como os trabalhadores, intelectuais orgânicos e a esquerda católica se unem na formação de um partido por trabalhadores e para trabalhadores. As bases históricas de luta pela democracia e abertura política demonstram que não somente esses sujeitos, mas a burguesia nacional e o Grande Capital, estão na disputa pela hegemonia política e econômica, haja vista, o golpe de 2016, que teve no impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff, do então partido de massas, mais uma de suas articulações para a reconstrução da hegemonia do grande capital.

2.1 Capitalismo dependente e luta de classes: o Brasil após o golpe de 1964

Para compreensão do processo histórico do golpe de 1964 é necessário entender a nova configuração da política nacional, no período anterior ao golpe de 1964. Segundo Skidmore (1975) o jogo político era conduzido de maneira privada pela burguesia nacional, e após 1945, novas lideranças entram no contexto como Ademar de Barros, João Goulart, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Leonel Brizola. Ainda que de maneira “enviesada”, a hegemonia da burguesia passa por constrições.

As esquerdas representadas pelas organizações estudantis radicais como a UNE (União nacional dos estudantes) e a Ação Popular⁴ formulavam um substancial programa de organização política. Os movimentos de luta pela terra, como exemplo, as Ligas Camponesas⁵ cresciam, assim como as invasões de terras, o que tensionou a questão agrária. A manutenção do domínio arbitrário dos grandes proprietários de terra gerou grande insatisfação e a ofensiva dos movimentos pela terra, sendo fontes permanentes de instabilidade política e falta de legitimação do Estado burguês. As primeiras ligas camponesas foram desenvolvidas no Nordeste, em 1945, mas tiveram pouca duração. Em 1954, a *União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB)* foi fundada em São Paulo, tendo à frente Lindolfo Silva, militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Segundo arquivo do CPDOC⁶ (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), a ULTAB foi responsável pela criação de associações de lavradores que buscavam organizar os camponeses em suas lutas. A partir do início dos anos 1960, as associações foram sendo transformadas em sindicatos. A ULTAB não só desempenhou papel fundamental nesse processo de sindicalização que culminou na criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

⁴ A Ação Popular foi uma organização política de esquerda extraparlamentar, criada em junho de 1962, a partir de um congresso em Belo Horizonte, resultado da atuação dos militantes estudantis da Juventude Universitária Católica e de outras agremiações da Ação Católica Brasileira.

⁵ As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Ver SILVA, A. M.C. O estado e o campo no Brasil (1930-1964) revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do país. 2.ed. rev. Aumente. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2016.

⁶ O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criada em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação.

(CONTAG). Ela constituiu-se na principal força em ação no interior da nova entidade. O partido político foi o dirigente no exercício da hegemonia dentro deste movimento social, junto com a esquerda católica.

A Questão Agrária com seu potencial revolucionário entrara em pauta [...]. Desde então as invasões de terras se sucederam como consequência também da expansão capitalista, que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos. Era necessária a reforma da propriedade agrícola, conforme João Goulart já em 1958 preconizava, inclusive para possibilitar a ampliação do mercado interno. Mas a burguesia brasileira, subordinada às finanças internacionais e ligada umbilicalmente ao latifúndio, de onde se originara parte do seu capital, relutava em promover ou mesmo rechaçava qualquer mudança na estrutura agrária, embora a situação dos trabalhadores agrícolas se deteriorasse cada vez mais, a violência eclodindo em algumas regiões do País (BANDEIRA, 1983, p. 54).

O desmoronamento da política econômica através do Plano Trienal⁷ corroborou segundo Bandeira (1983, p. 55), para compreensão dos nexos conjunturais que se associara o plano ao cenário político correspondente ao período anterior do golpe de 1964. Segundo Skidmore (1975) Celso Furtado incluiu no Plano Trienal reformas essenciais, tanto por seu papel de removedor de barreiras institucionais ao futuro desenvolvimento econômico, como por sua contribuição à “justiça social”. As reformas eram de quatro categorias: administrativa, financeira, tributária e agrária.

Por outro lado, a mobilização crescente das massas rurais e urbanas não foram vistas com satisfação pela elite agrária e industrial e criaram consenso em torno da perda de credibilidade da política democrática em curso. Para este objetivo, os Estados Unidos através de suas instituições como a CIA, colaboraram no que Bandeira (1983, p. 67) denominou como uma “*rede de conspiração contra o Governo Goulart*”, que contou com a participação não só da elite agrária e industrial, mas também com militares brasileiros “*em atos de terror e sabotagem, lutas de*

⁷ A premissa central do plano propunha o combate à inflação a partir do controle do déficit público e das emissões, assumindo, para tal, uma estratégia gradualista. Fixando como objetivo a ser buscado a taxa inflacionária de 10% ao ano em 1965 (com meta parcial de 25% para o ano de 1963), o plano não negligenciava a perspectiva desenvolvimentista. Ver BANDEIRA (1983).

guerrilha e anti guerrilha". De acordo com o autor, o objetivo era confundir a opinião pública e por isso propagou a informação que *havia armas com trabalhadores e camponeses na Refinaria de Duque de Caxias, na Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA)*", no Porto e em outros locais do Rio de Janeiro. O esforço em disseminar esse dado foi conduzido pela imprensa reacionária e polarizava ainda mais a sociedade civil. O quadro se asseverou com a disseminação ideológica contrarrevolucionária na Escola Superior de Guerra, que se tornou o eixo central dessa ideologia, com posição anticomunista e com direção do Pentágono.

No final de 1963, um agente das Forças Armadas brasileiras, ligado ao EUA, antecipou ao Jornal *Los Angeles Times*, que o Governo Goulart poderia cair a qualquer momento, almejado pelos militares que estavam discutindo se seria *"melhor tutelá-lo, patrociná-lo, colocá-lo sob controle até o término do seu mandato ou destruí-lo agora mesmo"*. (BANDEIRA, 1983, p. 76)

Para Ianni (1981, 197) entre os anos de 1961 e 1964 ocorreu uma profunda e fecunda crise de hegemonia. O bloco de poder polarizado em torno do governo, entrava em crise, provocando o enfraquecimento do Estado burguês. Foi nesse contexto, que se desenvolveu por dentro da crise econômica e política, uma crise de hegemonia. As classes subalternas ganhavam força política e começavam a fazer propostas e a lutar em sentido da transformação das estruturas sociais. Ianni observa que *"o golpe de Estado concretizou a vitória da opção capitalismo dependente, amplamente determinado pelo grande capital financeiro e monopolista"*.

O quadro político assevera para o que o Netto (2005, p. 37) denominou de *contrarrevolução preventiva*. O golpe que estava em curso se somava ao quadro geral de sucessivos golpes de Estado, que ainda de acordo com o autor, demonstrava *"uma profunda alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas"*, sob a égide da hegemonia norte-americana, que principalmente na década de 1960, se viu em todo o globo.

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema

capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2005, p. 16).

Em perspectiva histórica, a ditadura militar teve dupla finalidade pois, por um lado se configurou como um golpe de Estado e reação contra as classes operária e camponesa. Nesse sentido, rompe e destrói amplamente todo um vasto, lento e sistemático processo de ascenso político das classes oprimidas, operários da indústria, operários do campo, camponeses, empregados e trabalhadores pobres. Foi toda uma época de avanço político, organizatório, de conscientização e luta que se interrompeu com o golpe e a ditadura de 21 anos. Por outro lado, a reação burguesa se voltou para a própria democracia burguesa.

Os golpes de estado foram vistos em vários países da América Latina e fizeram parte do pacto contrarrevolucionário, empreendido pelo imperialismo estaduniense⁸ (numa clara alusão à Guerra Fria) afim de conter as lutas anticapitalistas. Para Fernandes (1973) o novo padrão estabelecido foi destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos, pois não possuíam condições para um crescimento auto-sustentado, para a integração nacional da economia e para uma rápida industrialização.

A hegemonia assumida de forma ampla pelos EUA foi feita a partir de claras diretrizes de como conduziram em cada continente, sua política. A “*Doutrina Truman*” foi o símbolo e marco fundamental da autoconcepção dos EUA, referente aos papéis que deveriam desempenhar em face do campo socialista e do “*Terceiro Mundo*”. De acordo com Ianni (1976, p. 98) um dos pontos básicos da evolução dessa doutrina foi sintetizado pelo historiador norte-americano Arthur M. Schlesinger Jr. “*ao afirmar que John F. Kennedy foi na realidade, o primeiro Presidente norte-americano para quem a totalidade do mundo era, num certo sentido, política interna*”. Mais do que bloquear o avanço do bloco socialista, ou capitanear as relações com as potências enfraquecidas ou liquidadas com a Guerras Mundiais e a Depressão iniciada em 1929, tratam-se das relações dos EUA com o “*Terceiro*

⁸ Ressaltamos que o processo como um todo não é um fenômeno estadunidense, entretanto os EUA desempenharam o papel pioneiro e dominante. Países como a Alemanha, França, Inglaterra e o Japão tomaram parte nesse lucrativo processo que Florestan Fernandes (1973) chamou de “recolonialismo”.

Mundo". Salienta Ianni (1976, p. 77) que "os EUA e a URSS estão competindo pela mente dos povos dos três continentes subdesenvolvidos". O que tornava a hegemonia dos Estados Unidos entre as nações latino-americanas uma força incontrolável e perigosa na concepção norte-americana de segurança, fronteira econômica e ação conjunta contra mudanças radicais ou revolucionárias nos países vizinhos.

Entretanto, é preciso reconhecer que os desdobramentos das relações dos Estados Unidos com a América Latina realizam-se em função de fatos concretos tais como os seguintes: a revolução mexicana; o nacionalismo econômico e a política externa independente ensaiada em algumas nações; a revolução cubana; o aparecimento de núcleos guerrilheiros em vários pontos do Continente; etc. Estes são os acontecimentos que levam os Estados Unidos a formularem de modo cada vez mais explícito os fins de suas relações com as nações latino-americanas (IANNI, 1976, p. 83).

Diante das particularidades de cada estágio do capitalismo, em cada tempo histórico foram utilizadas formas mais ou menos violentas para assegurar seu lucro e garantir a ordem vigente.

Fontes (2008) observa que o capitalismo se verifica na dominação das classes sociais, uma vez que, vende sua força de trabalho e controla as condições sociais de sua venda.

A maneira histórica e peculiar ao capitalismo reside na exploração de trabalhadores formalmente livres. Essa "liberdade" resulta da expropriação da maioria da população das condições de assegurar a própria subsistência e é ela, portanto, que assegura a permanente conversão da força de trabalho em mercadoria. A expropriação foi condição para o surgimento do capitalismo e iniciou-se, sobretudo, através da expulsão dos camponeses, algo de que todos nos lembramos (FONTES, 2008, p. 24).

O imperialismo é para Lênin (1979) a fase superior do capitalismo e apareceu como desenvolvimento e continuação das características essenciais do capitalismo, entretanto só se metamorfoseou quando alcançou um grau específico, de elevado desenvolvimento, levando-o para uma complexa estrutura econômica e social. A nova forma que o imperialismo assumiu, na visão de Florestan Fernandes (1973),

não foi apenas um produto de fatores econômicos. A empresa corporativa sob os ditames do capitalismo monopolista, estava no centro do processo e conduziu mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, a partir da revolução tecnológica nos padrões burocráticos de administração e pelos efeitos múltiplos e cumulativos da *“concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial”* (FERNANDES, 1973, p. 46).

A expropriação dos trabalhadores, que Marx (1985) chama de *acumulação primitiva*, vai sendo conservado e reproduzido sempre em maior escala e de forma permanente, assegurando a produção de mais-valor, base efetiva do lucro. Dinheiro e mercadoria transformam-se em capital somente em determinadas circunstâncias⁹.

Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. Portanto, o processo que cria a relação capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 1985, p.262).

Este é o cerne social fundamental para a extração do sobretrabalho sob o capitalismo. Nele se instaurou a luta de classes, uma vez que a exploração calcada sobre a base da oferta livre da força de trabalho e da conversão de todos os bens em monopólios apropriados, de forma privada, sob as diretrizes do capital. O que torna ainda mais conflituoso e contraditório são as condições que se colocam sobre a liberdade dessa venda.

⁹ Para Marx (1985) são duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; *do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho*. Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, *livres, soltos e desprovidos deles*.

Essas contradições são fundamentais para o estabelecimento de estratégias de luta e para a construção de pontos comuns entre situações sociais profundamente diversas, em função das formas específicas e multifacetadas nas quais ocorrem as inúmeras expropriações e processos de trabalho (FONTES, 2008, p. 27).

Segundo Fontes (2008) as lutas por direitos dos trabalhadores se constituem uma primeira denúncia dessa “*liberdade*”, transformada em disponibilidade para o capital. Procura assegurar, ao contrário, alguma garantia social para impedir a venda ilimitada da força de trabalho. Para Marx (2001) a classe trabalhadora (ou proletariado) é composta pela massa de trabalhadores (as) produtivos (as) e também pelos chamados improdutivo, geradores de um não valor, mas imprescindíveis para a reprodução do capital.

Por ‘proletariado’ devem entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do monsieur capital, como o chama Pecqueur. O proletário doentio da floresta virgem não passa de uma curiosa fantasia de Roscher; o habitante da floresta virgem é proprietário dela e trata-a como sua propriedade, com a mesma liberdade de um orangotango. Ele não é um proletário, e só o seria se a floresta o explorasse, em vez de ser explorado. (MARX, 2001, p. 717, nº 70).

É dentro da perspectiva da luta de classes, sob esse novo padrão de imperialismo, que se desenhou o golpe de Estado, com o objetivo de restabelecimento do poder e da força do Estado burguês, que se havia debilitado bastante entre 1961 e 1964 no Brasil. Para devolver ao Estado sua força e poder, a ditadura desenvolveu, aperfeiçou e modernizou o aparelho estatal, de modo a garantir a estabilidade social e política convenientes ao capital financeiro nacional e estrangeiro. Outro elemento concernente às transformações do Estado para atender os interesses privados do capital foi a violência estatal em larga escala.

Além da violência política, mais visível, que aparece na prisão, processo, ameaça, sequestro, desaparecimento ou assassinato de membros e líderes de sindicatos operários, ligas camponesas, igrejas e partidos, a violência política, policial e militar aparece

também nos locais de trabalho – fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório (IANNI, 1981, p. 44).

Para Ianni (1981, p. 45) o fortalecimento do Estado se deu junto com o fortalecimento do bloco de poder, ao mesmo tempo em que a *“ditadura transformava o Estado em um órgão atrelado principalmente aos interesses da grande burguesia financeira e monopolista”*. O período entre 1964 e 1968, representado pelos governos Castelo Branco e parte do governo Costa e Silva, foi de dificuldade por parte da ditadura em se legitimar politicamente e articular uma ampla base social de apoio. Em 1968, com a instituição do AI-5¹⁰, se viu a transformação de uma *“ditadura reacionária”* em um regime com *“características fascistas”*.

O ano de 1974 é considerado por Netto (2007, 36) como *“marco de inflexão do ciclo autocrático para baixo”*, centralizado pelo aprofundamento da crise do *“milagre econômico”*. De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada, principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, mas também, de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita, o período 1968-1973) passou a ser conhecido como aquele do *“milagre econômico brasileiro”*, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países.

Entretanto, em 1974 ficou mais evidente a crise de hegemonia do bloco de poder constituído pelo regime militar. Para Ianni (1981) foi a partir desse momento que a classe operária e o campesinato puderam contar com o apoio e aliança de setores que desacreditaram nos alicerces do regime vigente. De acordo com o autor, a organização da classe trabalhadora na cidade e no campo levou a embates significativos na luta pela redemocratização.

Segundo Doimo (1995) surgiu no Brasil, na década de 1970, diversos movimentos populares, como o movimento do custo de vida, o movimento de

¹⁰ Segundo Ianni (1981) o AI-5, o mais duro de todos os Atos Institucionais, foi emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968. Isso resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, comumente usada como instrumento pelo Estado.

moradia, o movimento contra o desemprego, o movimento de saúde, do transporte coletivo, os quais a autora situa no campo ético-político comum, isto é, eles estavam predispostos à participação continuada na luta por seus interesses, como o fundamento da democracia e de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais.

A classe trabalhadora estava envolta nas discussões sobre a transição democrática, fomentada pelos movimentos sociais, entre eles o movimento sindical, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) fomentada pela Igreja progressista, os partidos políticos de esquerda etc. Neste contexto histórico, de transição entre a ditadura e o período democrático é que se deu no ano de 1980, a emergência do Partido dos Trabalhadores (PT).

Entretanto, mesmo diante da construção de forças sociais, no quadro das esquerdas o processo de redemocratização no Brasil foi contraditório, bem como em todo o resto da América Latina. Segundo Castelo (2017, p.61):

De um lado, mobilizações populares apressaram a queda das ditaduras militares, desgastadas do ponto de vista político e econômico; de outro, as movimentações de gabinetes do grande capital nacional e internacional e seus representantes governamentais e burocráticos para restabelecer, sob novas bases, a supremacia das classes dominantes. Destes embates, as ditaduras caíram e, ao mesmo tempo, os regimes instaurados pouco avançaram numa efetiva democratização da sociedade, em especial no tocante à redução das brutais desigualdades sociais.

Castelo (2017) mostra que o processo de redemocratização foi marcado pelo consenso, que incluiu demandas históricas da classe trabalhadora brasileira, resultante da organização da nova cultura política. O antigo bloco histórico da ditadura empresarial-militar foi superado, mas muitos elementos foram conservados, impedindo uma radicalização dos processos democráticos, políticos e socioeconômicos. O auge desse processo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que em seu texto, há “vitórias” das classes dominantes e reivindicações dos trabalhadores. Ainda que fruto da mediação resultante da luta de classes, a Constituição foi denominada “cidadã” por conter, ainda que, de forma parcial, conquistas dos trabalhadores.

E mesmo com direitos inscritos na lei máxima do país, diversos deles nunca saíram do papel ou, quando foram efetivados em políticas sociais – com destaque para a seguridade social (saúde, previdência e assistência social) –, foram limitados pela coerção da política econômica neoliberal dos anos 1990 em diante. Resumidamente, ao final do processo de abertura, os subalternos conseguiram avanços na ordem estabelecida, mas a resultante foi a vitória dos dominantes, implementado o seu projeto de classe: o neoliberalismo (CASTELO, 2017, p. 61).

Behring (2008, p. 45) afirma que na década de 1980, se viu em todo mundo, “*uma reação burguesa*” em resposta à crise do capital (iniciada na década de 1970) e no Brasil não foi diferente. O processo de democratização foi permeado pela adesão às orientações conservadoras com o objetivo de solucionar o problema do que a autora chamou de “*recrudescimento do endividamento externo e suas consequências*” (BEHRING, 2008, P. 46). A dívida do Brasil se deu em parte pela alta do petróleo, que é fonte vital para uma estrutura produtiva mais complexa e sistema viário fundado no transporte rodoviário. Entretanto, a dívida, em sua essência se deve a uma articulação entre a burguesia nacional, o Estado e o capital estrangeiro que findou o “milagre econômico”. Com o problema da dívida negociada, diante da possibilidade de colapso financeiro internacional, impõe-se o discurso da necessidade de ajustes e dos planos de estabilização em toda a América Latina. As medidas fizeram parte de um ajuste global, reordenando as relações entre o centro e a periferia do mundo do capital. Para a autora “*houve uma espécie de coordenação da reestruturação industrial e financeira nos países centrais, enquanto os custos foram pagos pela crise financeira do Estado, pelos sindicatos e pelos países da periferia*” (BEHRING, 2008, p. 46). A conjuntura abriu a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal no Brasil.

2. Neoliberalismo e reestruturação produtiva: Contexto de crise do capital no Brasil dos anos 90

No Brasil, o avanço da ideologia neoliberal como receituário para o enfrentamento da crise do Capital, nos anos de 1990, trouxe consequências visíveis para a classe trabalhadora. Os direitos básicos dos trabalhadores puderam ser registrados, ainda que parcialmente, na Constituição Federal de 1988. Entretanto, as medidas conservadoras que balizaram a política econômica nacional comprometeram as lutas sociais, bem como os direitos civis, políticos e sociais. Este contexto econômico levou os movimentos sociais a um declínio e consequente criminalização, sendo comparados à facções criminosas, da mesma forma que o movimento sindical e os partidos políticos de esquerda.

De acordo com David Harvey (2008) o neoliberalismo é em primeiro lugar :

Uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas ; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p. 15).

Segundo Harvey (2008) a crise da acumulação do capital na década de 1970 foi feita na combinação entre desemprego em ascensão e inflação acelerada. Unido a insatisfação geral, o fortalecimento dos movimentos sociais deflagrou naquele contexto, a alternativa socialista para o conflito entre o capital e o trabalho. Diante dessa clara ameaça às elites econômicas e às classes dirigentes, de países avançados e em desenvolvimento, o receituário neoliberal surge como a única alternativa que asseguraria a hegemonia da burguesia ao capital.

Para Tavares (2009, p. 14), na América Latina, os efeitos devastadores da crise financeira e a explosão da crise da dívida externa, nos anos 80, levam a um reforço do modelo que vinha sendo aplicado em alguns países, desde meados da década anterior pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o governo dos EUA, no chamado "*Consenso de Washington*".

O referido consenso foi fruto de uma reunião, em 1989, entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, BID, Banco Mundial),

funcionários do governo americano e economistas latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina. De acordo com a autora, as diretrizes se caracterizavam por um conjunto de regras de condicionalidade aplicadas de forma padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Essas reformas estruturais de cunho neoliberal passaram a ser executadas pelos países de economia central em economias periféricas no Terceiro Mundo. Tavares (2003, p. 16) ressalta que as medidas deste ajuste estavam “*centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado*”. Neles foram implantados um ideário de reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o FMI.

A reestruturação do capital pós-crise de 1970, também trouxe uma nova forma de acumulação que se caracteriza pela flexibilidade e avanço tecnológico, onde se destaca nesse período o Toyotismo em contraposição ao Taylorismo/Fordismo¹¹.

No Brasil, o projeto neoliberal entrou como alternativa no governo Collor de Mello, que foi expressão das oligarquias rurais com ligação ao grande capital, na década de 1990. Suas reformas que iam contra o ideário democrático conquistado pelas organizações sindicais e pelos movimentos sociais organizados, causando com isso desemprego e trabalhos precarizados sem garantias sociais. Pochmann (2012, p. 34) ressalta que a conjuntura de implantação da política neoliberal no Brasil, iniciada com o governo Collor (1990-1992), conduziu o país a um período de forte recessão econômica, ao crescimento das taxas de desemprego, à elevação dos índices inflacionários, à deterioração dos serviços e infraestrutura públicos – principalmente da área de educação e de saúde –, à desindustrialização e ao arrocho salarial. Apesar dos efeitos produzidos pela política neoliberal terem repercutido de maneira desigual nos rendimentos das classes médias, do operariado

¹¹ De acordo com Antunes (1995, p. 65) as características desta reestruturação são: sua produção muito vinculada à demanda; ela é variada e bastante heterogênea; fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções e tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção. O autor cita os “Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)” empregados pelo Toyotismo, como uma nova forma de apropriação pelo capital do saber fazer intelectual do trabalho, o que aprofunda a interiorização do trabalho alienado.

e das frações do bloco no poder, de modo geral, foram bastante prejudiciais aos rendimentos dos estratos inferiores desses setores sociais. A implementação da política neoliberal nesse período configurou-se como pressões ao ritmo de aplicação dessa política e aos seus efeitos. Enquanto setores vinculados ao grande capital industrial reclamavam do acelerado processo de abertura comercial, o grande capital bancário e financeiro mostravam-se insatisfeito com a morosidade do governo federal para aprovar as medidas de desregulamentação da economia. No plano do movimento popular e sindical, as reivindicações eram dadas, sobretudo, à desvalorização salarial e à queda do número de empregos. Isso significa que essas insatisfações criadas pelo início da implantação do modelo neoliberal no Brasil manifestaram-se, com mais intensidade, como lutas econômico-corporativas.

De acordo com Martuscelli (2010, p. 542) as insatisfações provocadas pela aplicação da política neoliberal repercutiram não só no plano da ação econômico-corporativa, mas também no terreno dos partidos políticos, resultando no surgimento de conflitos localizados entre o executivo e o legislativo durante o governo Fernando Collor de Mello. A centralização do poder na esfera do executivo e a concentração de poderes na área econômica foram aspectos importantes que contribuíram para elevar o grau de descontentamento dos partidos do bloco no poder em relação ao governo federal. Esse descontentamento pode ser evidenciado nas insistentes pressões desses partidos políticos por maior participação na elaboração e na implementação da política econômica e social.

Ao longo dessa conjuntura, tais pressões foram acumulando-se e intensificando-se. Todavia, o governo dificultava a abertura de espaços de participação política para os partidos do bloco no poder, o que o conduziu progressivamente ao isolamento político. Essas condições foram propícias para o aparecimento de uma crise de governo no sistema presidencialista brasileiro.

Para Saes (1998, p. 141) é possível afirmar que a crise política ocorrida durante o mandato do primeiro governo neoliberal no país configurou-se como uma crise de governo e não uma crise da política neoliberal. Por paradoxal que possa parecer, com o progressivo acirramento da crise política no Brasil, as críticas feitas à política econômica e social implementada pelo governo federal perderam fôlego. Em contrapartida, a aposta no avanço das investigações de corrupção na base governamental, a defesa da ética na política e o chamado do impeachment de Collor passaram a ser a tônica da luta das forças sociais de oposição ao governo. Neste

período, a CNBB lançou sua campanha pela ética na política e o MNFeP tem em sua emergência. A ênfase nesta questão.

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal. Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 –que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989 (FILGUEIRAS, 1997, p. 35).

Segundo Filgueiras (1997, p. 36) esse processo, que culminou com a “afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira”. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, reconfigurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros.

Nesse sentido, pode-se entender que a década de 1990 é um marco do ideário neoliberal e de uma cultura enraizada tradicionalmente nos valores da burguesia, elitista, egoísta e democrática em sua aparência. Esta cultura é formadora de inovadas formas de fazer política, baseadas na reprodução da ideologia do mercado, tornando o voto um produto com valor monetário.

O esvaziamento dos sindicatos e sua subordinação progressiva à mesma lógica, torna-os suscetíveis a esta engrenagem. Como cultura tem-se a redução do homem como objeto da técnica, vivendo na ilusão de que possui vontade própria, de que possui estilo, opiniões e sentimentos próprios. Marx (1977, p. 119) explica como a constituição social da “essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais”. No contexto

neoliberal, a expressão máxima da construção histórica do indivíduo social foi o individualismo.

O neoliberalismo promoveu a hegemonia do capital financeiro, em sua forma especulativa, praticamente em todas as sociedades latino-americanas. Desenvolveu-se um processo de financeirização de nossos países, que se estendeu praticamente por todos os poros de nossas sociedades, incluindo o Estado. Debilitou-se a capacidade de financiamento e de controle por parte do Estado, multiplicaram-se o desemprego e as distintas formas de precarização das relações trabalhistas – todas formas de superexploração do trabalho (SADER, 2007, p.18).

O desfecho do pleito eleitoral de 1989, à presidência da República, momento esperado e de embate entre projetos societários antagônicos, se fez com uma diferença pequena e favoreceu o candidato Fernando Collor de Melo, que venceu com 53,03 %, contra Luiz Inácio Lula da Silva, com 46,97 % dos votos. O presidente Collor era representante das “reformas” orientadas pelo mercado. A política econômica nos dois anos de governo não empreendeu nenhuma proposta ousada para a questão do endividamento, nem de crescimento e desenvolvimento do país. O período Collor caracterizou-se por uma espécie de bonapartismo aventureiro. Ele tinha um traço bonapartista, com alta dose de aventureirismo, que levou ao seu impeachment dois anos depois (ANTUNES, 2004, p.11). Segundo o autor com o sucessor de Collor, Fernando Henrique Cardoso (FHC), deu-se um processo muito mais complexo. Após ter sido responsável pelo Plano Real, FHC ganhou as eleições em 1994. De certo modo, a economia brasileira implantou uma racionalidade burguesa cuja pragmática estava afinada com o ideário neoliberal. Em seu discurso de posse, Cardoso disse que implementaria o programa econômico de Collor sem o seu aventureirismo político. As medidas marcaram “*a era das mutações no Brasil em sintonia com o neoliberalismo*”, das quais a privatização acentuada do Estado, a desregulamentação e a precarização do trabalho, além da financeirização da economia, são tendências bastante acentuadas.

Segundo Lesbaupin (2002, p. 20) ao longo dos dois governos FHC (1995-1998/ 1999-2003) a política orientadora foi a de ajuste fiscal, oferecendo ao capital financeiro nacional e internacional, espaço para ampliação dos lucros dos bancos e dos aplicadores financeiros, com taxas de juros elevados. A opção seguida pelo governo, em prol da radicalização do projeto neoliberal, foi reduzir a atuação do Estado e a “*palavra de ordem foi privatizar*”. De acordo com o autor para garantir o

consenso com a sociedade civil foi elaborado um plano ideológico eficaz para convencimento da sociedade sobre os benefícios da privatização.

As duas ideias principais que se circunscreveram à privatização, foram: as empresas estatais eram absoletas, dispendiosas e ninhos dos “marajás”¹²; e a ideia de que o Estado brasileiro estava falido, com uma dívida pública imensa.

As contrarreformas do Estado, operadas pelos ditames do capital internacional, promoveram sob orientações conservadoras, uma verdadeira redução dos direitos sociais dos trabalhadores. A premissa do “*Estado mínimo*” na verdade, representava o mínimo para os trabalhadores. As classes dominantes demonstraram a hegemonia ao financiar, legislar e investir na produção de mais-valia.

No Brasil neoliberal, constata-se a supremacia do rentismo burguês dentro das políticas econômicas operadas a partir de um Estado ampliado e fortalecido, em especial dos seus aparelhos coercitivos de expropriação e exploração. O tripé macroeconômico – superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante –, típico do receituário do Consenso de Washington, mantém-se desde 1999 até os dias de hoje, com ou sem a assinatura de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) (CASTELO, 2017, p. 63).

Lesbaupin (2002) ressalta que o Estado se manteve forte e interventor utilizando a coerção ao reprimir movimentos dos trabalhadores operários, lavradores, sem-terra, funcionários públicos. Para cumprimento do seu objetivo central, o Estado colocou a economia do país a serviço do capital internacional e nacional para pagamento de juros, quebrou o setor público da economia para liberar inteiramente o mercado de qualquer entrave à sua busca de lucros crescentes. Para o autor “*retira sistematicamente os recursos públicos dos serviços à população*”, transferindo-os para o pagamento dos juros, único débito que o governo se dispõe a pagar, religiosamente.

Os anos 2000 foram marcados pela chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal. Segundo Iasi (2012, p. 43) foi “*um dos maiores e mais significativos partidos de base trabalhadora já criado na América Latina*”. O partido,

¹² No Brasil, os funcionários públicos, políticos, ministros, procuradores e juizes que recebem salários altíssimos, pagos com dinheiro do povo, eram denominados por Collor.

fundado em 1980 no período da transição democrática, tinha como estratégia fundamental chegar à classe trabalhadora com um conjunto de reformas estruturais que poderiam modificar o curso histórico. Entretanto, ao chegar à Presidência da República, o que se verificou foi *“um excelente exemplo do movimento de constituição de uma classe contra a ordem do capital que acaba por se amoldar aos limites da ordem que queria superar”* (2012, p. 45).

O processo histórico de constituição do partido político e seus desdobramentos nos anos de 1990 e 2000, serão analisados em um capítulo à parte por se tratar de uma das bases que sustentam a presente tese. Abaixo, trataremos das análises históricas de fundamentação do golpe parlamentar de 2016 como projeto de reprodução e hegemonia do Grande Capital.

2.3 O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, luta de classes e hegemonia neoliberal

De acordo com Ianni (1981, p. 123) uma das formas assumidas pela *contra-revolução burguesa* no Brasil foi a ditadura, que historicamente esteve atrelada aos golpes de estado, e se configuram como *“contrapartida da luta das classes subordinadas e superexploradas contra o domínio burguês imperialista”*. Ianni tratou como *“uma longa história dos operários e camponeses, negros, mulatos, índios, mestiços, imigrantes, brancos, escravos, semi-escravos e livres, nos séculos XIX e XX; que essa é a história da luta pela democracia”* (p. 124).

A principal estratégia para garantir a hegemonia do capitalismo monopolista, segundo Ianni (1976, p. 56) é a *“militarização da política”* que se dá através do auxílio das grandes potências às Forças Armadas nacionais, com o objetivo de conter as lutas sociais e garantir que o Estado continue atendendo aos interesses das classes dominantes. Esta foi a estratégia do pacto contrarrevolucionário em toda América Latina, mais precisamente em 1964 no Brasil. Novamente, se configurou em 2016, um golpe de Estado, agora para garantir a hegemonia neoliberal, que a propósito, vem no decorrer dos últimos anos passando por uma profunda crise.

Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960-1980. Naqueles tempos, aparecia um roteiro que se tornou clássico: as forças armadas se dividiam, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. O enredo era previsível: o palácio de governo era sitiado, o mandatário eleito era encarcerado ou expulso do país – quando não assassinado – e triturava-se a institucionalidade vigente (JINKINGS, 2016, p. 11).

Diante da repetição dos fatos históricos, os golpes de 1964 e 2016, cabe-nos lembrar sobre “*18 Brumário de Luís Bonaparte*” quando Marx (2011, p. 12), analisa estes fatos que adentraram o século XX, mas sob uma perspectiva do século XIX, sobre a evolução da Revolução de 1848 para o domínio autoritário de Napoleão Bonaparte que antecipou “*a dinâmica da sociedade burguesa tardia*” e levou a França de uma república parlamentarista a um “aparato político-militar” com um líder carismático que retirou o poder da burguesia.

Diante de tal contexto, que Marx não conhecia as temeridades do período fascista e pós-fascista, Herbert Marcuse no prólogo do *18 Brumário* alertou Marx sobre o que Arantes (2016) designou como “*confiança de Marx na força regeneradora da história*” ao alertar sobre os fatos e “*personagens da história mundial que ocorrem, por assim dizer, duas vezes, na segunda vez, não ocorrem mais como farsa. Ou melhor: a farsa é mais terrível do que a tragédia à qual ela segue*” (MARX, 2011, p. 9).

A estratégia histórica de supremacia do Grande Capital, em contexto de profunda crise do projeto neoliberal pode ser encarada como a “*segunda vez*” Arantes (2016, p. 24) nos remete à lembrança de Marcuse “*que a repetição rebaixada de uma virada trágica tendia a ser mais sinistra do que o original*”.

A mundialização da economia, de acordo com Iamamoto (2012, p. 108) está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia. A autora aponta que o processo de financeirização indica um “*modo de estruturação da economia mundial*” (p. 50), em que os bancos perdem o monopólio da criação de crédito, e os grandes fundos de investimentos passam a realizar empréstimos às empresas, clientes do sistema bancário, com o mesmo competindo por juros mais elevados. Chesnais (2001, p. 49) denomina este processo como

“*mundialização do capital*”. Ele analisa o período imperialista de centralização de grandes capitais financeiros que buscam frutificar em se subordinar as empresas e nações capitalistas a sua dinâmica rentista e parasitária. A atuação desenfreada desse capital mundializado a partir da década de 1980 traz consigo a aparente esquizofrenia da esfera financeira em relação à produção material, gerando consequências sobre a economia dos diversos Estados nacionais, centrais e periféricos (CHESNAIS, 2001, p. 200).

Para Arruda jr. (2010, p. 35) o capitalismo contemporâneo está na “*etapa superior do imperialismo*” e se caracteriza pelo agravamento do desemprego estrutural e pela “*intensificação das tendências autocráticas do regime burguês*”. Diante do peso político e econômico do Brasil para a América Latina, os fatos históricos têm um mesmo significado para todo o continente.

Um dos fatos recentes que tem consequências sobre o regime democrático, foi golpe de Estado, marcado pelo processo de *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff – do Partido dos Trabalhadores - iniciado em 2 de dezembro de 2015, quando o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB, aceitou a abertura do processo, efetivado em agosto de 2016. Assumiu a presidência da República o vice Michel Temer – também do PMDB (Movimento Democrático Brasileiro). Naquele momento deu-se por encerrado o período de treze anos em que o partido dos Trabalhadores esteve na Presidência da República.

O golpe de Estado empreendido em 2016, de acordo com Löwy (2016, p. 64-65) foi “*institucional*” e “*parlamentar*” e a prática do “*golpe de Estado legal*” é a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Para Löwy tal fenômeno teve caráter parlamentar, pois foi fomentado por parlamentares reacionários e corruptos que planejaram derrubar uma presidente democraticamente eleita, por 54 milhões de brasileiros. Este bloco que perseguiu o impeachment estava calcado nas “*bancadas da Bala*” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do “Boi” (grandes proprietários de terra e criadores de gado) e da “*Bíblia*” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos).

De acordo com Castelo (2017, p. 19) este golpe contra o PT pode ser considerado como um dos fatos históricos mais dolorosos do neoliberalismo, na sua estratégia de consolidação do projeto das classes dominantes. Para Alves (2016, p. 87) é necessário entender “*a processualidade imediata da conjuntura política nacional*”, os bastidores do jogo de poder entre PT, PMDB e PSDB (Partido da

Social Democracia Brasileira) e as articulações entre o Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, a Procuradoria Geral da República, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal no seio do aparelho de Estado, ao lado da Operação Lava-Jato e sua associação com a grande imprensa, para manipulação da opinião pública.

Iniciada em março de 2014, a “Operação Lava Jato” envolvia o uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis, para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas, inicialmente investigadas. A operação deflagrada pelo Ministério Público Federal foi o ponto de partida, passando pela Petrobrás, grandes empreiteiras e partidos políticos. O protagonista da Operação Lava Jato, o juiz federal de primeira instância Sérgio Moro de Curitiba, declarou em vários jornais que a inspiração foi a “Operação Mãos Limpas”, realizada pelo sistema judicial da Itália. A operação italiana tinha como característica divulgar à imprensa, criando uma atmosfera frenética de expectativa com a Justiça e desmoralização da política de esquerda.

São parte desse fato histórico os interesses econômicos, políticos e geopolíticos profundos que compõem o movimento das contradições orgânicas do projeto neoliberal em sua etapa de crise estrutural.

Inscrito numa conjuntura internacional de crise orgânica do capitalismo desde 2008, que alia crise econômica e crise de hegemonia – com aumento da coerção estatal e de grupos paraestatais exercida contra a classe trabalhadora, ganhando ares neofascistas –, o golpe legislativo-midiático-judiciário leva o vice-presidente Michel Temer ao posto máximo do Executivo (CASTELO, 2017, p.66).

Para retomar as taxas de lucro, a função histórica do golpe se desenha, utilizando a coerção junto aos movimentos sociais como, Castelo (2017, p. 64) “em silenciar coercitivamente os crescentes rompantes de rebeldia popular (greves operárias e de servidores públicos, ocupações estudantis, urbanas e rurais, levantes indígenas, as lutas dos movimentos feminista, negro e LGBT).

Para Braz (2017, p. 35) a Presidente Dilma Rousseff, no primeiro governo, direcionou a política para os interesses do grande capital e “seus sócios brasileiros” e no segundo governo adotou um programa de governo muito parecido ao

apresentado pelo candidato derrotado Aécio Neves (PSDB). Entretanto, a convergência do programa ao Grande Capital não foi suficiente para manter Dilma no governo.

Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (BRAZ, 2017, p. 87).

Parafrazeando Ianni (1981) a história das classes subalternas no Brasil é a luta pela democracia e um de seus capítulos se verificou com a Constituição Federal de 1988 – considerada a “*Constituição Cidadã*” por registrar avanços muito importantes a nível de reconhecimento de direitos sociais e ampliação da democracia. Ao longo dos últimos 30 anos, se verificaram inúmeras tentativas de ofensiva do capital para destruição dos direitos dos trabalhadores.

Outro fator importante para a análise do golpe é o papel da classe média que, historicamente, assumiu elementos conservadores em sua constituição. Segundo Marx (2019) que denomina a *classe média* como “estados médios”, estes não possuem caráter revolucionário e sim, conservador.

Os estados médios [Mittelstände] — o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês —, todos eles combatem a burguesia para assegurar, face ao declínio, a sua existência como estados médios. Não são, pois, revolucionários, mas conservadores. Mais ainda, são reacionários pois, procuram fazer andar para trás a roda da história. Se são revolucionários, são-no apenas à luz da sua iminente passagem para o proletariado, e assim não defendem os seus interesses presentes, mas os futuros, e assim abandonam a sua posição própria para se colocarem na do proletariado (MARX, 2019, p.41).

Nos países de capitalismo dependente, que constituem a periferia do sistema, como o Brasil, a burguesia não assumiu sua condição revolucionária e contestadora da velha ordem. Segundo Pedrosa e Xavier (1985, p. 17) “nos países novos, diretamente subordinados ao imperialismo, a burguesia nacional, ao aparecer na

arena histórica, já era velha e reacionária, com ideais democráticos corruptos”. Para Cavalcante (2018, p. 54) historicamente a classe média conduz “*campanhas de moralização*” pois faz parte do “*fenômeno pequeno-burguês*”.

A oposição da classe média aos governos Lula e Dilma começou a ser vista já nas eleições de 2006, após a *crise do mensalão*¹³, em contrapartida ao forte apoio dos setores mais pobres da classe trabalhadora. Singer (2009, p. 87) observou que a classe média ou “*formadores de opinião*” foi retirando seu apoio ao PT até que nas eleições de 2006, o retirou em definitivo.

Um importante aparelho privado de hegemonia foi a grande imprensa burguesa que trabalhou na construção de consenso da “*opinião pública*” para o esgotamento do governo da Presidente Dilma Rousseff, na construção de uma nova hegemonia. Um dos elementos essenciais para compreensão da “*guerra de posição*” na sociedade civil brasileira, é a compreensão da grande imprensa como “*empresa capitalista*”, que além de ter como objetivo o lucro, procura atender interesses privados das classes dominantes. Segundo Singer (2001, p. 23), em determinadas conjunturas, notadamente naquelas em que os representantes tradicionais e oficiais das classes e/ou frações de classe se encontram em crise de representação e de hegemonia – no sentido mais profundo dessas expressões –, outras entidades, formais ou informais, na sociedade ou mesmo de setores do Estado, assumem o papel de “*organização da sociedade*” e de “*direção político/ideológica*”.

Para Gramsci (2000) a “*opinião pública*” está ligada com a hegemonia política, na relação entre a sociedade política e a sociedade civil. Ela atua na dialética entre força e consenso, pois, quando o Estado planeja uma ação pouco popular, fórmula previamente uma “*opinião pública*” para garantir tal ação.

História da “*opinião pública*”: naturalmente, elementos de opinião pública sempre existiram, mesmo nas satrapias asiáticas; mas a opinião pública como hoje se entende, nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe

¹³ Sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF) o Mensalão é o nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido da República (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Progressista (PP), e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia se discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que só uma força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Para a construção dessa nova hegemonia, a articulação da burguesia nacional, a classe média e o poder judiciário se unem aos poderes legislativo e executivo, no desmonte da já limitada democracia brasileira. Além disso, eles se aliam em outros empreendimentos económicos tornando-se politicamente defensores de bancadas conservadoras no Congresso. Os traços do golpe de Estado evidenciam uma “*crise de hegemonia*”. e Diante dos impasses gerados pela impossibilidade da classe dominante governar como quer e da classe trabalhadora se tornar dirigente, se verifica como Gramsci evidenciou, que em conjunturas recessivas comporta sempre o risco de impasses e de vácuos que podem levar a um desenlace dramático, acompanhado pelo esgarçamento do tecido social e a explosão de particularismos.

No atual contexto de luta pelo bloco de poder pelos conservadores, cabe enfraquecer também o projeto de unificação da América Latina e das esquerdas, que tiveram nos governos PT lugar importante no projeto de hegemonia. A seguir trataremos desse projeto.

2.4 O projeto das esquerdas na América Latina

De acordo com Ruy Mauro Marini (2017, p. 34) “*a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial*”. O desenvolvimento da economia capitalista mundial está intrinsecamente ligado à América Latina, que se atrela ao sistema capitalista em formação no estágio mercantilista europeu do século XVI. Os territórios americanos foram apropriados pelos espanhóis e portugueses, que após o declínio, tem a Inglaterra no controle da exploração. Segundo Marini durante a afirmação definitiva

do capitalismo industrial no século XIX, os países latinos participavam do mercado mundial como produtores de matérias-primas e como consumidores de uma parte da produção leve europeia. Após 1875, houve mudanças no capitalismo internacional, e novas potências foram projetadas como os Estados Unidos (EUA), que instauraram uma política própria no continente americano. O aumento da indústria pesada nos países centrais deu um novo norte na economia, a partir de uma maior concentração das unidades produtivas, fazendo surgir os monopólios que submetem o Capital a investir fora das fronteiras nacionais, mediante empréstimos públicos e privados, financiamentos, aplicações e ações.

Portanto [...] a função que assume agora o capital estrangeiro na América Latina é subtrair abertamente uma parte da mais valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista (MARINI, 2017, p.49).

Para Ianni (1976) o imperialismo dos EUA teve ciclos de expansão, entretanto foi a partir do século XX que atingiu seu maior desenvolvimento, com destaque para o período da *Guerra Fria*¹⁴. O fato histórico que ilustra esse dado, segundo o autor (1976, p. 25) foi a queda do governo argentino de Juan Domingos Perón, no ano de 1955, “*que assinala a derrubada da última resistência organizada nacionalmente em face das diretrizes preconizadas e praticadas pelos governantes dos EUA*”. Sob a hegemonia do imperialismo, o que se presenciou foram vários golpes de Estado e atos políticos, sociais, culturais, econômicos e diplomáticos, como a intervenção direta ou indireta daquele país. Outros fatos históricos demonstram esta relação, como a deposição do Governo Vargas (1954/ Brasil) e Jacobo Arbenz Guzmán (1954), na Guatemala. A Guerra Fria trouxe rebatimentos importantes para a América Latina devido à corrida pela expansão ideológica realizada pelos EUA e

¹⁴ Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991), um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência (GORENDER, 1987, P, 120)

URSS. A Doutrina Monroe¹⁵ foi o núcleo da ideologia do imperialismo norte-americano no continente.

Diante deste quadro de dependência e domínio imperialista, Eduardo Galeano (2007) discorreu sobre a América Latina como a “região das veias abertas”:

Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2007, p. 10).

Marini (2017, p. 54) adverte que neste processo histórico influíram “*tendências contraditórias*” justificado pela emergência de um “campo socialista” que se desenvolve pelos conflitos engendrados pelo imperialismo. A contribuição das esquerdas, surge neste momento histórico, na contestação ao desenvolvimento do imperialismo e suas estratégias antidemocráticas. Segundo Gorender (1987, p. 78) a “teoria da dependência” influenciou direta ou indiretamente toda a produção das ciências sociais naquele momento. O autor destaca que no plano internacional, as vitórias das revoluções cubana e argelina, a Guerra do Vietnã e a Revolução Cultural Chinesa impactaram as esquerdas e destes eventos se concluiu a “*potência revolucionária do campesinato*”.

Nos quadros de formação das esquerdas, emerge a *Ação Popular*, fundada durante um congresso promovido pela Juventude Universitária Católica (JUC) em Belo Horizonte, entre 31 de maio e 3 de junho de 1962. A JUC, setor especializado no meio universitário, que fazia parte, por sua vez, da Ação Católica (AC), organização da Igreja voltada para os leigos. A influência preponderante foi da

¹⁵ A Doutrina Monroe, enunciada em 1823, teve seu sentido reinterpretado pelo menos quatro vezes ao longo do século XIX. Em 1823, no contexto de afirmação das independências da maior parte das ex-colônias ibéricas na América, os Estados Unidos da América apresentaram-se como defensores de um continente livre de novas conquistas territoriais por parte de países europeus. Com esse caráter defensivo, a Doutrina Monroe ficou associada ao slogan “América para os americanos”. Ao longo do século XIX, no entanto, ela foi sucessivamente reinterpretada, até conformar-se, na virada do século, aos interesses intervencionistas do imperialismo dos EUA, que agora se afirmavam como potência hegemônica na região, rivalizando-se com a predominância britânica (GORENDER, 1987, p. 67)

Revolução Cubana, que segundo Löwy (2000) foi um dos fatores que propiciaram o desenvolvimento de uma *esquerda cristã*, no Brasil, e que viria a servir de inspiração para a formação do “cristianismo da libertação”¹⁶. Pinheiro (2010) aponta que desse trabalho surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que foram criadas a partir da JUC, através de Dom Helder Câmara, com o objetivo de reaproximar a Igreja das populações mais pobres. O trabalho das CEBs se desenvolveu respaldada no Concílio Vaticano II, no Plano Geral da Pastoral dos bispos brasileiros (1966) e na Conferência latino-americana em Medellín – Colômbia (1968). A organização de trabalho das CEBs acontecia em centros urbanos e rurais¹⁷, com o objetivo de integrar os trabalhadores, vindos do êxodo rural, a partir da década de 1950, as CEBs contavam com os partidos políticos e sindicatos para formar a consciência política dos cristãos.

Nos fins da década de 1980, mais precisamente, em 1989, nasce o Movimento Nacional de Fé e Política (MNFeP). Pinheiro (2010, p. 124) considera este movimento como uma das estratégias de sobrevivência não apenas da política, mas da fé na emancipação social.

A universalidade das causas da teologia da libertação é o elemento dinâmico, identificando-se no âmbito nas forças políticas e culturais novas e específicas a serem consideradas entre as potencialidades na construção de um socialismo contemporâneo (PINHEIRO, 2010, p. 124).

Historicamente, a luta anti-imperialista é o ponto de convergência para a libertação da América Latina. Segundo Ianni (1976) a natureza da relação de dependência entre o imperialismo estadunidense e o continente se tornou cada vez mais importante para o entendimento dos povos que aqui vivem. Sampaio Jr. (2010, p. 46) chama a atenção para a história recente da América Latina onde “*não faltaram energia, nem disposição de luta para resistir à nova onda de saque e pilhagem que se abateu sobre o continente*”. Segundo o autor, o enfrentamento ao imperialismo se

¹⁶ Löwy (2000, p. 57) denomina como “*cristianismo da libertação*” o movimento social/ religioso mais amplo que “*teologia*” ou que “*Igreja*” por incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Para o autor, a teologia da libertação é o produto espiritual desse movimento social, que contribuiu ao fornecer uma doutrina religiosa coerente para sua expansão e fortalecimento.

¹⁷ Servindo de base das pastorais na zona rural, delas tendo originado a CPT – Comissão Pastoral da Terra que há 43 anos tem um papel fundamental na defesa dos trabalhadores rurais e no combate a denúncias dos conflitos no campo.

deu a partir de inúmeras ações como a guerrilha zapatista, a Frente ampla uruguaia, a *Concertación* chilena, a mobilização de massas do MST, as ocupações dos Sem Teto, as rebeliões que depuseram presidentes em vários países latinos, Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e tantos outros fatos que demonstram a luta contra a hegemonia do Capital.

Não muito tempo depois, o México também demonstrava que a América Latina não poderia ser ignorada no plano internacional. Foi nesse país que explodiu a maior revolução social do continente até então a revolução mexicana, de Zapata e Pancho Villa, revolução que deu a pauta dos movimentos populares durante meio século na América Latina, seu caráter nacionalista, agrário e anti-imperialista. Ainda na segunda década do século, em Córdoba, na Argentina, surgiu a primeira reforma universitária, um movimento que colocava o tema da democratização da educação e da incorporação do movimento estudantil às mobilizações sociais que viriam a se generalizar nas décadas seguintes (SADER, 2007, p. 16).

No Brasil, uma experiência significativa foi o Partido dos Trabalhadores dentro do que Sampaio Jr. (2010) chamou de *“disputa por dentro da ordem institucional, para a conquista do poder pelo voto”*, uma possibilidade de construção de uma nova hegemonia no Brasil após as eleições de 2002. Segundo Sader (2007) a crise da hegemonia dominante possibilitou à esquerda uma renovação para a resistência e a luta contra o neoliberalismo, ao ponto que ser de esquerda nestas décadas justificava, antes de tudo, ser antineoliberal (além de ser anti-imperialista). As diferentes matizes dentro da esquerda apontaram para a identificação do antineoliberalismo com o anticapitalismo e outras formas de superação do neoliberalismo.

Sampaio Jr. (2010, p. 35) afirma que a intensidade e a diversidade das lutas políticas que marcaram o passado recente transformaram a América Latina em um *“verdadeiro laboratório de luta de classes”*. Diante desse *“laboratório”*, partiremos para a análise da trajetória do Partido dos Trabalhadores desde sua constituição e ocupação do Estado, pela via institucional até o seu relacionamento com outras frações da esquerda, mais precisamente a *“esquerda católica”*, e o Movimento Nacional de Fé e Política.

CAPÍTULO III

PARTIDO DOS TRABALHADORES, ESTADO E PODER

Ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores.
Luís Inácio Lula da Silva, 1ª Convenção Nacional do PT, 1981.

O presente capítulo trata da constituição do Partido dos Trabalhadores que foi considerado um partido de massas, dada a emergência no seio da luta operária nos anos de 1970, no ABC paulista onde configurou-se o “*novo sindicalismo*”.

A fundação do partido em 1980, foi considerada uma novidade pela capacidade de aglutinar projetos diferenciados no campo das esquerdas. Percorremos a trajetória da agremiação, a partir dos fatos históricos que marcaram, como as prefeituras petistas e o orçamento participativo, até a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República nas eleições de 2002, que foi um importante momento para a luta das esquerdas no Brasil e na América Latina. O operário pobre, com origem nos movimentos progressistas da Igreja e na luta sindical assumiu a Presidência da República num país de economia periférica, as esperanças de amplos setores da sociedade civil se alargam para a construção de uma nova sociabilidade, radicada na igualdade e no fim das desigualdades sociais, elemento histórico de constituição do país. Entretanto, o que se verificou com a experiência de governo de esquerda foi o pacto de alianças com a burguesia, que reforçou a democracia nos moldes burgueses, constituído por uma política econômica de continuação do governo FHC. As políticas sociais que vinham sendo desenhadas por intelectuais comprometidos com a classe trabalhadora, fruto dos movimentos sociais foram reduzidas à políticas fragmentadas que atendiam ao Capital Financeiro. E por fim, o governo Dilma Rousseff que termina com o

processo de impeachment conduzido pela burguesia nacional através do poder judiciário, novo detentor do poder na fase atual do capitalismo no Brasil.

3.1 O novo sindicalismo e a emergência de um partido para os trabalhadores.

No livro “*10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*” em entrevista concedida à Emir Sader e Pablo Gentili, em fevereiro de 2013, Luiz Inácio Lula da Silva faz balanço de uma década dos governos PT na Presidência da República. Ao ser perguntado se o PT havia mudado, Lula respondeu:

Existem dois PTs. Um é o PT congressual, parlamentar, o PT dos dirigentes. E outra coisa é o PT da base. Eu diria que 90% da base do PT continua igualzinha ao que era em 1980. Ela continua querendo um partido que não faça aliança política, mas ao mesmo tempo sabe que, para ganhar, tem que fazer acordos políticos. É uma base muito exigente, muito solidária e ainda desconhecida de parte da elite brasileira que conhece o PT superficialmente. O PT é muito forte no movimento social. O PT é muito forte no interior deste país. E nem sempre essa fortaleza se apresenta na quantidade de votos. E tem o PT eleitoreiro. E, hoje, ou nós fazemos uma reforma política e mudamos a lógica da política, ou a política vai virar mais perversa do que já foi em qualquer outro momento (SILVA, 2013, p. 23).

A resposta do ex-Presidente Lula sobre as metamorfoses que a agremiação sofreu nas últimas décadas, nos oferece elementos iniciais para a análise da trajetória histórica do partido, que nasceu como “*opção das massas*” e dos trabalhadores e que no decorrer do tempo histórico se moldou à ordem vigente. A construção do Partido dos Trabalhadores partiu da contribuição dos movimentos

operários, no fim dos anos 1970, o chamado “*novo sindicalismo*”, e de setores progressistas como a esquerda católica, os trotskistas, intelectuais, etc.

Para Iasi (2012, p. 375) “o ponto de fusão de classe” para explicar a criação do PT em 1980 foi a “*emergência das lutas sociais que encontrou na retomada da luta sindical e operária*”. O movimento operário e sindical brasileiro que viveu no fim dos anos 70 um momento de extrema importância para sua história, veio desempenhando desde a década de 1950, um papel central desde a instalação das primeiras indústrias automobilísticas, que se tornaram uma das atividades econômicas mais significativas. Segundo Souza e Trópia (2012) nesse período histórico o sindicalismo ganhou um caráter massivo, tendo tido alguns sindicatos metalúrgicos – papel decisivo nas principais mobilizações do país.

Segundo Costa (2007) o novo sindicalismo contou com militantes advindos das CEBs, das organizações de esquerda, das oposições sindicais e dos sindicatos que se insurgiam contra o *comodismo* e o *servilismo* que predominavam no sindicalismo brasileiro. A aproximação dessas correntes se deu, de início, em função do combate contra a ditadura militar, visivelmente desgastada em função da deterioração das condições de vida, sobretudo da população de baixa renda. Para Fernandes (2006) as greves de 1978-1979 foram o elemento essencial para o desgaste acelerado da ditadura militar.

Uma ditadura antiproletária e antigrevista, que não consegue paralisar o protesto operário, perde o caráter de instrumento de defesa da “paz burguesa”. Em consequência, operou-se um profundo solapamento nas bases sociais de sustentação do chamado “sistema”, que só logrou manter-se através de concessões aos de baixo, através de uma “liberalização a partir de cima”, da “abertura” que alargava a “transição lenta, gradual e segura” inaugurada por Geisel (FERNANDES, 2006, p. 106).

As greves na Cobrasma de Osasco – SP e de Contagem – MG, em 1968, foram consideradas importantes para este novo momento do movimento operário, porém a repressão e o Ato Institucional nº 5 impediram a continuidade da greve. Entretanto, as lutas anteriores à 1964, o desfecho do golpe e as greves de 1968 foram marcos importantes para as esquerdas e para os embates que viriam uma década mais tarde. Mota (2007) ressalta que somente em 1978, com a greve na

fábrica Saad Scania do Brasil é que se tem o consenso sobre a emergência do novo sindicalismo. De acordo com o autor (2007, p. 340), era *”um novo tipo de ação sindical que procurava utilizar ao máximo as limitadas possibilidades da institucionalidade existente e, ao mesmo tempo, questioná-las”*.

Ressaltamos que sobre os sindicatos, Marx (1975) considerava que estes devem organizar uma atuação planejada e conjunta de empregados e desempregados com o intuito de diminuir ou anular (de acordo com a correlação de forças na luta de classes) as consequências nocivas para os trabalhadores, uma vez que as crises são inerentes ao fluxo da economia capitalista. Para Marx (1975), o sindicato deve organizar os trabalhadores construindo a própria classe, a identidade coletiva e apresentando-os diante dos exploradores da força de trabalho, como uma força social e não como indivíduos desprovidos de poder político. Na luta contra o sistema de exploração e seus efeitos o sindicato pode e deve ultrapassar as barreiras mais elementares da organização dos trabalhadores.

Apesar dos protestos terem sido sufocados ao longo dos dez anos seguintes, aquela greve serviu como uma espécie de rastilho de pólvora e de referência para o movimento que eclodiu no país no final dos anos 1970, o novo sindicalismo (SOUZA E TRÓPIA, 2012, p. 15).

Segundo Antunes (1995), o movimento grevista que se iniciou em 1978 no ABC paulista é um marco na trajetória sindical brasileira, por inúmeros motivos, como a retomada das greves, o nascimento de novas centrais sindicais, aumento nos índices de sindicalização e emergência do Partido dos Trabalhadores. Na configuração desse “ressurgimento sindical”, um ponto é para Antunes, indiscutível: essas ações eram uma luta clara contra a superexploração do trabalho.

A concepção e prática sindical expressa neste movimento apresenta traços de descontinuidade e diferenças profundas em relação à existente no período anterior e durante a ditadura militar (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 97).

Este sindicalismo combativo se contrapõe ao sindicalismo “oficial”, à estrutura sindical vigente de cunho corporativista, herdada do período de Getúlio Vargas e que tem na *Carta Del Lavoro*¹⁸, de Mussolini, as bases ideológicas de atrelamento do sindicato ao Estado e sob seu controle. Este se contrapõe e combate a prática ao “peleguismo” que é a colaboração de classe e esteve presente no sindicalismo brasileiro durante todo o período de repressão sob a anuência da ditadura militar. Os dirigentes sindicais controlaram os sindicatos mais importantes, na perspectiva de moldar o nível de consciência da classe trabalhadora. Segundo Abramides e Cabral (1995) os sindicatos sob essa direção são instrumentos importantes de controle do Estado, que representa os interesses das classes dominantes da sociedade.

Na construção de um campo de luta e independência da classe, o sindicato é recolocado como instrumento de luta dos trabalhadores, autônomos e independentes dos partidos e do patronato. Os setores combativos no interior do movimento operário, juntamente com outros setores da classe trabalhadora empreenderam a luta de resistência contra a ditadura e pelas liberdades democráticas.

No caso do Brasil, diferentemente de outros países, viveu-se esse cenário mais tardiamente, na redefinição de formas de atuação sindical mais dura e sentida naqueles setores que, desde a virada dos anos 70/80, propugnavam por práticas mais “combativas” e “radicais” de ação. Com tais práticas, o “novo sindicalismo”, pretendia romper não apenas com as posições então correntes no sindicalismo nacional, mas também, e sobretudo, com aquelas que julgavam caracterizar o passado de sua classe.

Para Antunes (1988) o que se viu de mais amplo nesse processo, foi a formação da Central única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e no início da década de 1980, do Partido dos Trabalhadores.

¹⁸ De acordo com o CPDOC a *Carta del Lavoro* ou em português - Carta do Trabalho é o documento, onde o Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini apresentou as linhas de orientação que deveriam guiar as relações de trabalho na sociedade, nomeadamente entre o patronato, os trabalhadores e o Estado, sendo uma das facetas do modelo político corporativista.^[1] A Carta foi promulgada pelo Grande Conselho do Fascismo e divulgada no jornal *Lavoro d'Italia* em 23 de abril de 1927. Foi projetada principalmente por Giuseppe Bottai, subsecretário de Estado das Corporações.

Vale mencionar ainda o papel crucial que o sindicalismo metalúrgico desempenhou não só no ciclo de ascensão das lutas populares e sindicais a partir do final dos 1970, mas também na formação do Partido dos Trabalhadores, tendo o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva como seu primeiro presidente de honra. Desde então, a história da CUT se confunde com a história do próprio PT, não sendo exagero afirmar que este último tem o sindicalismo metalúrgico como uma de suas principais bases de formação de quadros partidários (SOUZA & TROPIA, 2012, p.16).

O papel do novo sindicalismo se ampliou para outros setores da sociedade civil, não se restringindo ao movimento grevista e à formação e consolidação da maior central sindical do país. O movimento sindical, o PT e os movimentos populares protagonizaram o combate à ditadura, durante a Campanha das Diretas Já, e foi um dos agentes de proposição de emendas populares durante a Constituinte. A emergência do movimento dos trabalhadores estremeceu os arranjos políticos da transição para o regime democrático que iam sendo articulados, ainda que a burguesia não satisfeita com o seu braço armado, tenha participado ativamente no deslocamento do conjunto das forças conservadoras para a “nova República”.

A vinculação do novo sindicalismo à luta de classes, fez do partido o articulador político dos movimentos populares, nas décadas de 1970 e 1980, o que Doimo (1995) chama de “movimentos reivindicatórios”, tendo “*o povo como sujeito de sua própria história*”. De acordo com a autora, as ideias de *povo* e *participação popular* ganharam abrangência no pensamento sociológico por ser somente as classes subalternas capazes de produzir “*debaixo para cima*” as transformações históricas. As principais influências partem da elaboração teórica sobre a “*cultura popular*” de Antônio Gramsci e “*educação popular*” de Paulo Freire, a partir da publicação do livro “*A pedagogia do oprimido*”, no ano de 1968. Segundo Pinheiro (2010), Freire que era de origem humilde e católica, foi influenciado pelo pensamento de Alceu Amoroso Lima, Jacques Maritain, Georges Bernanos e Emmanuel Mounier. Entre os anos de 1946 e 1951, trabalhou no SESI (Serviço Social da Indústria) onde começou a elaboração do método de conscientização para adultos. O método Paulo Freire começou ser aplicado no ano de 1961 no Movimento

Educação de Base (MEB)¹⁹. Com o golpe de 64 e a perseguição dos militares, Freire segue para o exílio, onde permanece durante 16 anos.

Como principal articulador dessa “*capacidade ativa do povo*” ou nos termos de Doimo (1995, p. 223) “*a presença do povo organizado*” como “*um novo sujeito histórico*”, tem-se a esquerda católica através de vários setores como a JUC, a CNBB e as CEBs. Esses sujeitos históricos que compuseram o que Fernandes (2006) chamou de “*maioria social*”, participaram da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-1988, como resposta à um ampla coletividade organizada, a partir de setores da sociedade civil organizada, como movimentos sociais e partidos políticos e que participaram na elaboração do texto da Constituição Federal de 1988.

É nesse momento histórico, de luta pela democracia e abertura política, num contexto de enfrentamento da classe trabalhadora e burguesia como “*classes antagônicas e irreconciliáveis*”, que segundo Fernandes (2006), se deu a emergência do Partido do Trabalhadores, em 1980. Segundo Iasi (2012) a criação do PT representou a possibilidade concreta “*de uma organização de trabalhadores levada à frente pelos próprios trabalhadores sem a tutela das elites*”, ou de qualquer outro modelo de organização política. Ainda de acordo com o autor, a formação do partido, considerada por muitos como uma “*novidade*”, foi realizada num contexto considerado “*improvável*” para um de seus fundadores, o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva, por ter declarado como um emergente movimento operário, apartidário, por isso sua decisão pessoal era de não participar da política partidária.

Reis (2007) aponta que em conjunto com Lula, outras lideranças despontaram na construção do partido específico, como José Cicote, Henos Amorina, presidentes dos Sindicatos de Metalúrgicos de São Bernardo, Santo André e Osasco; Paulo Skromov, do Sindicato dos Coureiros; Jacó Bitar, dos Petroleiros de Campinas; Olívio Dutra, dos Bancários de Porto Alegre, entre tantos outros.

¹⁹ Segundo informações extraídas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) o Programa nacional nasceu da experiência com escolas radiofônicas, lançada pelo bispo Eugênio Sales em Natal em 1958. Jânio Quadros, quando presidente da República, determinou que o governo federal fornecesse recursos para a generalização desse movimento por intermédio das emissoras católicas, através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos da administração federal. O MEB, criado pelo Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, deveria executar um plano quinquenal (1961-1965), que previa inicialmente 15 mil escolas radiofônicas, e deveria expandir-se nos anos subsequentes. Para cumprimento do decreto, foi assinado no mesmo dia um convênio entre o Ministério da Educação e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Neste processo de organização do partido, segundo Reis (2007), grupos revolucionários trotskistas tomaram parte na iniciativa a exemplo da Convergência Socialista e grupos remanescentes de organizações que haviam participado da luta contra a ditadura militar, caso da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PcdoB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). De acordo com o autor:

Para toda essa gente, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária, enunciada, e anunciada, desde o Manifesto Comunista de Karl Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários (REIS, 2007, p. 507).

A esquerda católica participou igualmente na construção do novo partido, a partir da elaboração da síntese revolucionária anticapitalista entre cristianismo e marxismo, o que segundo Boff (1980, p. 78), foi potencializado pelos documentos da Igreja que reforçavam a sua *“ação sobre os pobres”* e creditada *“à denúncia do modelo construído pelo regime militar como injusto, desigual, opressivo e desumano.”*

A conjugação desses sujeitos históricos na formação de um partido pelos trabalhadores e para os trabalhadores em um país da periferia, de capitalismo dependente como o Brasil, lança o desafio já apresentado por Florestan Fernandes (1991, p. 10): O PT manterá a natureza de uma necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a ocupação do poder à ótica revolucionária marxista?

De acordo com Fernandes (1991), foi a inexistência de uma organização das classes subalternas que pudesse promover uma democracia que legitimasse os trabalhadores e *“os oprimidos”* na atual sociedade de classes, conferindo aos trabalhadores, tarefas políticas que historicamente foram efetuadas pela burguesia, além da possibilidade de instaurar reformas sociais específicas para os trabalhadores e formar premissas históricas de uma revolução socialista. O contexto histórico de eclosão do PT se deu em um período difícil e por isso, a organização se

desenhou como a perspectiva de esperança que unificaria os trabalhadores e seus aliados orgânicos, na construção de uma República democrática e a conquista do socialismo.

Na sequência, a trajetória histórica desde a emergência do PT até o período recortado por esta pesquisa de doutoramento, a conquista do Estado capitalista pela via institucional, através dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003- 2016). Segundo Iasi (2012, p. 56) *“foi um movimento que se inicia pela negação de uma ordem e que acaba por encontrar um ponto de acomodamento no interior desta mesma ordem que esperava negar.”*

3.2 Os primeiros 20 anos do Partido dos Trabalhadores. Contra a ordem ou pela ordem?

A Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores, lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979, demonstrava seu teor anticapitalista e o impacto da greve de 1978, na Fábrica da Scania sobre a formação da consciência dos trabalhadores e a necessidade da emergência de um partido de trabalhadores.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças (Carta de Princípios do PT, 1979).

De acordo com Iasi (2012) foi a organização das grandes empresas e seu poder político que criou a necessidade de um partido político dos trabalhadores com a finalidade de unificação da resistência. Para o autor, a repressão policial sobre o

movimento grevista de 1978/1979 foi a necessidade concreta dessa organização, regimentado pelo seu caráter classista e socialista.

Deste modo, a fundação do Partido dos Trabalhadores aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, na cidade de São Paulo, participando os sujeitos históricos de sua formação. Segundo Reis (2007):

Na apinhada assembleia do Colégio Sion, a emocionante chamada de intelectuais e militantes experimentados e respeitados para assinar a ata de fundação era o emblema da união das diferentes *famílias* de esquerda: os trotskistas Mário Pedrosa e Lélia Abramo; o socialista Antônio Candido; o comunista Apolônio de Carvalho; os cristãos Paulo Freire e Plínio de Arruda Sampaio; as lideranças sindicais, *novas e autênticas*, legitimadas pela tradição intelectual revolucionária (REIS, 2007, p. 510).

Fernandes (1991) aponta que os atributos essenciais do PT eram ser uma organização de trabalhadores e portanto, seu elemento estrutural e dinâmico vem de quem vende sua força de trabalho como mercadoria: ser um partido de massas, ou seja, compreende os trabalhadores na totalidade dos processos sociais; e é democrático pois tem em seu limiar a democracia socialista e a defesa da igualdade. Para o autor já nos atributos consistiam nos primeiros dilemas do partido, pois, a construção de uma “*nova sociedade*” em um país periférico, de capitalismo dependente como o Brasil, se tratava de um desafio considerável. O objetivo do PT na sua primeira década de existência, segundo Martinez (2007) foi a busca da condução do governo e da direção do Estado.

Esse empenho esteve concebido em estreita ligação com a “negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo”, conforme definiria, por exemplo, o V Encontro Nacional, realizado pelo partido em 1987 (MARTINEZ, 2007, p. 248).

Outra questão que se tornou central nos primeiros anos de organização do PT, foi traçar qual tipo de socialismo seria a meta de futuro do partido. Tal questão se fez necessária para o que Iasi (2012) definiu, “*afirmação de uma originalidade fundada em uma dupla diferenciação*” que consistiu na negação dos limites

paliativos da socialdemocracia mas também, a negação das transições socialistas caracterizadas como “burocráticas”. Nessa direção, Florestan Fernandes (1991) sinalizou sobre uma importante pergunta que os militantes do PT deviam se fazer:

A socialdemocracia, adulterada para servir às nações capitalistas centrais, é viável na periferia e nela perderia o caráter de uma capitulação dos trabalhadores e dos assalariados de outros escalões ao despotismo do capital (FERNANDES, 1991, p. 10).

Fernandes (1991, p. 15) aponta que o partido que nasceu dos que vivem do trabalho assumiu o debate de um socialismo que substituiria o “*capitalismo, um sistema que só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.*” Segundo Nogueira (1990) o dilema bolchevismo x socialdemocracia é anacrônico. Para elaborar seu projeto socialista, o partido precisa manter um diálogo crítico com as duas correntes, renovando os métodos de intervenção social e a linguagem desgastada da esquerda. O autor destaca que a social-democracia é “*um fantasma que parece rondar o PT*” desde a emergência e no curso de sua história - o partido ficou sempre entre o “revolucionarismo arcaico do modelo leninista” e a “moderna social-democracia” (NOGUEIRA, 1990, p. 129).

Em pouco mais de cinco anos, o PT e a classe operária passou por lutas sindicais significativas e traçaram uma meta socialista, reivindicando a constituição de uma alternativa de poder político e econômico na sociedade brasileira. Nas resoluções do partido, nos primeiros anos, a “luta contra o capital” era a referência.

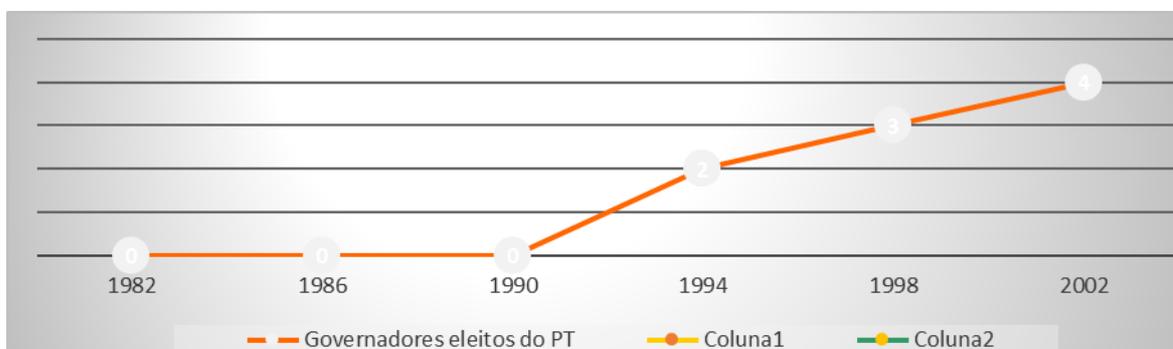
Para a conquista do Estado, o PT precisava garantir bom resultado nas primeiras eleições que participaria – 1982, o que gerava estranhamento para os setores mais à esquerda do partido que acreditavam ser os movimentos sociais, o principal eixo de articulação e organização interna. As lutas político-eleitorais ocupariam lugar secundário e auxiliar, e os deputados e vereadores eleitos seriam um *braço parlamentar*. Entretanto, o lançamento de candidatos ao governo de quase todos os estados da Federação, assim como, centenas de militantes se candidataram a assentos nos diversos parlamentos municipais, estaduais e federais, Câmara e Senado. Segundo Reis (2007) foram eleitos oito deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em todo o país, e uma expressiva votação em Lula para o governo do Estado de São Paulo.

O exercício dos governos estaduais e municipais tornou-se uma estratégia do PT para “a construção de um novo poder” e como o elemento de ascensão na organização e mobilização dos trabalhadores, na perspectiva da construção do poder popular. Iasi (2012) ressalta que o partido apresentou no 2º Encontro Nacional, no Instituto Sedes Sapientiae – São Paulo, em 1982, o eixo da tática eleitoral como sendo a reafirmação do valor central da independência e autonomia de classe.

As eleições foram vistas como um momento importante para alcançar a “sociedade socialista” que almejava o PT. No saldo das eleições de 1982, foi eleito o primeiro prefeito pelo PT, na cidade de Diadema-SP, o operário e sindicalista Gilson Menezes.

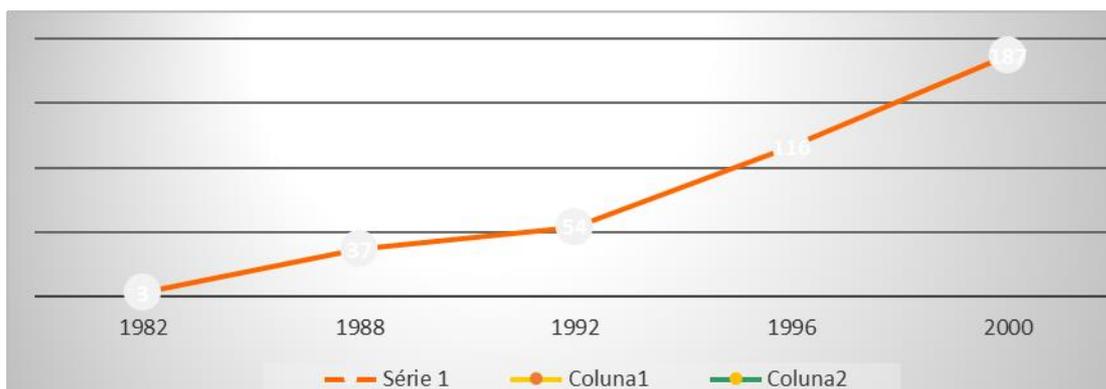
Abaixo, estão dispostos gráficos que demonstram a estratégia eleitoral do partido para alcançar o poder no Estado Brasileiro, entre os anos de 1982 até o início da primeira década do século XXI. Os dados demonstram a linha de ascensão, ao longo das eleições, tanto para governos estaduais, quanto para as prefeituras.

Gráfico 1 – Número de governadores eleitos do Partido dos Trabalhadores



Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Acesso em 24/04/2019.

Gráfico 2 – Número de Prefeituras eleitas pelo Partido dos Trabalhadores.



Fonte: Revista Teoria e Debate Edição 79 – 01/11/2008 – Fundação Perseu Abramo – São Paulo. Acesso em 24/04/2019.

Em 1983, surgiu o movimento Eleições Diretas. O PT iniciou comícios e manifestações públicas pelas Diretas-Já. Este movimento político nasceu em maio de 1983, ganhando dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros para a sucessão do governo do general João Batista Figueiredo, último general a Presidência do país no marco do regime militar instituído em 1964.

Segundo Moreira (2006) a ideia do retorno imediato de eleições diretas para presidente da República começou a tomar força, quando em 1982, o governo Figueiredo restabeleceu — dentro da perspectiva de abertura política “lenta e gradual” desenvolvia desde o governo anterior — as eleições diretas para os governos estaduais. Essa medida contribuiu para o crescimento da força política dos partidos de oposição — Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em maio de 1983, o deputado federal Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, e representantes do PT compareceram a um debate político no auditório da Universidade de Goiânia. O grande tema do debate foi a possibilidade do retorno das eleições diretas para a presidência da República já no pleito previsto para janeiro de 1985. O evento atraiu grande número de pessoas, que, em seguida, ocuparam as ruas da cidade, podendo este ser considerado o primeiro e mais espontâneo comício pelas diretas. Em junho do mesmo ano, no interior dos partidos de oposição, teve início um debate em torno da conveniência de abertura do processo de negociação com o governo para que se chegasse a um acordo sobre a mudança na legislação eleitoral (MOREIRA, 2006, p. 6).

As manifestações em prol das Diretas-já foram grandes e mobilizaram a sociedade civil em todo o país, culminando com o comício do dia 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, em São Paulo, com um público estimado em duzentas mil pessoas, onde líderes oposicionistas dividiram o palanque e encerraram o comício de mãos dadas, cantando o hino nacional. Nas fotos estampadas na cobertura da imprensa vê-se lado a lado: Franco Montoro, governador do estado de São Paulo (PMDB-SP), Leonel Brizola, governador do estado do Rio de Janeiro (PDT-RJ), Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, e Luís Inácio Lula da Silva, presidente do PT. Além dos políticos, vários artistas ocuparam o palco do comício das Diretas Já: Moraes Moreira cantou o Frevo das diretas, ao lado de Fernanda Montenegro, Chico Buarque, Milton Nascimento, Sônia Braga, Bruna Lombardi, Irene Ravache, entre outros.

Às vésperas da votação da emenda constitucional, quatro gigantescas manifestações marcaram a campanha pelas Diretas Já. Em 10 de abril, um comício de seis horas, na Candelária, mobilizou o povo do Rio de Janeiro. Em seu discurso de abertura, o advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto, importante figura da história política e jurídica brasileira, que aos 90 anos de idade, leu o artigo 1º da Constituição Brasileira: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.” O comício do Rio de Janeiro foi considerado, na ocasião, de proporções inéditas nas manifestações político-populares da história do Brasil, chegando a se falar no comparecimento de um milhão de pessoas na região da Candelária. Novamente, os políticos Leonel Brizola (PDT-RJ), Franco Montoro (PMDB-SP), Tancredo Neves (PMDB-MG), Ulisses Guimarães (PMDB-SP), Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) dividiram o mesmo palanque. Iasi (2012) salienta que setores políticos considerados burgueses se misturaram abertamente no movimento que isolava a ditadura.

No dia 12 de abril, em Goiânia, trezentas mil pessoas foram às ruas manifestar seu desejo de votar para presidente. O mesmo aconteceu com as duzentas mil pessoas que ocuparam as ruas de Porto Alegre no dia seguinte.

Em 23 de abril, centenas de milhares de pessoas foram ao Vale do Anhangabaú, em São Paulo, para mais uma manifestação pró-Diretas Já. Dessa

vez, contou com a participação da Orquestra Sinfônica de Campinas que abriu o comício com a Quinta Sinfonia de Beethoven.

Diante da conjuntura econômica e política que deflagrava a crise econômica pelo rápido e quase incontrolável crescimento da inflação; na instalação de uma profunda crise cambial; na queda significativa da variação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional; no crescimento do montante da dívida externa brasileira e na consequente queda da renda dos cidadãos, a emenda constitucional que restabelecia a eleição direta para a presidência da República foi rejeitada, cristalizando uma aliança política entre oposição e integrantes do regime militar para a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, no colégio eleitoral, a ser reunido em janeiro de 1985.

De acordo com Martinez (2007) Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro pelo PDT, apoiava a ideia da extensão do mandato do presidente João Figueiredo por mais dois anos, em troca da eleição direta para o ano de 1986. Entretanto o PT não endossou a composição entre partidos da oposição e o grupo dos “*liberais*” do governo militar. O partido não compareceu à votação indireta e expulsou da sigla três deputados federais, que contrariando a orientação, votaram na chapa da Aliança Democrática contra Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo e candidato do PDS.

Segundo Iasi (2012) foi realizado um Encontro Extraordinário em 1985, com o objetivo de avaliação da campanha pelas eleições diretas e a posição do partido diante do Colégio Eleitoral, uma vez que alguns parlamentares expressavam a intenção de participar da votação indireta. De acordo com o autor:

Ao asseverar que a recusa de parlamentares do partido em acatarem as deliberações tiradas em convenção partidária poderia trazer sérios problemas para o desenvolvimento futuro, a resolução reafirma a intenção de manter a independência de classe e não aderir ao palco das elites, posicionando-se, portanto, pela não participação no Colégio Eleitoral que decidiria indiretamente entre as candidaturas presidenciais de Maluf e Tancredo (IASI, 2012, p. 395).

O saldo positivo da Campanha das Diretas Já abria também a perspectiva de negociar com o governo federal a proposta de instalação de uma assembleia

nacional constituinte, trazendo a possibilidade de se conceber uma nova constituição onde se apagassem os vestígios da ditadura militar que dominou o país nos últimos 20 anos. O PT movimentou críticas e oposições internas ao governo da “Nova República”, alimentando desde a intensa mobilização pública pela democracia, a decisão da organização em se constituir uma alternativa política de expressão, organização e realização dos anseios populares. A linha de ação política foi denominada nos documentos partidários de uma “alternativa democrática e popular” à situação política vivida no país.

Os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) foram entendidos pelo partido como uma oportunidade para promover reformas estruturais no Brasil. Segundo Martinez (2007), em 1986 foi solicitado pelo partido, ao Professor Fábio Konder Comparato, da Faculdade de Direito da USP, uma proposta de Constituição para o Brasil. O Diretório Nacional do PT incorporou ao texto, sugestões e proposições emanadas de outras instâncias partidárias, de entidades da sociedade, da bancada eleita pelo PT e de seus assessores para assuntos jurídicos e constitucionais. A proposta foi apresentada em maio de 1987 pela bancada petista à ANC. Neste mesmo ano, no mês de dezembro, ocorreu o 5º Encontro, período que foi marcado por mobilizações sociais e o início de uma “*inflexão profunda na dinâmica da luta de classes*”, nas palavras de Iasi (2012, p. 45). Este momento foi de recuo e defensiva para o movimento sindical e base do partido.

O texto constitucional promulgado em 1988 era expressão da dominação burguesa e não convergia com o que o partido acreditava serem as reais necessidades do povo, fazendo com que os deputados constituintes repudiassem a assinatura da Carta.

Os partidos da ordem e os políticos profissionais trabalharam a consciência social desses excluídos, desses oprimidos, desses trabalhadores que entram subterraneamente na História, pelas portas dos fundos. A campanha eleitoral teve esse alvo: difundir a ideologia dos estratos dominantes das classes burguesas (FERNANDES, 1989, p. 240).

As bases do 5º Encontro, a atuação do partido na ANC e a perspectiva de eleições gerais em 1988, lançaram o partido ao estabelecimento de um “*governo*

democrático e popular”, antimonopolista, antiimperialista, antilatifundiário e promotor de uma radical democratização do Estado e da sociedade. Iasi (2012, p. 47) reforça que a orientação foi a de acumular no movimento de massas e na ocupação dos espaços institucionais, produzindo “*uma alteração na correlação de forças, tornando possível pôr na ordem do dia as mudanças sociais profundas do Programa Democrático e Popular.*”

Diante desse quadro, caberia ao PT fortalecer-se enquanto instituição partidária e apoiar a organização da CUT, a Central Única dos Trabalhadores, como pólo de aglutinação e de constestação política e social das classes trabalhadoras. Enfim, a cristalização do PT, como partido socialista, e da CUT, como central sindical classista, eram as “*tarefas políticas*” que o partido teria de enfrentar (MARTINEZ, 2007, p. 254).

Após a definição de que o mandato de Presidente da República, pela ANC, duraria 5 anos, as eleições gerais ficaram para o ano seguinte, 1989. Ainda no ano de 1988, o PT conseguiu bons resultados nas eleições municipais como demonstrado no gráfico 2. Elegeram-se três capitais importantes que foram Porto Alegre, São Paulo e Vitória.

As eleições gerais de 1989 foram uma oportunidade de alcançar a direção do Estado brasileiro e da sociedade, possibilitada por um crescimento da organização interna que ajudaria a obter uma hegemonia na classe trabalhadora e nos setores médios para a execução das metas socialistas. A recusa de qualquer pacto com a classe dominante e a construção de novas instâncias de poder popular estavam na pauta do partido. A experiência da cidade de Porto Alegre (1989) com o Orçamento Participativo (OP)²⁰, cidade administrada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o OP, uma ferramenta que os municípios usam para diminuir a descrença da população em relação a legitimidade do sistema político. De acordo com Iasi (2012):

O desfecho estratégico do plano se daria quando este acúmulo de forças produzisse uma alteração tal na correlação de forças que tornaria possível uma vitória nas eleições presidenciais, ponto institucional a partir do qual seriam iniciadas as transformações

²⁰ Segundo Neves (2006) o Orçamento Participativo (OP) pode ser visto como instrumento eficiente de deliberação de Políticas Públicas, além de inovador na gestão do Estado, o qual procura, com sua reforma, a penetração cada vez maior da sociedade civil em seu controle e fiscalização.

democráticas e populares no sentido de uma ruptura socialista (IASI, 2012, p. 443).

Entretanto, esse desfecho não ocorreu “a longo prazo” devido a possibilidade real de vencer as eleições de 1989. A conjuntura política e econômica do período foi um fator considerado, devido a acentuação da crise econômica e a frustração do plano cruzado, no governo Sarney. No contexto internacional, foi um ano difícil para o discurso ideológico socialista e revolucionário, a repressão do governo chinês ao movimento de estudantes em Pequim e a queda do Muro de Berlim, geraram uma impressão de rejeição aos ideais do socialismo. Um exemplo das consequências foi a derrota de Daniel Ortega, da Frente Sandinista de Libertação Nacional, presidente e candidato na Nicarágua, em 1990.

Iasi (2012) afirma que a meta socialista do PT desapareceu quase por completo na campanha de 1989, ainda que elementos como o “popular” e a importância da militância tenham sido mantidos. O Plano de Ação do Governo (PAG) foi elaborado diante das chances reais de chegar à Presidência da República, entretanto, foi eleito Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Diante da derrota, o partido se viu num momento de “*encruzilhada*”, conforme assinalou o autor em relação às resoluções do 7º Encontro Nacional que “*marcaram uma certa moderação no tom geral da proposta*” (p. 65).

A conquista do Estado foi a busca do partido na transição da década de 1980 para 1990, além de ter tido naquele momento um crescimento institucional significativo, corroborando para uma perda da função inicial dos núcleos do PT. Iasi (2012) aponta para uma “*crise de identidade*”, além de as correntes internas terem divergido da convivência com agrupamentos instáveis de interesses eleitorais e pessoais, o que não coadunava com o caráter inicial de agregar opiniões e projetos políticos.

Após uma década de sua fundação, o PT encararia novos desafios, a crise do socialismo e a ofensiva neoliberal, com medidas conservadoras que chegavam com força no Brasil. Para Florestan Fernandes (1991), após a derrota das eleições de 1989, era imprescindível ao partido reavaliar suas concepções e práticas políticas, diante dos determinantes históricos, como a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que postulava novas configurações nas lutas de classes. Esse contexto trouxe imposições para que a

organização revesse também sua relação com os sindicatos e a CUT, com os trabalhadores de múltiplos setores, devido à reconfiguração que estava em curso, vista da reestruturação produtiva.

Desse modo, o Primeiro Congresso do PT ocorreu em São Bernardo do Campo em, 1991, como refere Fernandes (1991, p. 24) “*em sua maturidade como partido socialista*”. De acordo com o autor, na “*Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*”:

Propõe-se a fortalecer e dirigir o movimento social que se volta para a transformação da ordem existente, para consolidar a democracia, promover a formação de uma sociedade socialista e instituir a associação indissolúvel entre liberdade e igualdade em todas as relações humanas. Seu escopo histórico consiste em atingir uma época na qual a evolução da civilização progrida sem provocar manifestações concomitantes de barbárie (FERNANDES, 1991, p. 18).

Em entrevista à Frei Betto para o Cadernos de Fé e Política(1991, p. 6)²¹, Lula explicitou o sentimento de convencimento de que o PT era uma “alternativa de poder neste país”, e que para isso, era necessário a realização de “*aliança com outras forças progressistas e democráticas para chegarmos ao governo, para tomar posse e administrar este país.*” Outra ideia de Lula era a de recorrer ao pragmatismo em detrimento da “*utopia*”, uma vez que, em palavras: “*não podemos fingir que não aconteceu nada no mundo neste final de século.*”

Em contraposição, muitos dos participantes não saíram satisfeitos com os resultados pois foram vagos os compromissos com o socialismo e não foi a sua “*refundação*”, como refere Iasi (2012, p. 34) era como queriam muitos dos participantes. Uma das resoluções do Congresso para este autor apontavam que as experiências socialistas não teriam conseguido responder a questões fundamentais como a “*liberdade individual*”, a “*relação entre Estado e sociedade civil*”, acenando para o esgotamento desse modelo e “*desse ponto de partida*”.

²¹ Os Cadernos de Fé e Política foram uma publicação editada pelo Movimento Nacional de Fé e Política entre os anos de 1989 e 1998, considerada por nós como a primeira fase do movimento. A edição que contém entrevista realizada por Frei Betto com o, então, Coordenador do governo paralelo, Lula é o Caderno n.º nov. de 1991.

Diante dessa reconfiguração e da necessidade presente no PT em representar uma alternativa política ao Governo Collor e à democratização do poder, organizou-se um governo paralelo, em 1990, sob a coordenação geral de Lula. A proposta deste modelo era de interação de diversos projetos, propostas e debates considerados importantes na disputa de hegemonia política, dialogando com os movimentos sociais e servindo de referência para a ação legislativa e para as administrações municipais do PT. Um dos seus principais objetivos era contrapor e fiscalizar as ações do Governo Collor e segundo Lula (1991, 7) estabelecer “*um conjunto de propostas capazes de formular um embrião de um programa alternativo para o Brasil.*”

A democratização do poder foi vista como uma exigência fundamental no enfrentamento daquele que foi definido como “*um desafio profundamente socialista*”, trazendo para a vida política os milhões de marginalizados existentes no Brasil. A democratização e a revitalização da política não seria apenas a partir do Estado, mas em toda sociedade civil. A “nova cidadania” colocava no horizonte político a “*extinção das desigualdades de classes e do Estado enquanto aparelho de dominação*” (LOPES, 2014, p. 110).

Entretanto, na Aula Magna como convidado da PUC-SP, no Teatro TUCA em nove de março de 1993, Lula demonstrava a disposição de construir um “compromisso histórico” com o empresariado brasileiro. Para Lopes (2014) naquela conjuntura o PT procurava se mostrar renovado e catalisador das demandas socioeconômicas, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários.

De acordo com Iasi (2012) o 8º Encontro Nacional do PT ocorreu sobre divergências fundamentais, em parte por ser considerado um partido de classes, o que restringia sua atuação. Diante desse contexto, alguns setores internos, insistiam numa “*Estratégia Democrático Popular*” e na abertura do leque de alianças, com a justificativa de que somente dessa maneira seria possível garantir a hegemonia socialista necessária. Para Marques (2015, p. 123) essa estratégia era na perspectiva de construção de um “*programa democrático, popular e antiimperialista*”, com a hegemonia dos trabalhadores e que conduzisse a uma outra sociedade.

Democrático, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características arcaicas do capitalismo brasileiro – dependente, latifundiário e monopolista – seja através da realização das tarefas

burguesas em atraso: a reforma agrária, urbana, o combate às desigualdades regionais, a inserção autônoma à ordem econômica internacional e a ruptura com a dívida externa e as agências multilaterais; como pela adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia, com o enfraquecimento da resistência capitalista. Popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus aliados afetados pelos grupos monopólicos (MARQUES, 2015, p. 189).

Nas eleições de 1994 Lula foi derrotado, entretanto, o PT garantiu dois importantes governos estaduais, senadores e deputados federais. Iasi (2012, p. 45) apontou que nessa derrota, o partido abriu-se *para “uma nova inflexão moderada”*. Martinez (2007) afirma que essa foi a guinada do PT ao apoio da ala conservadora do PFL (Partido da Frente Liberal), através da indicação de Marcos Maciel para vice-presidente que estimulava uma nova pragmática no PT. O que consistia numa retomada de controle interno de correntes empenhadas na vitória nas urnas e o endurecimento das disputas com as correntes de esquerda do partido. Isso teve consequências políticas desastrosas internamente e para as esquerdas.

Do outro lado, as organizações revolucionárias, apesar delas mesmas, e contrariando prognósticos e expectativas, foram sendo fagocitadas no interior do partido, aspiradas pelas pugnas internas e pelas disputas político-eleitorais, quando não pelos cargos que se multiplicavam e que urgia ocupar. Em suma, institucionalizavam-se. A maioria desapareceu quase sem deixar vestígios (REIS, 2007, p. 518).

A verificação da clara relação *“tática”* entre as classes e a opção eleitoral fez com que segmentos da extrema esquerda fossem expulsos, como o Partido da Causa Operária (PCO) e a Convergência Socialista (CS).

Entre os anos de 1995 e 1998, o partido orientou suas ações para assumir a presidência da República, a partir de uma agenda política própria e indiferente ao receituário neoliberal, que indicava as contrarreformas para impulsionar o desenvolvimento econômico e o papel do Estado. Neste período, uma orientação importante foi que houvesse maior ênfase na divulgação das experiências das administrações municipais conduzidas pelo PT, legitimando a ideia de um *“modo petista de governar”*. Segundo Martinez (2007, p. 169) esta nova direção comporia o

receituário exemplar de “*políticas alternativas com ênfase nas questões sociais*” e em “*novas práticas democráticas*” de governo e de participação popular na gestão pública, como uma continuação do orçamento participativo (OP) e a prioridade ao social.

Para assegurar a democratização do Estado, foram orientados pelo PT: a construção do estado de direito no Brasil, alicerçado sobre a reforma dos poderes Judiciário e Legislativo, o fim do monopólio dos meios de comunicação de massa e a defesa dos direitos do consumidor. Iasi (2012, p. 279) assevera que os 10º e 11º congressos do PT, ocorridos nos anos de 1997 e 1999, foram marcados pela afirmação de que o “*período exige uma nova orientação estratégica*”. O discurso inicialmente “*anticapitalista*” dá lugar para o “*antineoliberal*”. A reelaboração do programa se deu em tom moderado, possibilitando um leque de alianças e substituindo o caráter “*socialista*” pelo “*projeto nacional de desenvolvimento*” (p. 280).

Para a candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 1998, um programa radical de reformas foi elaborado visando o social, nacional e democrático, e mesmo com sua derrota, se viu com 31,7 % dos votos válidos. O programa de governo deveria ser uma iniciativa da Frente que reuniria os partidos de oposição ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Martinez (2007) afirma que desde a elaboração da Carta do Rio de Janeiro em 1997, foi buscada uma alternativa política para governar o Brasil, através de uma composição de partidos, segmentos sociais, personalidades e entidades democráticas. O crescimento do PT levou a sua hegemonia no âmbito dos partidos de esquerda.

Evidente que no conjunto das medidas ligadas a uma nova política econômica com reformas sociais não há uma só palavra sobre a alteração nas formas de propriedade ou nas relações sociais de produção, mas um conjunto de medidas que impeçam a recessão, defendam o salário e o emprego, reduzam os juros e articulem a estabilidade econômica à retomada do crescimento (IASI, 2012, p. 509).

Segundo Iasi (2012, p. 342) a rejeição à pactos sociais deu lugar a um “*novo contrato social*” entre as forças sociais abrangentes que sustentam o “*Estado-*

Nação”, considerando agora aliança com empresários produtivos, de qualquer porte. A partir daquele momento o principal eixo que permeia o desenvolvimento e a plataforma de governo era “*a retomada do crescimento econômico*”. A orientação interna do PT para a economia brasileira seria a constituição de mercado consumidor de massas, iniciativas pela inclusão social e o incremento de políticas sociais consideradas básicas.

Martinez (2007) observa os resultados das eleições municipais de 2000, quando o partido elegeu seus candidatos em inúmeras e importantes cidades, como a prefeitura de São Paulo, foram os propulsores da idéia de que era chegada a hora de o partido disputar efetivamente, e “*com chances reais de vitória*”, as eleições presidenciais de 2002. O novo modelo de desenvolvimento para o país, cobiçado pelo partido para as eleições de 2002, valorizava o disposto na Agenda 21²², que era “*a integração entre a viabilidade econômica, a sustentabilidade ecológica e a justiça social*”.

O partido estava finalmente adequado às tarefas da nova estratégia, e o caminho estava aberto para a ampliação das alianças e a moderação pragmática que se consolida no 12º Encontro. Ironicamente a política real de alianças, no contexto das eleições de 2002, ameaçava ser ainda mais restrita do que aquela que se efetivou em 1994, e ainda mais do que a de 1998. Finalmente, o Encontro autoriza o partido a buscar alianças com a burguesia, vendo esta classe empenhada em dar continuidade à desastrosa candidatura Serra, muito mais confiável aos seus olhos (IASI, 2012. p. 515).

²² A Agenda 21 Global foi construída de forma consensual, com a contribuição de governos e instituições da sociedade civil de 179 países, em um processo que durou dois anos e culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, também conhecida por Rio'92. O programa de implementação da Agenda 21 e os compromissos para com a carta de princípios do Rio foram fortemente reafirmados durante a Cúpula de Johannesburgo, ou Rio + 10, em 2002. A Rio+20 teve como objetivo de culminar negociações sobre aspectos fundamentais para o futuro ambiental do planeta, focando-se somente em discussões, quase acadêmicas, em torno de "economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza" e sobre "o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável". Com o mundo imerso na mais profunda crise econômica desde a Grande Depressão de 1929, foi realmente difícil convencer líderes mundiais a viajarem ao Rio em Junho para simplesmente discutir estes temas, mas sem ter que tomar decisões, de resto, não identificadas em momento algum para a sua ratificação e posta em prática, exceto na vaga declaração política "O Futuro que Queremos". Ver ONU – Organização das Nações Unidas.

A campanha de 2002 ocorreu em condições favoráveis ao PT, devido ao desgaste dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Mesmo com o sucesso do Plano Real²³, era evidente a baixa popularidade do presidente e a possibilidade de eleger “o primeiro presidente operário da América Latina” era um precedente muito favorável à candidatura de Lula. Sua vitória nas eleições presidenciais de 2002, segundo Marques (2015) era a “materialidade desta metamorfose programática”. O partido se preparou *profissionalmente* para a campanha, e na condição de um grande partido arrecadou finanças. Para além dessas estratégias, moderou o discurso e formulou a “Carta aos brasileiros”. Num trecho da Carta:

A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas (CARTA AOS BRASILEIROS, 2002).

Segundo Antunes (2005) a “Carta aos Brasileiros”, assinada pelo PT em plena campanha eleitoral, era uma clara demonstração de que o governo do PT seria fiador dos grandes interesses do capital financeiro, sob o comando do FMI. Por isso ela se tornou conhecida pelos seus críticos como “Carta aos Banqueiros”.

Além dessa classe é importante atentar para o silêncio em relação à reforma agrária, garantindo a expansão sem igual do agronegócio no período dos governos do PT. Historicamente, a estratégia do capital financeiro na agricultura é dependente dos mercados de terras, de crédito e dos empreendimentos agrícolas, e esses

²³ Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434, implantado no governo Itamar Franco. Tal medida provisória instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real.

mercados dependem essencialmente de regulação ou desregulação e do patrocínio estatal. Por isso, o desenvolvimento do agronegócio no Brasil está diretamente vinculado a um grande pacto econômico e político entre as cadeias agroindustriais, a grande propriedade fundiária e o Estado.

De acordo com Messias (2017) o debate da reforma agrária como programa estratégico para a superação da estrutura fundiária desigual e geradora de pobreza, por meio da desapropriação de latifúndios, foi uma bandeira levantada nas campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989 e demarcada no Programa Agrário do partido. Entretanto, para se eleger em 2002, após três tentativas anteriores, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, precisou fazer alianças políticas com partidos do campo conservador e esse tipo de comprometimento se refletiu na política agrária de seus governos, pois havia necessidade de conciliar dois projetos distintos de agricultura. Com isso, a reforma agrária passou a ser defendida enquanto categoria para o desenvolvimento capitalista e o combate à fome, se restringindo à desapropriação de terras improdutivas.

Segundo a análise de Boito Jr. (2016), a burguesia interna é o grupo dirigente desta frente desenvolvimentista e se encontra distribuída em vários setores da economia, entre eles, o do agronegócio, ao lado dos grandes bancos de capital nacional e de setores da mineração. O que unifica todos esses setores é o favorecimento e a proteção do Estado diante da concorrência com o capital estrangeiro. Os setores do agronegócio e da mineração foram alguns dos mais favorecidos pela política econômica dos governos petistas; um dos favorecimentos se deu pela política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que realizou empréstimos com juros subsidiados. Para Messias (2017) tanto os governos de Lula como de Dilma eram comprometidos com o agronegócio e desenvolveram uma política compensatória, já que ambos não definiram metas de assentamentos e nem mencionaram em seus programas de governo a concentração fundiária presente. O trabalhador rural pobre, sem-terra, ficou desassistido, já que sua reivindicação era uma política agressiva de desapropriação de terras e criação de novos assentamentos. Porém, como o agronegócio tem uma importância fundamental para o projeto neodesenvolvimentista, as desapropriações se inviabilizavam. Para se ter uma ideia, entre os anos de 2003 e 2007 foram desapropriados 1.646 imóveis contra 2.223 no

governo de FHC. As camadas mais pobres dos trabalhadores rurais foram as mais marginalizadas pelo projeto. A reforma agrária no governo Lula (2003-2010), mais uma vez, não foi concebida como política de desenvolvimento territorial visando romper com as práticas de concentração fundiária forjadas há mais de 500 anos; ela continuou limitada a avançar conforme pressões dos movimentos sociais. Com uma política de conciliação entre classes distintas, o governo Lula manteve o Estado a serviço dos grandes proprietários de terra.

A vitória no segundo turno das eleições de 2002, deram à Lula quase 53 milhões de votos válidos, o que correspondia à quase 62% dos votos. Segundo Reis (2007) a euforia tomou conta do país, empolgando, principalmente os eleitores de Lula e do PT, que se consagrou o maior partido no Congresso Nacional. A pergunta que levantamos é: a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República contribuiu, ainda que parcialmente, para a crise dos movimentos sociais e das esquerdas? Verificaremos a seguir como os fatos históricos se desenrolaram no período dos denominados “governos do PT”.

3.3 Presidência da República e hegemonia petista: governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

A entrada dos anos 2000 e a possibilidade da constituição de um governo de esquerda no Brasil com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2002, colocou em evidência a trajetória histórica das esquerdas. Desde o regime militar, na luta antiimperialista e pela democracia, as esquerdas vem galgando a construção de sua hegemonia, a partir de um amplo movimento que, de acordo com Iasi (2012), foi organizado por setores combativos do operariado e agregador de setores progressistas da sociedade civil como a esquerda católica, através da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e tantos outros.

A emergência do Partido dos Trabalhadores foi o resultado da vontade coletiva que acenou ser uma via de união dos trabalhadores na luta por uma República democrática e a conquista do socialismo, não como uma “*mera retórica*”.

Entretanto, o que se verificou foi um *“partido contra a ordem”* se colocar como o *“partido da ordem”* burguesa (IASI, 2012, p. 181).

Segundo Gramsci (2000) a vontade coletiva nasce da necessidade elevada à consciência e convertida em práxis transformadora. Para o autor italiano cabe ao partido ser o organizador dessa vontade coletiva, e representar para a classe operária, instrumento de luta pela criação de um novo bloco histórico.

Lênin (1978, p. 27) defende em *“Que fazer?”* que o partido revolucionário seja aquele que *“organize verdadeiramente as revelações visando o povo inteiro poderá tornar-se, em nossos dias, a vanguarda das forças revolucionárias.”* Para o revolucionário russo, o partido nunca será vanguarda do processo revolucionário se não estiver ativamente envolvido com o conjunto das variadas lutas cotidianas que englobam as condições de vida dos trabalhadores. Este envolvimento possibilita conhecer os anseios da classe trabalhadora, fazendo do partido o revelador, isto é, mediar a luta cotidiana com a luta política.

Florestan Fernandes (2006, p. 78) assinalou no final da década de 1980, que o *“PT não poderia repetir os erros danosos do dogmatismo e nem os do oportunismo.”* Para Fernandes (2006), a classe trabalhadora deve conduzir à extinção do regime de classes, além de fazer a transição ao socialismo. Ao partido, cabe o entendimento de que o poder deve ser conquistado no momento certo, e não ser o eixo central de condução da organização *“dentro do capitalismo e para o capitalismo”*, colocado como o sujeito histórico que irá resolver os problemas e os dilemas sociais que a burguesia não consegue solucionar. Nas palavras do autor:

O socialismo comprometido com a democracia burguesa ainda é uma forma de reprodução do sistema capitalista de poder. A revolução proletária volta-se para a emancipação coletiva dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Ou o PT decifra a solução correta dessa necessidade histórica na cena brasileira ou ele engrossará as fileiras dos partidos reformistas imantados à *“reforma capitalista do capitalismo”*, ao *“capitalismo melhorado”* ou ao *“capitalismo do bem-estar social”* (FERNANDES, 2006, p. 240).

Os governos de FHC ajudaram na promoção e fortalecimento do projeto hegemônico do capitalismo contemporâneo que é o neoliberalismo, sendo destruído segundo Lesbaupin (2002), parte considerável do que havia sido construído ao longo de 60 anos de história republicana, produzindo as grandes taxas de

desemprego, a queda constante do rendimento médio real dos assalariados, o aumento da dívida externa e as privatizações.

Para Sader (2007) diante da derrocada do modelo neoliberal no Brasil e na América Latina, os governos Lula foram eleitos, no marco da oposição às políticas neoliberais, que haviam ocupado historicamente o espaço da esquerda em seus países, onde triunfam, derrotam os partidos que tinham posto em prática políticas neoliberais, porém não fogem do modelo dessas políticas.

O início do governo foi marcado por propor as reformas já enviadas à consideração do Congresso por FHC, a saber, as reformas da previdência e tributária. Em abril de 2003, foi encaminhado ao Congresso Nacional, o projeto de contrarreforma da previdência social dos funcionários públicos e aprovado em dezembro do mesmo ano. Nele o governo retomava os principais pontos que haviam sido derrotados durante a reforma promovida por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), inclusive com o apoio ativo de deputados e senadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Como observa Marques e Mendes (2007):

As medidas da reforma partiam do estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores, pondo fim ao direito à integralidade e o início de procedimentos que, se aprofundados, levarão à unificação entre o Regime Geral da Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores do mercado formal do setor privado da economia, e o dos funcionários públicos (MARQUES e MENDES, 2007, p. 45).

De acordo com Marques e Mendes (2007) os impasses no Sistema Único de Saúde (SUS) por recursos vem desde a década de 1990 quando 15,5% da arrecadação da contribuição desempregados e empregadores, previsto no orçamento da União, não foram repassados para o Ministério da Saúde (MS), obrigando-o a realizar um empréstimo junto ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT).

No governo Lula, as esperanças da sociedade civil eram de que as incertezas do orçamento da saúde pública fossem alteradas, entretanto, toda a agenda do SUS foi praticamente reproduzida na parte relativa à política de saúde do documento *Programa de Governo 2002*. Para Marques e Mendes (2007) as expectativas de fortalecimento do SUS deram lugar a preocupações em realizar um superávit primário superior ao acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI),

implicando em constantes tentativas de reduzir a disponibilidade de recursos para o orçamento da saúde pública.

Um fato relevante que demonstra as pressões para que tivessem continuidade o ajuste fiscal do governo FHC, foi a negociação daquele governo, com o apoio dos principais candidatos, uma extensão do programa com o FMI para 2003, com o compromisso de geração de um superávit primário, consolidado, de 3,75% do PIB no primeiro ano do futuro governo. Diante deste acordo com o FMI, a fim de promover alianças com a burguesia internacional e nacional, a poucos meses das eleições na *“Carta ao povo brasileiro”*, em 2002, Lula revela a mudança de direção do PT, agora para a conciliação com as elites e os mercados. Através da seguinte frase: *“Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos”*.

Marques e Mendes (2007, p. 36) apontam que o PT no ano de 2000, criticava a geração de superávits primários *“para pagar os credores”*. Entretanto em 2002, a subordinação da política fiscal à lógica da necessidade de honrar a dívida pública já tinha sido assumida por FHC.

Outra questão levantada por Marques e Mendes (2007) era de que enquanto candidato à presidência da República, Lula falava em dobrar o valor do salário mínimo. No *Programa de Governo 2002* (2006, p. 31), afirmava: *“[...] nosso governo trabalhará com um programa de reajuste progressivo do poder de compra do salário mínimo”*. Ao final, entre dezembro de 2002 e setembro de 2006, o salário mínimo real aumentou 40%, beneficiando os trabalhadores de mais baixa renda e os beneficiários do piso previdenciário (principalmente rurais) e do Benefício de Prestação Continuada.

Marques (2015) destaca que as *“reformas”* que se procederam foram de absoluto caráter antinacional e antissocial, que mantiveram e reiteraram os determinantes gerais da nossa cultura autocrática pelo que lhe é próprio: o privilégio exclusivo dos interesses privatistas nas medidas socioeconômicas. Como resultado desta escolha, uma reiterada negação aos setores pauperizados do usufruto de um patrimônio público comum.

A chegada do PT ao governo federal não se concretizou como a conquista do Estado, pois não forjou uma nova hegemonia política e social capaz de desencadear amplas reformas sociais e de um novo Estado. Para dar conta dos problemas

enfrentados pela esquerda no período histórico, dominado pela hegemonia imperial estadunidense e pelo modelo neoliberal, o enfrentamento de três eixos de poder dominante no mundo de hoje - o poder do dinheiro, o poder das armas e o poder da mídia se fazia necessário.

Na área das políticas e programas sociais foi lançado em 2003, o Programa Fome Zero que consiste em um conjunto de políticas públicas para combater a fome e suas causas estruturais. O Fome Zero visava garantir em seu projeto original, aos mais de 40 milhões de brasileiros que passavam fome o direito fundamental a uma alimentação com qualidade, quantidade e regularidade. Segundo Ananias (2004) o Programa Bolsa Família (PBF), criado em outubro de 2003, unificou os programas federais de transferência de renda e absorveu parte das ações antes desenvolvidas no âmbito do Fome Zero.

De acordo com Mesquita e Freitas (2013) a discussão dos programas de transferência de renda, no Brasil, foi introduzida na agenda pública, inicialmente na esfera federal, em início dos anos de 1990. Foi colocada em pauta por Eduardo Suplicy, na época Senador do Estado de São Paulo, por meio do Projeto de Lei nº. 80 de 1991, que propunha a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM. Neste período, essa discussão teve um espaço marginal, ganhando maior notoriedade anos depois com a regulamentação da Assistência Social. Esta foi regulamentada com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei nº. 8.742 de 1993, que estabeleceu critérios para a organização da Assistência no Brasil.

Silva (2004) ressalta que os Programas de Transferência de Renda no Brasil pareceram atingir um novo patamar no seu conteúdo e forma de gestão quando se iniciou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ocorrem mudanças quantitativas, mas, sobretudo, qualitativas direcionadas para construção de uma Política Pública de Transferência de Renda, de abrangência nacional.

Ananias (2004) ressalta que o programa é instrumento de implantação de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional, que deve ser universalizada. A segurança alimentar é um dos núcleos fundamentais da política estratégica dos países mais ricos, sobretudo daqueles que atravessaram períodos de escassez alimentar, decorrentes de guerras ou depressão econômica. A política de segurança alimentar é complemento natural da política de desenvolvimento

econômico, já que ambas apontam para a superação do atraso econômico e social e “são parte do projeto de construção de uma nação forte” (p. 35).

Frei Betto (2004) sinaliza que a fome como questão política na agenda brasileira não é um assunto novo, pois data de quando Josué de Castro publicou “*Geografia da fome*”, no ano de 1946, indicando que a subnutrição de milhões de pessoas não era obra de fatalidade e sim, expressão do modo de produção capitalista. O autor ainda ressalta que os únicos presidentes da República que colocaram a fome na “*agenda do dia*” foram João Goulart com o programa de reformas de base e Lula que deu início a discussão, ainda no governo paralelo, quando encarregou Herbert José de Souza – Betinho – de assegurar o “*programa Ação da Cidadania*”²⁴.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A FAO considerou dois períodos distintos para analisar a subalimentação no mundo: de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%.

O campo das políticas sociais no combate à pobreza parecia estar entrando num novo momento histórico ao solucionar, ainda que parcialmente, a questão de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil, entretanto, o que se verificou, segundo Behring (2008, p.110) foi a financeirização dessas políticas. Ainda de acordo com a autora, esse fenômeno ocorreu devido a possibilidade de o capital financeiro solucionar a “*questão da superacumulação*”.

De acordo com Souza (2012) os programas de transferência de renda ganham ênfase no Brasil e na América Latina, possuindo relação com a maneira como a economia capitalista se colocou na primeira década do século XXI, dada sua capacidade de responder às expressões da questão social, no contexto de mundialização do capital e financeirização das relações capitalistas. Chesnais (2001) ao observar a lógica da mundialização do capital, conclui:

²⁴ Foi fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o conhecido Betinho, a partir do Movimento pela Ética na Política. Em 1993, ele lançou o programa *Ação da Cidadania*, tendo como objetivo a mobilização de todos os segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome e da miséria. Desde 1993, a *Ação da Cidadania* trabalha para estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas sociais.

Enquanto que o fetichismo inerente à mercadoria e ao dinheiro parece ter sido contido durante algumas décadas com a ajuda das instituições sociais e políticas que comprimiram o capital em um quadro nacional, a mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho aparece mais uma vez e com uma força renovada como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos (CHESNAIS, 2001, p. 10).

Neste contexto de mundialização do capital, o projeto de poder do governo Lula e a defesa dos interesses do Grande Capital nacional e internacional ficaram estremecidos com as denúncias contra o governo e seus dirigentes políticos. O Mensalão como ficou conhecido, fato histórico que arrolou corrupção e lavagem de dinheiro, ia contra à defesa da moralidade pública como o valor ético central na construção de uma hegemonia política, com um diferencial que fosse capaz de criar consenso entre os trabalhadores e a pequena burguesia. Martinez (2007) ressalta que a atuação das empresas do publicitário Marcos Valério²⁵ e as denúncias de omissão deliberada do Ministério da Previdência, no Rio de Janeiro, por exemplo, demonstravam a ancestralidade da drenagem de recursos para o financiamento de campanhas eleitorais, já no governo FHC (PSDB/ PFL).

Previamente às eleições de 2006, contrário às expectativas após a crise ética vivida pelo PT, em decorrência do Mensalão, Lula foi confirmado como candidato à reeleição pelo partido e venceu no segundo turno, com 61% dos votos, tendo derrotado o candidato Geraldo Alckmin.

No início do segundo mandato, o Presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um conjunto de medidas que recebeu o nome de Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Segundo Kliauss (2016) as decisões podem ser interpretadas como uma mudança de rumo, em termos da política econômica bastante ortodoxa, adotada ao longo dos primeiros quatro anos de governo Lula. A necessidade de recuperar os caminhos para o crescimento econômico e não apenas se contentar com os ajustes de cunho neoliberal, sempre baseados na manutenção de taxas de

²⁵ Marcos Valério Fernandes de Souza é um empresário e publicitário brasileiro, tornado nacionalmente conhecido em 2005 por seu envolvimento no chamado *escândalo do mensalão*. Valério só veio a ganhar os holofotes da cena política brasileira no início de junho de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) fez suas primeiras acusações sobre o suposto esquema do mensalão.

juros elevadas, na redução dos gastos públicos e na obtenção de superávit primário crescentes para pagamento dos serviços da dívida pública foi a motivação para o desenvolvimento de um programa de aceleração do crescimento.

O PAC é constituído de um amplo conjunto de decisões, proposições, projetos e intenções tendo como objetivo tornar os índices de crescimento do período do segundo mandato mais elevados do que os do período 2003-2006. Dessa forma, assiste-se a uma mudança importante de comportamento por parte do governo, pois a intenção essencial passa a ser o aumento da velocidade do crescimento econômico. Até então, o modelo adotado considerava o crescimento como o resultado possível de variáveis mais importantes, como a taxa de juros, o superávit primário e o controle da inflação (KLIAUSS, 2016, p. 161).

Em 2008, com a crise financeira mundial, o padrão de intervenção foi modificado, o papel desempenhado pelo Estado diante das consequências da inevitável retração econômica que o país enfrentou. O Estado brasileiro optou por modificar seu padrão de intervenção, já que essa é uma característica intrínseca ao sistema capitalista de produção. As medidas tomadas foram a redução de impostos sobre produtos industrializados e a redução da taxa SELIC (taxa básica de juros), que incentivam o consumo, a produção e os investimentos nacionais, desestimulando o capital especulativo, principalmente o de origem estrangeiro.

Foi nesse momento que Lula declarou que a quebra de Wall Street em 2008 pode ter sido um tsunami para os EUA, mas no Brasil ela estava mais para uma “marolinha”. A frase foi tratada pela imprensa como uma imprudente prova de ignorância econômica e de irresponsabilidade (ANDERSON, 2011, p. 35)

Sampaio Jr. (2010) assevera que a crise mundial criou uma nova situação de dependência, que anteriormente era possível associar dependência e industrialização, entretanto, hoje é impossível deixar de lado o “*antagonismo*” entre dependência e desenvolvimento nacional. Katz (2010) aponta que após o esgotamento do projeto neoliberal, a retomada dos programas anticapitalistas era possível na América Latina e foram materializados de diversas maneiras. O

desenvolvimento da luta popular, as reformas sociais e a radicalização da democracia seriam as vias necessárias.

No Brasil se verificou esta tentativa através do projeto desenvolvimentista que segundo Castelo (2010, p. 194) *“foi embalado pela promessa de um governo progressista desenvolvimentista de Luiz Inácio Lula da Silva.”* De acordo com o autor:

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado com uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução desse objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”, principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas (CASTELO, 2010, p. 194).

Castelo (2010, p. 201) adverte que a supremacia do desenvolvimento econômico como estratégia para garantir a *“equidade social”*, tem neste conceito seu pilar e significa *“um deslocamento metodológico a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais.”*

Para Pochmann (2012) é importante reconhecer que a primeira década dos anos 2000 foi caracterizada por mudanças significativas na base da pirâmide social, que entrou na segunda década – no governo Dilma Rousseff – renovada e com demonstrações de continuidade em seu novo perfil. As alterações são apontadas por Pochmann (2012): foram a ampliação da taxa de ocupação em relação à força de trabalho e a queda da taxa de desemprego; a formalização de empregos e a queda da pobreza absoluta. Contudo para Marques (2015) a alteração na condição de vida dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora não significou uma ascensão importante “aos de baixo” na estratificação social.

A participação popular tão destacada no conteúdo programático do governo Lula passa por alterações significativas devido às inflexões causadas pelos programas sociais do período. O interesse das políticas sociais são o enfrentamento da pobreza e da miséria, expressões da questão social, entretanto o que se operou foi o repasse de bolsas que promoveram a inserção das camadas mais pobres no processo de circulação de mercadorias, isto é, na realização de valor, garantindo a reprodução da acumulação capitalista.

Para o governo Dilma Rousseff que correspondeu o período de 2011 a 2016 ficaria o desafio de resolver tais inflexões, uma vez que, dado como referência das esquerdas durante as primeiras décadas de existência e dos movimentos sociais, o PT agora era considerado como um “governo de centro-esquerda” privilegiando o capital financeiro.

4. Governo Dilma Rousseff (2011-2016)

Na Convenção Nacional do PT, ocorrida em realizada em Brasília no dia 13 de junho de 2010, o partido oficializou Dilma Vana Rousseff (1947) como a candidata do partido à presidência, e como vice, o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer do PMDB. A coligação de Dilma Rousseff e Michel Temer recebeu o nome de “Para o Brasil seguir mudando” e foi composta por dez partidos. Em seu discurso de aceitação como candidata, ela declarou: "Não é por acaso que depois desse grande homem o Brasil possa ser governado por uma mulher, uma mulher que vai continuar o Brasil de Lula, mas que fará o Brasil de Lula com alma e coração de mulher."

Desconhecida pela grande massa de trabalhadores, o então presidente Lula foi a peça chave para eleger sua sucessora, que venceu no segundo turno as eleições contra o candidato José Serra do PMDB (Partido da social democracia brasileira). Como promessa de dar continuidade às transformações que foram realizadas no governo Lula, o que foi visto, a partir de 2011, foi a economia brasileira entrar em rota de desaceleração, em meio à reversão do cenário externo, na esteira da crise internacional iniciada em 2008,

Taxas de crescimento menores (2,1% a.a. entre 2011-14, ante 4,6% a.a. entre 2007-10), desaceleração do investimento privado e do consumo das famílias (especialmente o apoiado em endividamento), dificuldades de concorrência enfrentadas pela indústria, déficit externo crescente e a estabilização da inflação em nível próximo ao teto da meta do governo (em torno de 6% a.a.) foram alguns dos ingredientes que colocaram em xeque a capacidade de sustentação

do padrão de crescimento de 2004-10 (GENTIL & HERMANN, 2017, p. 794).

O crédito público tornou-se um importante instrumento anticíclico ao longo de todo o Primeiro Governo Dilma, mas a política de corte dos juros foi revertida a partir de março de 2013 e manteve o viés restritivo até o fim desta gestão. Diante da austeridade fiscal do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-14) assiste-se a um novo acirramento na luta de classes, agora com caráter antipopular e antidemocrático.

Segundo Calixte e Fagnani (2017, p. 122) o acirramento da desaceleração do crescimento, é parte de desdobramentos da crise financeira internacional e erros na condução da política interna. Ainda de acordo com os autores, do ponto de vista político, a proximidade das eleições de 2014 tensionou ainda mais, quando a oposição aprofundou a campanha ideológica contra o suposto programa intervencionista da “*esquerda*”, agora com o propósito de apresentar o Brasil em “*crise econômica terminal*”.

A criação de um clima de crise fiscal e econômica se sobrepôs fazendo com que o governo alterasse sua rota, optando por não se pronunciar e nem criar debates. A acelerada deterioração da situação fiscal enfraqueceu o governo, democraticamente eleito, amplificou a crise política e as ações antidemocráticas e criou condições para que o mercado completasse o serviço iniciado há mais de duas décadas, de fazer retroceder a cidadania social inscrita na Carta de 1988.

Como consequência podem ser consideradas as “*jornadas de junho*” no ano de 2013, que foram um conjunto de manifestações pela redução do preço das passagens do transporte público. Singer (2013) aponta que as iniciativas seguiram o modelo adotado pelo Movimento Passe Livre (mpl) em anos anteriores. Convocados pelas redes sociais, os manifestantes percorriam e paralisavam grandes vias públicas por horas, ao final havendo conflitos com a polícia.

Boito Jr. (2016) afirma que as manifestações de junho foram o ápice da crise provocada por uma ofensiva política contra o governo Dilma Rousseff originada do capital internacional e a fração da burguesia a ele atrelado.

Devemos denominá-la uma ofensiva restauradora, porque seu objetivo era restaurar a hegemonia do neoliberalismo puro e duro. Essas forças viram no declínio do crescimento econômico a oportunidade de lutar contra as medidas de radicalização do neodesenvolvimentismo tomadas pela presidente Dilma – redução inusitada da taxa básica de juros, novas medidas protecionistas e depreciação cambial, entre outras (BOITO JR, 2016, p. 28).

Junto com esta ofensiva, era um momento de agravamento de contradições internas da classe trabalhadora que o governo Lula conseguiu obter sua hegemonia, entretanto no governo Dilma, este consenso já não era possível devido às medidas e políticas que incidiram diretamente sobre os trabalhadores como de acesso às universidades que não foi acompanhado por novos postos de trabalhos. Na guerra de posição, para garantir a hegemonia foram identificadas associações empresariais, como a Federação das indústrias do estado de São Paulo (FIESP) que, até então, apoiavam os governos do PT. Mas este setor se deslocou junto com a grande burguesia nacional para chamado neoliberalismo ortodoxo. Outra força social que compunha o bloco histórico, a alta classe média, se engajou nas manifestações de forma ativa e combativa ao governo.

Uma das bases sociais de constituição do PT – os movimentos sociais como o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST)²⁶ – no governo Dilma se afastaram pois é consensual segundo Loureiro (2016, p. 126) que não *fizeram “nada de relevante em relação à política agrária implantada nos dois períodos de governo*

²⁶ Segundo Medeiros (1994, p. 45) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu de um conjunto de conflitos fundiários que emergiram no Sul do país e tinham por característica fundamental as ações de ocupação como forma de pressão para a conquista da terra, em oposição à estratégia privilegiada por sindicatos rurais, que era a de encaminhar esse tipo de demanda principalmente pelas vias administrativas, ou seja, elaborando relatórios de conflitos e enviando denúncias e solicitação de desapropriação a diversas instâncias do governo federal. A origem do MST está vinculada ao intenso processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, em especial no Sul do país, na década de 1970, dificultando cada vez mais a reprodução das unidades familiares de produção, característica de vastas áreas do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Se, num primeiro momento, os projetos de colonização no Norte do país se constituíram em alternativa, o fracasso de vários deles e o retorno de muitos colonos, desiludidos com seus resultados, passaram a gerar, difusamente, uma recusa às propostas de colonização dos governos militares e a generalizar a reivindicação por acesso à terra em suas regiões de origem. Nascido com forte apoio da Igreja, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ligado a algumas das chamadas oposições sindicais que começavam a se desenvolver em diversos pontos do país, a origem imediata do MST foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, a luta dos agricultores que perderam suas terras com a construção da barragem de Itaipu, no Paraná, e que constituíram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro) e a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina. Desse conjunto de eventos, todos no início da década de 1980, um dos mais significativos foi o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que mobilizou a opinião pública nacional e exigiu a intervenção do governo federal. Ver MEDEIROS, Leonilde S. de; ESTERCI, Neide (Orgs.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

FHC". Das medidas adotadas pelo governo, Loureiro (2016, p. 126) denomina de "*contrarreforma agrária*", a mais alarmante foi o esquecimento dos artigos da Constituição Federal que se referem a função social da propriedade, prevalecendo os interesses do agronegócio em detrimento dos trabalhadores rurais e camponeses.

Nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, o agronegócio ganhou nova proporção devido à expansão mundial das commodities, parte do processo de mundialização do capital, e por ter neste contexto histórico, o apoio financeiro oficial que foi determinante para ampliar as estratégias de consolidação de sua hegemonia. Nos últimos quinze anos, a política agrária do Brasil foi eficiente para os interesses dos capitais que se apoderaram do rural, enquanto para os pobres foi inexistente. A reforma agrária não foi e não é prioridade política. A primazia da política governamental é o agronegócio exportador.

Em suma, o aprofundamento da crise econômica e a guinada neoliberal do segundo governo de Dilma Rousseff marcaram o novo momento do modelo de desenvolvimento brasileiro, onde as políticas de austeridade fiscal foram desenhadas em grande medida pelo setor financeiro.

Diante deste quadro de desmantelamento do bloco histórico que se formou desde as eleições de 2002, correspondente ao primeiro governo Lula, colaborou de maneira decisiva para o golpe de 2016, o recuo passivo do governo Dilma diante do processo de impeachment. A crise de popularidade do segundo mandato se somou ao descontentamento da pequena burguesia com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais. Somado à operação Lava Jato que decidiu focar nos políticos do PT envolvidos com o escândalo de corrupção na Petrobrás, se viu a exigência de queda da presidente Dilma Rousseff.

CAPITULO IV

A TEOLOGIA LATINO-AMERICANA E O MOVIMENTO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA: FORMAÇÃO DE INTELLECTUAIS PARA O ATIVISMO CRISTÃO

*Coração americano
Acordei de um sonho estranho
Um gosto, vidro e corte
Um sabor de chocolate
No corpo e na cidade
Um sabor de vida e morte
Coração americano
Um sabor de vidro e corte*

Trecho da música “San Vicente”
de Milton Nascimento e Fernando Brant.

O quarto capítulo analisa a relação dialética entre fé e política, na América Latina e mais concretamente no Brasil. Fundamentamos esta relação com Ernst Bloch e o “*Das Prinzip Hoffnung*” - tradução em português - “*princípio Esperança*” para mostrar que o relacionamento entre fé e política, vem desde o cristianismo primitivo numa tentativa de conscientização dos homens diante da opressão do Império Romano. Não somente Bloch, mas Engels (1969) em seus estudos, demonstra o caráter revolucionário do cristianismo primitivo.

No Brasil, esta mediação se observa na formação da esquerda católica, influenciada diretamente pela Ação Católica Francesa, que se vinculou à luta pela terra, formando quadros de resistência entre os trabalhadores do campo e da cidade como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) e alimentando partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores e a Central Sindical - CUT.

Para nós, o objeto de análise é a relação entre o Partido dos Trabalhadores e o MNFeP, movimento específico dos cristãos aliados à teologia da libertação, latino-americana, na construção de meios que garantissem a hegemonia dos Governos Lula e Dilma Rousseff. Para esta análise, foi proposta entrevistas com intelectuais cristãos, ligados ao movimento, partindo do pressuposto de Gramsci sobre a função do intelectual orgânico nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas.

4. 1 O marco da teologia latino-americana da libertação. Dependência, pobreza e violência.

A história de formação da teologia latino-americana tem como marco a libertação dos povos latinos da opressão capitalista e imperialista, que gerou historicamente pobreza e violência. Dentro dessa concepção, verifica-se que a “*opção preferencial pelos pobres*” e a solidariedade com sua luta pela libertação estão no cerne do caráter assumido entre a ética religiosa e as utopias sociais no continente. Com o objetivo de pensar as metamorfoses em que o mundo estava vivendo, a Igreja convocou o Concílio Vaticano²⁷ II e logo depois, a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano²⁸, na cidade de Medellín que tiveram um significado diferenciado por ter sido a convocação da Igreja Latino-americana para pensar as ditaduras estabelecidas nos países do continente e o papel da Igreja

²⁷ O Concílio Vaticano II foi anunciado pelo Papa João XXIII no dia 25 de janeiro de 1959, na Basílica de São Paulo fora dos muros. A intenção da convocação era mais com uma preocupação pastoral do que dogmática. Na festa de Pentecostes do ano do anúncio, montou-se uma comissão para elencar os pontos importantes a serem tratados nele. A preocupação da Igreja era o mundo moderno e modo de dialogar com ele. A comissão escreveu cartas aos bispos do mundo inteiro para que eles ajudassem, indicando as problemáticas de cada Igreja particular. No dia 05 de junho de 1960, a fase preparatória começou com o objetivo de elaborar esquemas que pudessem dirigir as reflexões durante o Concílio. Assim, no dia 11 de outubro de 1962, teve a Solene abertura do vigésimo primeiro Concílio Ecumênico da Igreja, no Vaticano, onde participaram mais de 2.000 bispos.

²⁸ Segundo Beozzo (2017, p. 9) a Conferência foi aberta pelo Papa João Paulo VI em Bogotá, na Colômbia, no dia 24 de agosto de 1968. Em seguida, deslocaram-se para a cidade de Medellín, onde ocorreu a reunião entre os dias 26 de agosto e 7 de setembro de 1968.

nesse intenso processo. Diante da abrangência da conferência e do compromisso assumido com os povos latino-americanos, Dom Helder Câmara (1968) esclareceu:

Para a América Latina, as Conclusões desta Conferência – que aplicam ao nosso Continente as determinações do Concílio e, em nome do Concílio, nos levam assumir, plenamente, nossa responsabilidade em face do momento histórico da América Latina – devem ter o mesmo sentido que, para o mundo inteiro, devem ter os documentos conciliares (CÂMARA, 1968, p. 223).

Engels (2016) menciona, numa tentativa de interpretar os movimentos religiosos em termos utilitários e instrumentais, nesta passagem bem conhecida do ensaio *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, de 1886: “Note-se que cada uma das diferentes classes utiliza a religião que se lhe conforma e não faz a menor diferença o fato de que estes senhores acreditem ou não em suas respectivas religiões” (ENGELS, 2016, p. 260).

O filósofo marxista lança uma nova luz sociológica sobre o estudo das religiões, graças à qual ele pôde tomar as instituições religiosas não mais como um todo homogêneo (visão herdada da crítica enciclopedista do complô clerical), mas como um campo de forças cruzado pelos conflitos sociais. De acordo com Engels (1969, p. 307) reside na religião “*uma paradoxal dualidade do fenômeno que consiste no seu papel na sacralização da ordem estabelecida*”, mas também, conforme o caso, seu papel crítico, contestatório e até revolucionário. A religião como uma alternativa ética e política de contestação do sistema de acumulação foi abordada por Engels no estudo da formação progressista da religião, apoiando-se principalmente nos trabalhos de Bruno Bauer para reconstituir o “*filão ideológico do cristianismo*” e depois na sua elaboração desde Apocalipse até as Cartas de São Paulo (p. 310).

A história do cristianismo primitivo oferece curiosos pontos de contacto com o movimento operário moderno. Como este, o cristianismo era, na origem, o movimento dos oprimidos: apareceu inicialmente como a religião dos escravos e dos libertos, dos pobres e dos homens privados de direitos, dos povos subjulgados ou dispersos por Roma. Ambos, tanto o cristianismo como o socialismo operário pregam uma libertação próxima da servidão e da miséria ; o cristianismo transpõe esta libertação para o além, o socialismo a

coloca neste mundo, numa transformação da sociedade (ENGELS, 1969, p. 310).

De acordo com Löwy (1998, p. 10) o levante dos camponeses e a personagem de Münzer em particular, exercem um verdadeiro fascínio sobre Engels que dedicou um de seus principais — se não o mais importante — estudo histórico: o livro intitulado *A Guerra dos Camponeses*, de 1850. O interesse resultou do fato de que aquela rebelião era a única tradição propriamente revolucionária da história alemã. Segundo Löwy, a figura de Thomas Münzer causava admiração em Engels que o considerava “*um profeta quiliasta, cujas idéias descreve como quase-comunistas e religiosas revolucionárias*”. À doutrina política de Münzer para Engels (1945, p. 110) correspondia uma concepção religiosa revolucionária e superava as relações sociais e políticas vigentes. Para Münzer, o reinado de Deus era urna sociedade na qual não haveria mais nenhuma diferença de classes, nenhuma propriedade privada ou nenhum poder de Estado estrangeiro, autônomo, em oposição aos membros da sociedade.

Mais do que a função contestatória e revolucionária, a dimensão da utopia de um movimento religioso precisa ser mencionada e é justamente o que converge com a teologia latino-americana – a teologia da libertação. Essa função utópica foi trabalhada por Ernst Bloch em “*Thomas Münzer, teólogo da revolução*” de 1963 e editada no Brasil em 1973 até sua maior obra intitulada “*O Princípio Esperança*” de 1954, onde explora a dimensão utópica na tentativa de levar a filosofia até a esperança.

É antes de tudo o interesse revolucionário, com seu conhecimento de como está ruim o mundo e seu reconhecimento do quanto ele poderia ser bom como um outro mundo, que necessita do sonho desperto para a melhoria do mundo (BLOCH, 2005, p.97).

O elemento de fusão que alimenta a utopia cristã declarada por Boff (199, p. 51) é a esperança em um mundo melhor, isto é, “*o cristianismo afiança que, por mais sinistra que se apresente a história, ela é chamada a um fim bom*”. É nesta base que se funda a teologia da libertação como práxis libertadora dos povos latinos, numa relação dialética com o marxismo que deu sua contribuição

complementar para emergir uma nova prática crítica diante da luta de classes, que gera as desigualdades sociais. Esse significado místico e ao mesmo tempo, contestatório e anticapitalista é fomentado por um quadro de intelectuais organicamente capacitados. Para a nascente teologia e práxis, a terra é tratada como promessa de um mundo melhor e não como mercadoria, lógica da acumulação capitalista que tem a propriedade privada como eixo.

A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre (MARX, 1985, p. 380).

O questionamento da propriedade privada no Brasil tem como contexto histórico, a difusão das relações de produção capitalista nas áreas rurais do Brasil. Segundo Moreira (2006, p. 51) a questão da terra é muito mais antiga que o próprio capitalismo, mas na forma capitalista específica de apropriação da terra²⁹, a violência contra os trabalhadores rurais é extrema e fere a dignidade humana. A apropriação da terra por meio do dinheiro e do poder político, a submissão das pessoas ao salário, a sujeição do solo por meio de máquinas, à estratégia da geração do lucro foram as características assumidas no país.

De acordo com Ianni (1971) as oligarquias rurais possuíam a hegemonia até 1930, entretanto a grande depressão econômica dos anos de 1929-1933 e a Revolução de 1930 assinalam o fim do Estado oligárquico no Brasil. Nessa época, as burguesias agrária e comercial, ligadas ao setor externo (exportação e importação), perderam o controle exclusivo do poder político que passou às mãos

²⁹ Segundo Martins (1990) o monopólio da terra no Brasil se deu através da “*Lei de Terras*” de 1850, cuja principal característica era para ter sua propriedade somente a partir de compra, herança ou doação. Neste contexto, escravos libertos não receberam terras, e os imigrantes europeus trabalhavam como mão-de-obra barata nas lavouras paulistas, fatos indicativos da nascente concentração de terra. De acordo com o autor a Lei de Terras garantiu a mobilização das instituições jurídicas e policiais na defesa da propriedade fundiária, garantindo, ao mesmo tempo, o caráter compulsório do trabalho, da venda da força de trabalho ao fazendeiro por parte dos trabalhadores que não dispuzessem de outra riqueza senão a sua capacidade de trabalhar.

das classes urbanas emergentes (empresários industriais, classe média, militares, operários).

É o crescimento econômico dos pólos modernos urbano-comerciais ou urbanos-industriais, passou a depender, de forma permanente, da captação de excedentes econômicos da economia agrária, organizando-se uma verdadeira drenagem persistente das riquezas produzidas no campo. A revolução urbana condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um subcapitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos pólos dinâmicos da economia interna (FERNANDES, 1979, p. 108).

A questão agrária passa a ser atrelada às condições do desenvolvimento urbano-industrial do Brasil, como um dos fundamentos de sua acumulação e reprodução do capital. Segundo Moreira (2006) a reprodução ampliada do capital nas áreas rurais do Brasil teve como consequências, a expansão da área de pastagens e a concentração da terra nas mãos do agronegócio. Martins (1989) assevera que outro fator importante nesse contexto é a extração e realização da tributação da renda fundiária através dos incentivos fiscais, subsídios e pela elevação especulativa da renda fundiária em que os conglomerados do agronegócio se apoiam.

Para Fernandes (1979) a partir da década de 1950, sob a hegemonia do capital industrial, as decisões sobre a política econômica governamental foram tomadas em função dos interesses e das perspectivas abertas à burguesia industrial. Entretanto, os setores industrial e agrário não estavam isolados. Ao contrário, ao que se refere às forças produtivas (capital, tecnologia, força de trabalho e divisão social do trabalho), eram complementares e interdependentes. Essas relações de complementaridade e interdependência desenvolveram-se e se aprofundaram, controladas pelos grupos econômicos (nacionais e estrangeiros) dos centros urbanos, o intercâmbio econômico entre o setor agrário e o industrial resulta numa troca desigual.

Para Martins (1990, p. 147) o caminho da implantação do trabalho livre no campo fomentou a ideia de que é preciso trabalhar para enriquecer. As circunstâncias históricas desenharam a relação do trabalhador que não tem como trabalhar para si próprio, pois a terra é monopolizada conjuntamente pelo

proprietário e pelo Estado. Ele precisa trabalhar para um terceiro, um fazendeiro, um patrão – comprador da sua força de trabalho. A ideia central é, seguindo Martins (1990, p. 148) o seguinte: “*o burguês precisa da força de trabalho do trabalhador para enriquecer e o trabalhador precisa de emprego do burguês para ganhar dinheiro e comprar a terra que representará o seu enriquecimento*”.

A divisão social do trabalho no campo se alterou aumentando a miséria da população rural e o resultado da política agrária foi o inchaço dos latifúndios e o empobrecimento dos empreendimentos de médio e pequeno porte. A transformação da estrutura fundiária e a realização da reforma agrária foram historicamente relegadas aos interesses do grupo hegemônico.

Na prática, o proletário rural trabalha num maior número de horas que o operário, para conseguir o mesmo produto do seu trabalho: igualmente necessita de uma maior quantidade de força de trabalho. Ainda que os processos de mercado tendam a igualar os trabalhos sociais particulares, é inegável que o trabalhador rural conserve uma parte menor (em comparação com o operário) do produto do seu trabalho (FERNANDES, 1979, p. 131).

Dessas relações desiguais e da intensa exploração dos trabalhadores rurais, de seu processo de proletarização se extraiu o contexto histórico estrutural em que se criaram as condições sociais, econômicas, políticas e culturais nas quais surgem fenômenos tais como o messianismo, o banditismo, a liga camponesa e o sindicato rural, na história do Brasil.

De acordo com Silva (2016) o movimento e a luta dos trabalhadores rurais brasileiros partiam de questões elementares, e experimentavam um processo de conscientização substancial. O processo de sindicalização rural teve influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas e da Igreja Católica. O partido comunista elaborou um manifesto com programa de mudanças para a sociedade brasileira – Manifesto de Agosto³⁰ – que ajudou a politizar os movimentos

³⁰ Nesse manifesto, o PCB defendia o confisco e a nacionalização de todos os bancos, empresas industriais, de serviços públicos, de transportes e de energia elétrica, minas, plantações etc. “pertencentes ao imperialismo”. Propunha o confisco das grandes propriedades latifundiárias, sem indenização, e a entrega das terras aos camponeses. O novo programa do partido rompia com a política de união nacional e atribuía ao capital estrangeiro e ao latifúndio o papel de grandes obstáculos ao desenvolvimento brasileiro.

populares no campo. De acordo com Moreira (2006, p. 110) a atuação do segmento da Igreja que se envolveu na luta pela reforma agrária na década de 1950, tinha como pressuposto “*salvar a propriedade privada*”. É neste contexto que foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no ano de 1952, por Dom Helder Câmara e aprovada pelo Vaticano, com o objetivo “*de acionar mudanças na Igreja e coordenar as dioceses no país*”.

Löwy (2000, p. 136) aponta que no final da década de 50, as correntes internas majoritárias da Igreja eram os tradicionalistas, os modernizadores conservadores e os reformistas. A partir da década de 1960, verifica-se a emergência de uma nova corrente que ficou conhecida como “*Esquerda Católica*” e que estava sob influência da recente teologia francesa da economia humanista do Padre Lebreton, o socialismo personalista de Emmanuel Mounier, o movimento dos padres operários e a corrente socialista do sindicato Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC). Segundo Pinheiro (2010) estas correntes chegam até os intelectuais cristãos e membros mais progressistas da Igreja brasileira por terem estes membros do Clero sido educados na França num momento de efervescência da Igreja francesa.

Nesta conjuntura histórica se soma a eleição do Papa João XXIII em 1958, que nos anos seguintes operou transformações na estrutura interna da Igreja, mudando a cultura católica. Triunfa a Revolução Cubana que inaugura um novo ciclo anti-imperialista e depois, socialista, no continente. Esse momento histórico para os trabalhadores se verificou mediante uma relação dialética entre o marxismo e o cristianismo, como elementos para a formação da teologia da libertação. Segundo Löwy (2000, p. 141) os primeiros documentos que contém elementos essenciais do marxismo em junção à doutrina social da Igreja, foram elaborados pela Juventude Universitária Católica (JUC)³¹ no ano de 1960, intitulado “*Algumas diretrizes para um*

³¹ A JUC surgiu no Brasil a partir da Associação Universitária Católica (AUC), que se reunia no Centro Dom Vital para aprofundar e trocar experiências sobre sua identidade religiosa. A partir de 1947, o dominicano Louis-Joseph Lebreton esteve no Brasil diversas vezes, oportunidades nas quais manteve contato com dirigentes da JUC, como Plínio de Arruda Sampaio, que o encontrou em 1953. Em 1950, a JUC organizou-se a nível nacional, criando uma coordenação nacional e adotou o modelo da Ação Católica francesa, belga e canadense de organização por meios específicos (universitários, rurais, operários, etc.), reduzindo a importância das dioceses. Outros pensadores católicos como o jesuíta Jean-Yves Calvez (autor de um livro sobre Karl Marx, que possibilitou a primeira aproximação de muitos militantes católicos com o marxismo), Léon Bloy e Georges

ideal histórico para o povo brasileiro". O documento da JUC denunciava que os males do "capitalismo, realizado historicamente, só merece a condenação tranquila da consciência cristã".

Somado a este cenário, temos o golpe civil-militar de 1964, que agravou o quadro de violência contra os trabalhadores do campo e da cidade, diante da ampla repressão policial, militar e política. De acordo com Moreira (2006) neste momento a Igreja passa a ser o lugar os "desvalidos", ou seja, dos trabalhadores rurais perseguidos e expulsos da terra, vítimas da violência do latifúndio e da polícia. A abertura da Igreja à questão social e o trabalho pastoral realizado no campo e na periferia das grandes cidades foi o que fecundou a teologia da libertação nas classes populares.

A brutal repressão se faz sobre as esquerdas no Brasil, e a esquerda católica se junta à oposição na resistência à ditadura, partindo para radicalização. Segundo Löwy (2007) o exemplo mais conhecido foi o apoio de grande parte dos dominicanos de São Paulo à guerrilha dirigida pelo comunista dissidente Carlos Marighella, da Ação Libertadora Nacional (ALN). Este é o exemplo mais conhecido, entretanto, os cristãos se engajaram em outras frentes de combate ao regime militar, o que levou à prisão, morte, desaparecimento, tortura e exílio de numerosos ativistas cristãos, religiosos e agentes pastorais.

A nova postura dos segmentos críticos da Igreja latino-americana e brasileira resulta de dois movimentos que foram os grupos pertencentes à esquerda católica, como a Ação Católica, Ação Popular (AP), Juventude Operária Católica (JOC), a já mencionada Juventude Universitária Católica (JUC) e o Movimento de Educação de Base (MEB). Löwy (2007) salienta que a praxis da teologia da libertação partiu da periferia para o centro da Igreja. Exemplo deste trabalho foram os dominicanos que tinham uma atuação nas periferias, na qual os pobres em suas bases desenvolvem uma cultura político-religiosa que os transformam em sujeito, diferente da tradição política e cultural brasileira de subjugação dos pobres.

O trabalho crescente da teologia latino-americana foi visto com desagrado pelo Vaticano que acusou a esquerda católica de ter substituído os pobres da tradição cristã pelo proletariado marxista. Entretanto, a teologia da libertação não se

Bernanos influenciaram integrantes da JUC e os católicos de esquerda da época. Ver CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

apropriou destas categorias, pois a conotação de pobre tem relação com a Bíblia e o cristianismo primitivo. Em “*A Guerra dos Deuses*”, Löwy (2000) aponta que houve tensões entre os marxistas e os cristãos, pois o conceito materialista de proletariado não tinha exata relação com os pobres.

O termo corresponde à situação latino-americana, onde encontramos, tanto nas cidades como no campo, uma enorme massa de pessoas pobres, inclusive trabalhadores, mas também desempregados, semi-empregados, bóias frias, camelôs, marginais, prostitutas etc. que são excluídos do sistema produtivo formal. Os sindicalistas cristão/marxistas de El Salvador inventaram um termo que cobre todos esses componentes da população oprimida e explorada: proletariado (LÖWY, 2000, p. 124).

O trabalho pastoral com os pobres cresceu a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais sociais como a fundação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em que muitos movimentos populares se articularam na construção de uma identificação social dos grupos e camadas populares, criando laços de solidariedade e ações conjuntas.

Segundo Pinheiro (2010) as CEBs foram criadas por Dom Helder Câmara e a Ação Católica, através da JUC, com objetivo de reaproximar a Igreja das populações mais pobres. O trabalho através dos grupos de reflexão, discutiam sobre as condições concretas da comunidade, através do método “Ver, julgar e agir” criado pelo Cardeal Josef Cardin – oriundo da Ação Católica - na década de 1950, na Bélgica, onde exercia seu ministério pastoral entre os trabalhadores. O método foi reconhecido oficialmente pelo Papa João XXIII na Encíclica *Mater et Magistra*³², em maio de 1961. O espaço da atuação política da Igreja Católica era de apoio aos movimentos sociais em face da conjuntura política, onde os governos militares utilizaram-se de mecanismos de controle social, adotando estratégias no conjunto da sociedade, como o enfraquecimento da representação política, a detenção conduzida a diversos movimentos sociais, sindicatos e universidades.

³² Segundo Beozzo (2017, p. 56) no dia 15 de maio de 1961, o Papa João XXIII publicou a encíclica *Mater et Magistra* (em português: Mãe e Mestra), sobre a “evolução da questão social à luz da doutrina cristã”. Marco importante da história do ensino social da Igreja, o documento atualizou as orientações de encíclicas sociais anteriores, tendo sido publicada no 70º aniversário da encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, considerada a primeira encíclica social da Igreja. Por outro lado, a análise de João XXIII tornou-se base para vários documentos posteriores do magistério da Igreja sobre questões sociais, passando por Paulo VI e João Paulo II, até chegar a Bento XVI, com a sua *Caritas in Veritate*, de 2009.

Através de seus mecanismos de ação, a atuação política da instituição foi disseminada nesta inter-relação entre Igreja e camadas populares. As CEBs permitiram assim o desenvolvimento de uma consciência crítica nos meios populares, o que as levou, pouco a pouco, a se mobilizar para defender seus direitos. O desenvolvimento crítico foi realizado através de grupos de discussão, suporte dado por intelectuais e mesmo a realidade de espoliação era a principal ferramenta de tomada de consciência. (LESBAUPIN, 2002, p. 33).

De acordo com Wanderley (2007, p. 86) as CEBs no Brasil começaram com objetivos muito simples, de reunir a comunidade para discutir o seu cotidiano e vivência pautada na palavra de Deus, mas logo cresceram para objetivos maiores, mais práticos e políticos. Neste contexto, o advento das comunidades uniu o povo, conscientizando-o da sua situação, e dessa forma mobilizou-o para lutar contra as mazelas do sistema capitalista opressor, tido como a *“raíz de todos os males”*.

O posicionamento da Igreja contra o latifúndio resultou na criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com objetivo de ter uma posição solidária com as vítimas dos conflitos agrários. Para Moreira (2006, p. 122) foram a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a renovação das *“igrejas do Araguaia”*³³ que fomentaram o surgimento da CPT. Além dessas instituições, três documentos que foram lançados entre 1971 e 1973, pela Igreja marcaram época e mudaram o modo como a tarefa evangelizadora era vista. Foram eles: *“Uma igreja da Amazônia em conflito com latifúndio e a marginalização social”*, de Dom Pedro Casaldáliga; *“Ouvi os clamores do meu povo”*, dos bispos do Nordeste e *Juca-Pirama: o índio, aquele que deve morrer*, dos bispos da Amazônia.

A criação da CPT partiu de Dom Pedro Casaldáliga, numa assembleia da CNBB, onde o bispo provocou uma reunião para saber dados de violência e repressão em outras áreas, como acontecia em São Félix do Araguaia-MT. O alto grau de desinformação fez com que fosse conclamada uma reunião em Goiânia e se reuniram não somente bispos mas também muitos padres, religiosos e cristãos,

³³ Segundo Moreira (2006) é uma referência às dioceses situadas na região do Rio Araguaia: São Félix do Araguaia (MT), Goiás (GO), Conceição do Araguaia (PA) e Marabá (PA) conhecidas pelo posicionamento progressista de seus bispos.

homens e mulheres, todos engajados no trabalho eclesial junto aos pobres, os índios e os posseiros, refletindo da teologia da libertação (Moreira, 2006, p. 124).

Martins (1989, p. 55) ilustra que neste contexto, Dom Pedro Casaldáliga lançou uma Carta denunciando as violências e injustiças, em sua prelazia, que iam da escravidão por dívida, à expulsão de camponeses da terra, à invasão, prisão, agressão e assassinato. A CPT surgiu deste encontro realizado entre 19 e 22 de junho de 1975 com o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalhavam em pastoral popular junto aos camponeses. Havia clareza por parte dos agentes de formação da comissão, que este não deveria ser um trabalho assistencialista e muito menos assumir o lugar político dos sindicatos e partidos. Foi pensado como um organismo ágil, ligado a estrutura da CNBB, com o objetivo de preservar a integridade física dos membros.

O bispo Moacyr Grecchi foi escolhido como primeiro presidente e Ivo Poletto, da diocese de Goiás Velho, o primeiro secretário executivo da entidade. Desde então, eles e muitos outros cristãos, homens e mulheres, bispos, religiosos e padres, pastores, advogados e agentes de pastoral pelo Brasil a fora, marcaram profundamente a história e a cara da CPT (MOREIRA, 2006, p. 124).

De acordo com Martins (1989) o documento de Bispos do Centro-Oeste intitulado *“Marginalização de um Povo: Grito das Igrejas”* de 6 de maio de 1973 confirma esse posicionamento:

É um povo que luta e labuta, diário, num trabalho que se não tira da pobreza os que trabalham, serve para enriquecer mais ainda os que já são ricos. A lei aqui é feita pelo próprio pessoal, e, para falar claro, é feita pelos patrões. O latifúndio está crescendo, fica mais poderoso. E tem apoio das autoridades (MARTINS, 1989, p. 54).

De acordo com Gaiger (1987) o trabalho pastoral da CPT tem um duplo objetivo de sustentar as organizações dos trabalhadores rurais em vista da defesa de seus interesses de classe e da transformação das relações sociais; e despertar na consciência dos trabalhadores rurais e dos cristãos, em geral, uma visão da mensagem evangélica que impele à todos o compromisso com a igualdade e a

justiça social. Ainda que ligada à CNBB pelo vínculo com a Igreja, a CPT queria oferecer espaço, a partir de uma ética cristã, para que todos se engajassem na luta dos trabalhadores rurais contra toda forma de paternalismo e reconhecessem os camponeses como sujeitos de suas lutas e fé.

O posicionamento dos cristãos sustentados pela teologia da libertação era visto como um problema para a Igreja oficial, que tentou a todo custo, combatê-la e neutralizá-la diante de suas ideias progressistas, pelo uso de categorias marxistas, ainda como mencionado anteriormente, foi complementar nesse processo de construção. Entretanto, mais do que isso, a teologia latino-americana era encarada pelo Vaticano como uma ameaça a forma como as relações estavam estruturadas dentro da Igreja.

Na contramão da opção da Igreja institucional, a Conferência de Puebla dos Bispos Latino-americanos, que ocorreu em 1979, legitimou “a opção preferencial pelos pobres”, numa tentativa de conciliar as vertentes internas da Igreja. O uso da “luta de classes” numa concepção marxista foi fomentado, não apenas como “um instrumento de análise”, mas como uma diretriz para a ação. Löwy (2000) menciona o discurso de Dom Helder Câmara que foi um claro posicionamento contra o capitalismo dependente. “Quando eu pedia às pessoas que ajudassem os pobres, era chamado de santo. Mas quando fazia a pergunta: por que existe tanta pobreza? Era chamado de comunista” (DOM Helder Câmara *apud* LÖWY, 2000, p. 125).

A assimilação do marxismo foi feita de forma crítica, de acordo com Boff (1980), pois deste corpo teórico foi extraído o valor científico e político do materialismo histórico, como método que permitia denunciar as falsificações ideológicas do capitalismo e dar conta da verdadeira causa do empobrecimento do povo. Boff (1980, p. 34) ressalta que o militante deve se interrogar sobre qual quadro teórico adequado pode propiciar uma captação mais pertinente do real social em seus mecanismos, contradições, estrangulamentos e saídas viáveis a fim de alcançar a transformação social. Este é o cerne e também a grande força persuasiva do marxismo que deve ser enfrentada e não evitada.

Para Löwy (2007, p. 419) o encontro entre o marxismo e a fé foi inevitável, devido à inserção dos agentes pastorais no “*mundo cultural do pobre*”, explicitando não mais a negação de Deus, mas a instrumentalidade da teoria como possibilidade para compreender a condição dos explorados, a formação de consciência crítica e a mobilização dos setores populares.

Na década de 1980, nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com forte apoio da Igreja, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ligado a algumas das chamadas oposições sindicais que começavam a se desenvolver em diversos pontos do país³⁴. A constituição do MST, segundo Pinheiro (2010) foi uma saída coletiva ao problema da exclusão social no campo, que, por meios violentos, põe nos caminhos dos centros urbanos os trabalhadores que dependem da terra para sobreviver, denunciando a cumplicidade do Estado coercitivo em defesa do direito natural à propriedade.

Do intenso trabalho das CEBs e as atividades pastorais da Igreja – relativas às pastorais dos trabalhadores, da terra, das favelas, da juventude – surgiram grande parte dos membros dos movimentos sociais e políticos que surgiram no período de redemocratização, durante a década de 1980, como o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além do próprio MST. Para Löwy (2007) a teologia da libertação foi um dos principais ingredientes na constituição da cultura sócio-política dos movimentos mencionados. Os militantes cristãos, numerosos tanto na base como na direção dessas novas forças, vão contribuir para a auto-organização, conscientização e politização das classes populares no Brasil, num grau sem precedente na história do país. Os cristãos não formam uma corrente distinta se dizendo cristã ou católica, eles participam disseminados em várias tendências sindicais ou políticas que se manifestam em seu interior.

4.2 O Movimento Nacional de Fé e Política e o contexto de hegemonia neoliberal

³⁴ As ocupações das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, a luta dos agricultores que perderam suas terras com a construção da barragem de Itaipu, no Paraná, e que constituíram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro) e a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina, foram o pontapé inicial para a criação do movimento. Desse conjunto de eventos, todos no início da década de 1980, um dos mais significativos foi o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que mobilizou a opinião pública nacional e exigiu a intervenção do governo federal.

O fim da ditadura militar em 1985 e a ofensiva intensa do Vaticano contra a teologia da libertação culminam com o episódio conhecido como “*silêncio obsequioso*” imposto à Leonardo Boff³⁵, pela Congregação para a Doutrina da Fé presidida pelo Cardeal Ratzinger. Tal fato demonstrou o posicionamento da Igreja por uma opção mais moderada, ainda que a CNBB mantivesse a “*opção pelos pobres*” e a dura crítica ao Governo Collor de Mello que representou a abertura para o projeto neoliberal no Brasil, a partir da década de 1990. O processo que envolveu Boff, se dará num contexto de ofensiva conservadora do Vaticano na América Latina, como parte de *uma restauração* doutrinal e centralização autoritária na Igreja romana sob o pontificado de João Paulo II. A arma decisiva de Roma contra os desvios doutrinários e a atividade *excessivamente política* dos cristãos latino-americanos é a nomeação de bispos conservadores, conhecidos por sua hostilidade à teologia da libertação.

Estes bispos se apressam em dissolver ou deslegitimar todas as redes e pastorais engajadas numa atividade social, conseqüente em favor dos pobres. Ao mesmo tempo, o Vaticano toma medidas diretas contra os religiosos ou teólogos mais avançados, excluindo-os de suas ordens religiosas. A ofensiva contra a teologia da libertação vai além do espaço institucional, o qual foi dominado desde então, por uma corrente pragmática e conservadora criada pelo Papa João Paulo II, que representará um retrocesso na Igreja, a Renovação Católica Carismática (RCC).

Como observa Sanchis (1992)

Se a Teologia se reconcilia com a Modernidade atribuindo ao pobre o papel de sujeito histórico, a corrente dos Carismáticos defende a volta dos valores tradicionais da Igreja, adotando um método que põe os jovens de costas para esta realidade. Haja vista, as Jornadas

³⁵ Leonardo Boff, pseudônimo de Genézio Darci Boff (Concórdia, 14 de dezembro de 1938), é um teólogo, escritor e professor universitário brasileiro e simpatizante do socialismo^[1], expoente da teologia da libertação no país e conhecido internacionalmente por sua defesa dos direitos dos pobres e excluídos. Suas principais obras são O evangelho do Cristo Cósmico. Petrópolis: Vozes, 1971; O caminhar da igreja com os oprimidos - Do vale das lágrimas à terra prometida. Rio de Janeiro: Codecri, 1981; América Latina: Da conquista à nova evangelização. São Paulo: Ática, 1992; Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres, São Paulo: Ática, 1995; Casamento entre o céu e a terra. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001; A Águia e a Galinha. Petrópolis: Vozes, 2002. A importância de Boff se faz atual devido seu legado e obra que relacionam fé e política, numa visão da ecoteologia. Cabe lembrar sua proximidade ao Partido dos Trabalhadores e ao ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mundiais da Juventude, a política de ampliação da influência, do uso da mídia eletrônica e dos eventos de multidões em concorrência com a forma de organização dos evangélicos, que se disseminaram em múltiplas seitas, de norte ao Sul do país nas últimas décadas no Brasil, mostrando um crescimento de mais de 30%. Apesar da ofensiva do Vaticano, os indicadores revelando uma retração do número de católicos no Brasil correspondente ao índice de aumento dos evangélicos (SANCHIS, 1992, p. 78).

O projeto ideológico parte do resgate dos indivíduos do mundo para dentro do movimento, no qual assumem papéis de leigos/servos/formadores. Segundo Valle (2004, p. 46) a RCC é a principal representante de um segmento que tenta levar “*a Igreja Católica a assumir um caráter mais intimista e pietista que social, negligenciando seu papel na sociedade*”. Destacamos o caráter de despolitização e acrítico dessa corrente e que a contrapõe à progressista teologia latino-americana que tem como característica a politização do sujeito e a leitura crítica da Bíblia. Segundo Oliveira e Toledo (2017) outro segmento que corroborou para a ofensiva conservadora que se fortaleceu no Brasil a partir da década de 1990, foi o segmento neopentecostal, que vem crescendo nos últimos 30 anos. Inseridos na Teologia da Prosperidade, doutrina surgida nos Estados Unidos, os ensinamentos giram em torno da prosperidade em todas as áreas da vida, sendo a principal, a área financeira.

Junto com esta ofensiva conservadora, a queda do muro de Berlim, em 1989, e a desintegração da URSS, fizeram com que muitos observadores interpretassem a realidade na perspectiva de um “*fim do marxismo*” e a morte da teologia da libertação. Entretanto, o que se verificou foi a renovação da teologia da libertação através de dois elementos novos, que segundo Löwy (2007) foram incorporados ao trabalho pastoral: a ampliação do conceito de pobre para a questão dos negros, dos indígenas, e das mulheres, vítimas de uma forma específica de opressão; e a relação da exploração dos pobres com a natureza, associando à questão da ecologia.

Fez-lhe, sim, reparos mas não que a invalidassem. Hoje este tipo de teologia entra em diálogo com a economia, com a ecologia, com o feminismo e com a pedagogia de libertação dos excluídos e assim se renova e mostra insuspeitadas conviver numa sociedade democrática (BOFF, 1993, p. 34).

De acordo com Oliveira e Toledo (2017, p. 50-52) a origem, em 1989, do Movimento Nacional de Fé e Política resultou da vontade coletiva de cristãos que participavam de alguma maneira da política e se sentiam desprovidos de orientações da Igreja institucional. A Igreja Católica no Brasil tomou a posição de não patrocinar um partido próprio, mas de incentivar a participação política de seus membros em partidos que convergissem com seus princípios morais e seu ensino social. Esse posicionamento dispersou os cristãos em vários partidos e teve *“consequentemente, pequena influência nos seus rumos”*.

Diante da falta de diretrizes que pudessem orientar os cristãos, foi elaborado por Clodovis Boff, em 1986, um texto para o 6º Encontro Interclesial de CEBs, que contribuiu para o debate da questão partidária para os cristãos, com o objetivo de atribuir à Igreja a função de orientar essa participação. Foi encaminhado assim um encontro de políticos católicos pela CNBB, para aprofundar a reflexão e tentar estabelecer consenso, porém sem sucesso. Uma outra reunião se fez em junho de 1989, por iniciativa do Centro de Direitos Humanos de Petrópolis, para nova tentativa de consenso diante da pauta. Os participantes tinham algum vínculo em lutas populares – movimentos sociais, sindicatos, associação de bairro etc. Ainda que nem todos estivessem na atividade partidária, o partido de consenso dos presentes era o PT. O grupo estabeleceu que não representaria uma nova tendência no PT, mas indicava uma convergência ética do movimento com o partido. O desafio posto era enfrentar o preconceito dentro dos sindicatos, dentro do PT pelas correntes internas e nos movimentos sociais, pois segundo Oliveira e Toledo (2017, p. 52) os então chamados *“igrejeiros”* eram recebidos com desconfiança. A alternativa encontrada foi assumir a identidade cristã como elemento agregador de forças dispersas, nas CEBs e pastorais sociais, mantendo a decisão de não se tornarem uma corrente interna do Partido.

Esse foi o contexto de emergência do Movimento Nacional de Fé e Política, que surge em 1989. Segundo Pinheiro (2010, p. 124) ele significa uma *“das estratégias de sobrevivência não apenas da política, mas também da fé na emancipação social”*. O movimento se autodenomina *“como um serviço de formação*

e estímulo a grupos de reflexão³⁶”, e que traz no grupo, intelectuais comprometidos com o enfrentamento da crise dos movimentos sociais e do socialismo, sob a égide do capitalismo monopolista e a hegemonia do grande capital. “A afirmação, nas últimas décadas de um projeto societário centrado no mercado gerou uma infinidade de desafios cotidianos entre os quais como enfrentar os métodos antidemocráticos que amortecem as lutas sociais” (PINHEIRO, 2010, p. 124).

O trabalho do movimento consiste em alimentar uma *rede* de grupos de articulação de fé e política em todo Brasil, além de dar consultoria aos movimentos sociais. A forma de sustentar a *rede* foi inicialmente, a publicação de textos de reflexão – os *Cadernos de Fé e Política*, listados e analisados abaixo. Para melhor explicar o presente movimento, elaboramos alguns quadros ilustrativos das informações existentes sobre o mesmo, antes de procedermos à análise das entrevistas realizadas com ativistas e intelectuais cristãos.

Quadro 2 – Cadernos de Fé e Política

NÚMERO	TEMA	ANO
Nº 1	Apresentação do Movimento Nacional de Fé e Política.	1989
Nº 2	Produção de textos em reação ao livro intitulado “Cristãos: como fazer política” da Editora Vozes (1987).	1989
Nº 3	Fé ligada à vida entendida na plenitude de suas relações.	1989
Nº 4	Experiências do socialismo.	1990
Nº 5	Crise da subjetividade.	1991
Nº 7	Política, partidos e fé.	1992
Nº 8	Reflexão sobre fazer política sendo cristão.	1993
Nº 9	Reflexões sobre fé e política – militância.	1993
Nº 10	Fome e política.	1994
Nº 11	Utopia.	1994

³⁶ No site do MNFeP pode ser encontrado todo o conteúdo que apresenta as características do movimento. <http://fepolitica.org.br/> Acesso em 11/02/2019.

Nº 12	Utopia.	1994
Nº 13	Pensar o Brasil a partir de um novo governo. Reflexo das eleições de 1995.	1995
Nº 14	A questão ambiental e pobreza.	1996
Nº15	Neoliberalismo e democracia	1996

Os Cadernos de Fé e Política podem ser considerados importantes instrumentos de consenso na construção de hegemonia junto às frações da classe trabalhadora. Os temas³⁷ sobre os quais os intelectuais escreveram tem conexão com as lutas sociais e os movimentos populares, de acordo com o ano de edição. De acordo com Oliveira e Toledo (2017, p. 57) era a maneira como “os *militantes cristãos tinham de refletir e responder sobre os desafios da realidade concreta*”.

Segundo Gramsci (1979) no contexto das relações hegemônicas, a mediação entre a direção política e cultural de uma classe social sobre a sociedade se dá através de intelectuais orgânicos. Os intelectuais cristãos produziram os conteúdos dos Cadernos a partir de temas ligados à sociedade civil. A ênfase é dada na construção da unidade das esquerdas na América Latina, sobretudo a partir de temas como democracia, ecologia, partido político e Estado.

A contribuição dos Cadernos reside na formulação de um pensamento que coaduna com o momento histórico de redemocratização e a construção de um Estado democrático.

Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta, não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, “produzem” intelectuais....; A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o

³⁷Cabe ressaltar que os temas dos Cadernos estão na apresentação de cada número editado. Estes Cadernos são de domínio público e podem ser acessados e baixados a partir do site do MNFeP: <http://fepolitica.org.br/secao-de-publicacoes/publicacoes>. Acesso no dia 11/02/2019.

contexto social, pelo conjunto de superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários” (GRAMSCI, 1979, p. 13).

A produção dos Cadernos fizera parte do primeiro momento do MNFeP, sendo colocada em prática na virada do século, como estratégia para enfrentamento da crise do padrão de acumulação vigente que rebete em forma de recorrente criminalização dos movimentos sociais. O início da década de 1990, de entrada decisiva do ideário neoliberal na sociedade brasileira, converge com a ofensiva do Vaticano, assim como, com o crescimento vertiginoso do neopentecostalismo na sociedade brasileira, colaborando para uma crise ideológica das esquerdas. Este fenômeno se abateu também sobre o MNFeP, acarretando uma baixa procura pelos Cadernos, assim como, na participação dos encontros de fé e política.

Um debate sobre a ética na política foi incorporado pela CNBB, a partir dos anos 1990, justificando a necessidade de resgatar os valores modernos, onde a democracia é uma das esferas centrais, mediante o Estado, que constitucionalmente é o garantidor de direitos e justiça social, zelando pelos bens públicos e pela transparência quanto ao orçamento da União. Instituiu-se a partir desse período uma política na Igreja, voltada para a ética na política, abrindo uma brecha que legitima institucionalmente um movimento mais amplo de pastorais sociais, das CEBs e enfim, de todos aqueles que se orientam pela teologia da libertação.

A emergência do movimento ética e política, pela CNBB, alimentava uma pluralidade de movimentos e debates, dentre os quais o Movimento Nacional de Fé e Política. Este foi criado em junho de 1989, durante um encontro de pessoas unidas pela fé cristã engajadas nas lutas populares, com o objetivo de alimentar a dimensão ética e espiritual que deve animar a atividade política. No Caderno de Fé e Política nº 1, de 1989, a essência é *“Deixar-se animar pelo Espírito de vida”*, que não propõe diretrizes para ação política dos cristãos, e que ressalta não se comportar como uma tendência político-partidária.

Outro ponto importante de reflexão para estes cristãos é a perspectiva ecológica que foi introduzida às reflexões e orientações da teologia da libertação, por ser considerada intrínseca ao processo de mundialização do capital, que se verificou a partir da década de 1990. Um importante livro de Leonardo Boff intitulado

“*Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*” do ano de 1993, reforça a defesa de uma “*ecoteologia*”, onde o meio ambiente é parte da sociedade de classes.

A consciência ecológica convida-nos a tomar certa distância com referência ao otimismo marxiano quanto ao desenvolvimento das forças produtivas. Para evitar que se transformem em forças destrutivas, é necessário privilegiar aquelas forças que são renováveis (BOFF, 1993, p. 116).

A convergência entre a causa dos pobres e da ecologia pode ser observada com mais clareza no livro de Boff (1995, p. 45), intitulado “*Ecologia, Grito da terra, grito dos pobres*”, onde ressalta que “*a teologia da libertação e o discurso ecológico se exigem e se complementam mutuamente*”. Além disso, apresenta preocupação com as consequências da mundialização do capital, devido à contradição entre progresso técnico e regressão social.

A crítica radical ao processo de globalização e ao projeto neoliberal que empreendeu altos níveis de exclusão social e a destruição ecológica, fez com que a teologia da libertação se mostrasse atual e influenciadora de novas alternativas de mobilização social, como o movimento dos Chiapas no México e o MST que adota uma metodologia ligada à economia solidária e a Agroecologia. Pinheiro (2010, p. 119) afirma que a partir das “*experiências agroecológicas do MST*” é possível entender que a reforma agrária é considerada pelo movimento como a principal política para promover a melhoria da vida dos trabalhadores, o combate às desigualdades sociais, a proteção do meio ambiente, da saúde humana e animal e a construção de valores e novas formas de se relacionar com a natureza³⁸. Mas instrumento próprio de luta e formação de consciência sobre o trabalho, produzindo

41 O livro de Borges (2010) mostra como o MST iniciou um processo de desconstrução/reconstrução o de suas bases, voltado para as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais construídas na localidade. Saberes e práticas que vinham sendo considerados inadequados à realidade dos assentamentos rurais, por mais de uma década, passaram a ser resgatados como princípios fundamentais da agroecologia. A luta pela terra e a resistência dos trabalhadores assentados passam por novos componentes como a preservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento tradicional. O projeto de desenvolvimento agroecológico apresenta-se, atualmente, como um dos principais enfoques do MST, em busca de uma nova perspectiva para os assentamentos rurais em todo o país. Cf. BORGES, J. L. MST: do produtivismo à agroecologia. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás, 2010.

ao mesmo tempo, alimentos saudáveis e defendendo um novo projeto de sociedade com qualidade de vida, em contraste com a produção em vasta escala, que desde os anos 70 prima pelo lucro da agro-indústria, que mediante o uso de agrotóxicos acima dos limites mundiais, sem qualquer respeito pela saúde das comunidades rurais e consumidores finais. Essa consciência transformou-se em processos de produção em benefício da saúde coletiva, instrumento de educação popular na formação de territórios de resistência no Brasil, onde a pequena produção familiar sai da exclusão para assumir a condição de sujeito de transformação de sua realidade, como projeto popular. O movimento de fé e política, o trabalho pastoral da CPT, do CIMI e de uma rede de movimentos sociais no campo e organizações sociais, compartilham da mesma perspectiva, contribuindo para a objetivação material e espiritual da mesma, num esforço de tornar realidade uma praxis dialética entre política e trabalho, produção e consciência.

O MST articula, de forma dialética, o meio ambiente, a fé e a mística como dimensões importantes de sua política de formação militante. Sua relação com o movimento dos cristãos é uma das estratégias que favorecem os princípios defendidos, como a defesa do meio ambiente (PINHEIRO, 2010, p. 117).

Cabe ressaltar que o histórico da pauta sobre o meio ambiente, presente no MST, CPT e Encontros de Fé e Política, foi enriquecido com os movimentos anti-globalização, os Fóruns sociais e as Conferências de Estocolmo (1972)³⁹, a Eco 92 (1992)⁴⁰ e a Rio +20 (2012)⁴¹, que discutiram um modelo de respeito à terra em resposta a degradação ambiental. No Brasil, o modelo de desenvolvimento periférico

³⁹ A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (em inglês *United Nations Conference on the Human Environment*), também conhecida como Conferência de Estocolmo, foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas (ONU) para tratar das questões relacionadas à degradação do meio ambiente, realizada entre os dias 5 a 16 de junho de 1972 na capital da Suécia, Estocolmo. Referência

⁴⁰ A II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento conhecida como Eco-92, Cúpula da Terra, Cimeira do Verão, Conferência do Rio de Janeiro e Rio 92, foi uma conferência de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas e realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Seu objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais.

⁴¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

sempre privilegiou o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. De acordo com Lamosa e Loureiro (2014, p. 533) o eixo poderoso do agronegócio brasileiro é “o mito da modernização ecológica”, de uma sociedade sem conflitos, que aponta para a parceria, a racionalização no uso dos recursos naturais com aplicação de tecnologia limpa e de ponta⁴².

Outro ponto de referência são os Fóruns mundiais (FSM), organizados por movimentos sociais de diferentes continentes, com objetivo de elaborar alternativas para uma transformação social global. Ocorrem anualmente e o seu slogan é “*Um outro mundo é possível*”. O Fórum Mundial foi pensado como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que se realiza anualmente, em janeiro. Atualmente as datas de ambos os eventos não são coincidentes.

Oliveira e Toledo (2017, p. 55) afirmam que o MNFeP, em 1998, reavaliou seu papel de “*animar os militantes na política*”. A dimensão do movimento se reflete no princípio “*avançar a reflexão política e a vida espiritual daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social*”.

A preocupação com a luta dos pobres presente nas pautas dos movimentos sociais pode ser observada nas duas cartas de princípios do MNFeP: a primeira de 1989 e a segunda, de 1999. A Carta de 1989 fala da formação da consciência da militância e a segunda tem a questão ambiental como pauta de reflexão. Na carta de 1989 se falava “*na construção de uma sociedade democrática e socialista*”, enquanto na segunda, aparece a questão “*plural e planetária*”. A seguir, expomos a carta de princípios na íntegra, de 1999, pelo seu significado.

Existem no Brasil inúmeros grupos de pessoas que, inspiradas na mensagem evangélica, atuam em movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e outros espaços de organização social. Algumas dessas pessoas se reúnem em grupos informais de reflexão, celebração e aprofundamento. A maioria, porém, se sente isolada e necessita de meios de reflexão para a sua prática. É nesse contexto que atua o Movimento Fé e Política. O Movimento Fé e Política é ecumênico, não confessional e não partidário. Está aberto a todas as pessoas que consideram a política uma dimensão fundamental da

⁴² Contudo, o Agronegócios para exportação continua ostensivo no uso de uma lista de produtos químicos não aprovados pela OMS, Organização Mundial de Saúde, mas regulados sob pressão da bancada ruralista no Congresso Nacional, pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

vivência de sua fé, e a fé o horizonte de sua utopia política. Voltando para a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo neoliberal, o Movimento tem o objetivo de fomentar a reflexão política, a vida espiritual e a subjetividade daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social. Os participantes do Movimento Fé e Política atuam em movimento sociais, organizações populares ou partidos políticos; assumem a causa dos pobres, dos oprimidos e dos excluídos; conferem prioridade à conscientização e organização popular; recusam a manipulação das bases; afirmam as classes populares como principal sujeito da própria história; rejeitam todos os valores calcados no individualismo e na absolutização do mercado e reafirmam, como valores fundamentais para o ser humano, a solidariedade, a cooperação e o direito de todos à vida em plenitude. Comprometem-se com o exercício da cidadania ativa e a construção de uma sociedade socialista, democrática, plural e planetária. O Movimento Fé e Política pretende ser um serviço de formação e informação sobre questões de política, cultura, ecologia, ética e espiritualidade. Ele pretende reforçar e estimular a experiência dos grupos de reflexão, celebração e aprofundamento. (Itatiaia/ RJ, 03 de outubro de 1999. Vigília da Festa de São Francisco).

O redimensionamento do MNFeP realizado no ano de 1999, pode ser visto através da “*ecoteologia*”, termo construído por Leonardo Boff. Na primeira fase do MNFeP, a formação da militância era o tema central, justificado pela produção dos Cadernos de Fé e Política. Segundo Pinheiro (2010, p. 120) a questão ambiental passou a ser entendida como um imperativo ético e uma alternativa econômica, sobretudo para aqueles grupos que reivindicam a terra, à margem do acesso a tecnologias avançadas.

Cabe ressaltar que o respeito à terra foi em todo o mundo, exemplo dessa pauta. Podemos mencionar o Manifesto Ecosocialista que surgiu na França em 2001, lançado por Michael Löwy e Joel Kovel e é pautado em estudos e debates sobre os fundamentos da questão ambiental, sob o enfoque de classes. Ele remete ao entendimento das particularidades do socialismo nas condições atuais de exploração da riqueza e do consumo, que comprometem as condições básicas de sobrevivência no planeta. A partir de então, a perspectiva ecosocialista é observada nos discursos dos movimentos camponeses, assim como, dos cristãos.

O segundo momento do movimento se deu a partir do ano de 2000, quando os encontros nacionais ganham dimensão de massa, como se verifica num quadro que formulamos mais abaixo. A nova conjuntura de crise dos movimentos sociais,

em consonância com a emergência de uma resistência à globalização da economia na América Latina, por meio de governos de esquerda, fará parte das condições de mobilização dos militantes cristãos, como veremos adiante. A metodologia de construção coletiva foi escolhida para que diante das possibilidades concretas, outros municípios ou capitais pudessem sediar os encontros nacionais. O que ocorrera em municípios de administração popular, predominantemente do Partido dos Trabalhadores. Segundo Pinheiro (2010, p. 126) podem ser vistos a partir da *“indissociabilidade dos avanços do capitalismo na região e o aprofundamento de suas contradições”*. Nos Encontros existe um momento na pauta, onde aqueles que estão na vida partidária e em cargos públicos, são apresentados ao público mediante uma celebração onde assumem o compromisso ético com as plataformas sustentadas na campanha eleitoral.

Os encontros nacionais de Fé e Política tiveram 10 edições⁴³. De acordo com Pinheiro (2010, p. 129) estes encontros podiam ser avaliados a partir da pauta, propostas, participantes, convidados e suas avaliações sobre a conjuntura e o papel dos cristãos frente à necessidade de contribuir com a organização e os interesses dos movimentos sociais. A autora percebe em tais encontros um termômetro para se observar os dilemas vividos pelas organizações da sociedade civil e movimentos de minorias sociais, por refletirem o debate em curso, num momento de crise dos movimentos sociais. O debate do MNFeP abordou, num esforço de conexão com a construção de hegemonia dos governos de esquerda na América Latina, como o Brasil com Luiz Inácio Lula da Silva do PT, na Argentina com Néstor Kirchner do Partido Justicialista (Partido Peronista), na Venezuela com Nicolás Maduro do Partido Socialista Unido da Venezuela, no Uruguai com Tabaré Vázquez da Frente Ampla e na Bolívia com Evo Morales do Partido Movimento para o socialismo. Diante do contexto de crescimento institucional do PT, ao chegar à Presidência da República, nas eleições de 2002, era importante a participação popular no governo, garantindo uma pauta progressista, seja para elaborar uma crítica sobre o futuro das esquerdas, independente do poder político, seja para fortalecer uma mobilização que levava à uma hegemonia latino-americana das esquerdas. Pode-se pensar que diante do crescimento eleitoral do PT em diversas capitais e municípios

⁴³ O 11º nacional de Fé e Política ocorrerá em Natal - RN, entre os dias 12 e 14 de julho de 2019. Segue o link do encontro: <http://fepolitica.org.br/11-encontro-nacional/programacao-do-11-encontro-nacional-de-fe-e-politica/>

do Brasil, a saturação do discurso participativo e a emergência de contradições políticas de princípios, já se manifestavam antes de Lula ser eleito a presidente. Eis porque os Encontros Nacionais de Fé e Política reflitam sobre a crise e estimulem a mobilização dos movimentos sociais, ao mesmo tempo que se torna uma base de reflexão dos cristãos petistas e outras frentes de esquerda, na política.

As deliberações democráticas dos movimentos sociais, lideranças e toda a frente de movimentos de base que participam desses grandes eventos do Movimento Nacional de Fé e Política, buscam fortalecer a solidariedade, espiritualidade política, apoio e uma perspectiva de futuro com vistas a uma democracia socialista. Pinheiro (2010) afirma que este movimento, como outros, são importantes, mesmo que em esferas limitadas, por servirem de experiências de decisão coletiva, refletirem sobre o bem comum e as mediações necessárias à conquista de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Se os pontos positivos dos encontros servem de referência democrática das bases da Igreja e ao mesmo tempo, de apoio aos movimentos sociais, para o Governo do PT eles representavam uma base importante, senão de apoio total, pelo menos de neutralização e legitimação política de um partido que se construiu e consolidou por meio de militantes cristãos em todo o território, de lideranças populares influentes junto aos setores mais pobres. A presença de membros oriundos dos movimentos de base da Igreja, era uma das estratégias políticas do governo, mas também de uma dialética onde é difícil identificar o ponto de cisão entre base, liderança e poder. A partir do quadro elaborado por Pinheiro (2010, p. 123) procuramos ampliar os dados sobre os Encontros Nacionais de Fé e Política, conforme segue abaixo.

Quadro 3: Encontros Nacionais de Fé e Política.

Local	Data	Público	Tema	Prefeitos e Partidos
Santo André – SP	2 e 3/12/2000	3.000	Mística de militância	Celso Daniel - PT
Poços de Caldas – MG	2002	4.000	Razões da nossa esperança	Paulo Tadeu - PT
Goiânia – GO	20 e 21/09/2003	6.000	Conquistar a terra prometida	Pedro Wilson - PT

Londrina - PR	11 e 12/12/2004	3.000	Utopias da Fé	Nedson Luiz Micheleti - PT
Vitória - ES	11 e 12/03/2006	4.000	Profetismo no Exercício do Poder	João Coser - PT
Nova Iguaçu - RJ	10 e 11/11/2007	4.500	Pelos Caminhos da América Latina, uma Nova Terra	Lindberg Farias - PT
Ipatinga - MG	28 e 29/11/2009	3.600	Cuidar da Vida: Espiritualidade, Ecologia e Economia.	Francisco Carlos Delfino - PT
Embu das artes - SP	29 e 30/10/2011	3.800	Em Busca da Sociedade do Bem-Viver: Sabedoria, Protagonismo e Política	Chico Brito - PT.
Taguatinga Sul - DF	15 a 17/11/2013	3.000	Cultura do Bem Viver: Partilha e Poder	Agnello Queiroz Governador - PT
Campina Grande - PB	22 a 24/04/2015	+ de 800	Bem-viver: águas da solidariedade, sementes de esperança	Romero Rodrigues - PSDB
Natal - RN	12 a 14/07/19		Democracia, Políticas Públicas e Alternativas Sociais: Sinais dos Tempos na Construção do Bem Viver	

Segundo Oliveira e Toledo (2017) numa tentativa de formar unidade na luta dos povos latino-americanos, em 2011 foi incorporada aos encontros nacionais, a temática do *Bem-viver* – Sumak Kawsay⁴⁴ dos povos andinos, com o objetivo de buscar um projeto de transformação vindo da periferia do mundo capitalista.

O esvaziamento progressivo dos encontros nacionais levaram os intelectuais cristãos a redirecionarem a motivação inicial, que era de animar a prática e a espiritualidade político-libertadora, para pensar pistas para a ação política diante do contexto de crise mundial, iniciada com a crise financeira de 2008 e que hoje corrobora para maior concentração de riqueza entre poucos, em detrimento de uma

⁴⁴ Sumak Kawsay é uma expressão originária da língua quíchua, idioma tradicional dos Andes. "Sumak" significa plenitude e "Kawsay", viver, e a expressão é usada como referência ao modelo de desenvolvimento que se tenta aplicar no Equador a longo prazo e que implica um conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais, que garantem a realização do bem viver. Este modelo vem a romper com os postulados do desenvolvimento capitalista. Efetivamente, na Constituição do Equador de 2008 pode-se ler que "reconhece-se o direito da população de viver num ambiente são e ecologicamente equilibrado, que assegure a sustentabilidade e o bom viver, *sumak kawsay*."

massa de trabalhadores cada vez mais empobrecida. A Fundação Getúlio Vargas lançou, em 2018, o levantamento “Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda?”. O estudo indica aumento da pobreza e da desigualdade até o segundo trimestre de 2018. Segundo o estudo, hoje, há 23,3 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, com rendimentos abaixo de R\$ 232 por mês; cerca de 11,2% da população. A miséria subiu 33% nos últimos quatro anos. São 6,3 milhões de novos pobres — mais do que a população do Paraguai — adicionada ao estoque de pobreza. Contraditoriamente, verificou-se o crescimento do PIB de municípios onde o agronegócio é dominante. Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes ao PIB (Produto Interno Bruto) Municipal de mais de 5 mil municípios mostram forte crescimento nas principais regiões agrícolas. Levantamento com base no valor nominal do PIB de 2016 revelou que 82% dos municípios brasileiros classificados como os maiores produtores do agronegócio tiveram crescimento nominal superior à taxa anual do PIB do país, que foi de 4,4 % entre 2014 e 2016.

4.3 Os Agentes do MNFeP como intelectuais orgânicos na luta pela unidade latino-americana das esquerdas.

Considerar a ação dos agentes do Movimento Nacional de Fé e Política como uma possível ação intelectual orgânica, significa verificar em que medida e em que aspectos a intervenção dos agentes religiosos fortaleceu a formação de uma cultura política em resposta à crise das esquerdas e necessariamente dos movimentos sociais. Ele contribuiu para elevar o alcance da ação dos cristãos nas lutas sociais – partidos políticos e movimentos sociais? A assessoria aos cristãos, aos movimentos sociais e a consequente participação destes na vida política, demonstra que estes intelectuais participaram na formação de uma nova cultura política, integradas à conduta de negação e crítica da ordem social vigente, inclusive dos governos petistas e parlamentares, no sentido de seguirem a ética coerente com a defesa dos pobres. Interessa-nos, especialmente dentro desse espectro, a atuação desses

intelectuais cristãos favoráveis ou de apoio aos governos federais do PT, Luiz Inacio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

De acordo com Gramsci (1968) o intelectual orgânico trabalha para dar homogeneidade à classe, contribui para a formação de consciência e para dotá-la de uma organização, tendo em conta os interesses da classe e a sua posição nos campos econômico, político e cultural. A luta por hegemonia está no cerne do problema, onde as classes subalternas tem a tarefa de construir seu próprio sistema hegemônico, rompendo com a ideologia do grupo hegemônico dominante.

A utilização do conceito de *“intelectual orgânico”* em Gramsci nos pareceu o mais adequado, entretanto, chamaremos de *“intelectual cristão”*, justificado pela ideia primeira que os move como sujeitos históricos, a fé cristã e sua vinculação e pertencimento de classe à realidade concreta das camadas populares. Boff (1991, p. 7) ressalta que a construção de toda teologia depende do lugar da fé e da realidade social dentro da qual se vive tal fé.

Neste binômio fé e política reside a atuação dos mencionados intelectuais cristãos, que se comprometeram com a realidade específica em que realizam o trabalho pastoral, adotando como desafio sua articulação dialética. O seu vínculo com determinada classe e adesão orgânica aos interesses históricos de cada grupo social manifesta, de forma implícita ou explicitamente na práxis política, é o que caracteriza sua atividade intelectual.

A especialização da militância religiosa dos intelectuais cristãos que colaboraram com a presente pesquisa, se deu a partir da influência da Ação Católica francesa e padres dominicanos europeus que vieram trabalhar em pastorais no Brasil. Além disso, a própria Igreja custeava os estudos dos religiosos e leigos em universidades fora do Brasil, onde foi possível a aproximação dos quadros às teorias críticas. Esta política de incentivo da formação, possibilitou a elaboração de uma teologia própria, a partir da realidade vivida, que articulamos teoricamente à tradição que discute o modelo de desenvolvimento no Brasil, como dependente, desigual e combinado. Observa-se no extrato de entrevista abaixo, como o engajamento político cristão recebia a influência mencionada dos dominicanos franceses na formação das pastorais :

Dessa organização da CEBs como também participei da pastoral operária. Eu fui um dos principiantes da fundação da pastoral operária aqui em Volta Redonda, através de um padre francês com experiência na França. E ele, por coincidência veio ser padre nos bairros próximos ao Rio Paraíba e ele já com uma visão na teologia da libertação (trecho da entrevista de Elison Santana realizada em 10/10/2018).

Comecei na Pastoral Operária, tinha eu lembro do Padre Pedro, era um francês, já faleceu. Era uma liderança forte em Volta Redonda, e pregava a politização partidária. Foi aí meu vínculo com o PT (Trecho da entrevista de Edilson Silva realizada em 16/10/2018).

A experiência dos padres operários franceses tem emergência na Juventude Operária Católica (JOC), fundada, na França, em 1927. A JOC foi o primeiro movimento católico na França a perceber que a maioria da classe trabalhadora estava longe da Igreja e que precisava de novas formas de evangelização. De acordo com Pinheiro (2010, p. 20) a Ação Católica francesa nasceu em 1931, da Assembléia dos Cardeais e Arcebispos da França, como um aparelho organizado dos diversos movimentos de leigos cristãos, cooperando com o clero e a ele subordinado. Ressalta ainda que o principal objetivo das organizações “*foi assegurar aos jovens estudantes e trabalhadores uma formação cristã para a vida em sociedade*”, fazendo ligação dos princípios liberais, ao socialismo e a crítica do individualismo.

Foram criadas a Jeunesse Ouvrière Catholique (JOC), a Action Catholique des Jeunes de France (ACJF), a Jeunesse Étudiante Française (JECF), a Jeunesse Agricole Chrétienne-féminine Française (JACF) e a Jeunesse Independente Chrétienne Féminine (JICF). Essa última foi criada em 1935, composta por jovens da aristocracia e da burguesia. Uma organização para atuar com os filhos dos trabalhadores foi criada, ACEMO – Ação Católica dos filhos do mundo operário (PINHEIRO, 2010, p. 20).

Segundo Löwy (2000) a influência cultural da Ação Católica francesa sobre a Igreja brasileira pode ser explicada, em parte, pela falta de ajuda da Côroa portuguesa, o que permitiu a ligação progressiva à Igreja francesa. No restante da América Latina, essa linha progressista não foi vista com tanta ênfase, pois o continente vivia sob a hegemonia da Igreja espanhola e italiana.

No Brasil, a Ação Católica e a JUC eram guiadas por um grupo jovem e muito progressista de membros do clero, cuja maioria foi educada na Europa. Löwy (2010) ressalta que fazia parte deste grupo Padre Henrique de Lima Vaz, Padre Emery Bezerra, os religiosos Carlos Josaphat, Mateus Rocha e o francês Thomas Cardonnel. Foram estes intelectuais cristãos que introduziram as linhas mais avançadas da teologia europeia de Louis Joseph Lebret, Emmanuel Mounier, M.D. Chenu, Henri de Lubac, etc, antes mencionados. A ordem dos padres operários franceses e sua relação com a Igreja brasileira constituíram um vetor importante no campo religioso. O intercâmbio entre missionários franceses e brasileiros nos grandes centros dominicanos na França foi um elemento fundamental para essa troca. O trabalho com os operários brasileiros foi reforçado pela ajuda da experiência francesa dos padres operários. Observa-se no extrato de entrevista abaixo, como o engajamento político cristão recebia a influência mencionada dos dominicanos nos bairros operários:

Na perspectiva dos Padres Operários franceses, nesta tradição espiritualista, dessa linha. Foi quando eu vou a Volta Redonda inclusive fazer um Retiro, e, é exatamente em 1975, que Dom Waldir Calheiros coordena esse retiro, que era justamente desta linha de gente cristã que sentia a inquietude, do desejo da militância, da parte da fé, então minha militância começa lá na favela, quando eu me articulo com pessoas que moravam comigo. Reivindica água, luz para a favela, transporte (trecho da entrevista de Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

Eu venho para cidade aos 10 anos, e logo entro numa catequese com o Padre dominicano Eugênio, que era holandês, visto como socialista. Foi decisivo para eu entrar na Patorial da Juventude, o que coincidiu com o início da minha vida laboral e, acabei atuando também na Ação Católica Operária (trecho da entrevista de Zélio Viana realizada em 12/11/2018)

Com o golpe civil-militar de 1964, e a consequente instauração dos AI – Atos Institucionais – têm-se em contrapartida, o crescimento das organizações católicas, que adotavam uma posição cada vez mais crítica. Segundo a CNBB, a estimativa era de que em 1968, a JOC contava com 527 militantes, 101 dirigentes e 26 coordenadores permanentes. Entre seus aderentes, 144 desempregados formavam o grupo mais numeroso, seguido por 130 operários industriais e 77 empregadas domésticas. A proporção de militantes chamou a atenção do regime autoritário e fez

com que religiosos e leigos fossem perseguidos, por seu apoio às manifestações operárias e estudantis de repúdio aos governos. De acordo com Silva (2016) essa situação se agravou após a realização do congresso nacional do conjunto JOC e ACO, em Recife. Uma das teses defendidas nesse encontro propunha que, através das greves e de um partido político organizado, se acabasse com a instituição do patronato, para alcançar o objetivo final de uma sociedade sem classes. Tendo em vista o caráter das posições assumidas pelo congresso, a JOC internacional enviou ao Brasil o padre australiano Brian Burke para negociar um recuo nas decisões dos jocistas. A perseguição do governo militar freou uma atuação mais radical da JOC. Várias prisões foram efetuadas sob a alegação de que a mobilização operária era promovida por subversão de alguns.

De acordo com Lesbaupin (1998, p. 34) dois dias depois do início da greve de Osasco, deflagrada nos primeiros meses de 1968, o padre operário francês ligado à JOC, Pierre Wauthier, foi detido. Apesar dos protestos do cardeal Agnelo Rossi e de vários bispos, o padre Wauthier foi solto da prisão somente dois meses depois, e então expulso do país. No final do mesmo ano, foi preso outro assistente da JOC, o padre Michel Le Ven.

Segundo Lesbaupin (1998), em 1969 jovens operários elaboraram um documento intitulado “Ação e orientação da JOC no Brasil”, exigindo dos bispos uma declaração pública contra a repressão aos movimentos de trabalhadores, e endossando as críticas ao capitalismo, já formuladas no congresso de Recife. Em fins de 1970, padres e leigos da JOC do Rio de Janeiro e de Volta Redonda (RJ), adeptos de uma nova doutrina social para a Igreja, foram presos. O padre Natanael Campos, de Volta Redonda, foi torturado, mesmo com o pedido da CNBB de que os padres não sofressem torturas. Na “guerra de posição”, a CNBB se constitui como órgão importante na estratégia de construção da hegemonia, sendo disputada entre os projetos conservador e progressista. De acordo com Pinheiro (2010, p. 31) a criação da CNBB tem relação direta com a Ação Católica, que era subordinada à esta Comissão, propiciando avanços significativos como uma maior autonomia da primeira. Entretanto, a CNBB passou por uma reforma conservadora e com o golpe de 1964, se verificou uma ação imediata sobre a Ação Católica, que, em 1966, declarou sua independência da hierarquia institucional. A consequência foi a retirada da JUC e da JEC da hierarquia da Ação Católica pelo bispo conservador, novo

presidente da CNBB – Dom Vicente Sherer. Os reflexos da ditadura civil-militar sobre a esquerda católica podem ser vistos nas entrevistas abaixo:

Entre na ordem dos Dominicanos em 1965. Nós somos presos em 1969 e ficamos na prisão até 1973, na luta contra a ditadura. Em 73, na prisão a gente tinha os três frades lá. Frei Betto, Frei Fernando e eu (trecho da entrevista de Iraci Couto realizada em 12/09/2018). Durante todo o período da ditadura a gente viu essa criminalização de quem estava contra o regime. Nós criamos manifestações por causa do assassinato do Padre Josimo e a expulsão do Frei Vitor Miracapillo, que se recusou a cantar o hino nacional e foi expulso do país (trecho da entrevista de Irani Pedrosa realizada em 20/08/2018).

Santos (2011, p. 7), ao realizar uma pesquisa nos documentos do DOPS de São Paulo constatou que os agentes do Serviço Secreto mencionavam duas formas de atividades “subversivas”, realizadas pelo “clero progressista”, percebidas a partir das observações que efetuavam cotidianamente, no estado de São Paulo: a direta, que consistia “na participação pessoal nas concentrações operárias e estudantis”; e outra indireta, considerada por eles a mais séria e perigosa, que era “a utilização do próprio Evangelho” para lançar a semente da insatisfação entre a população religiosa.

Assim, por ocasião das solenidades religiosas, os padres se servem das prédicas para chamar a atenção dos fiéis no sentido das injustiças sociais, gerando sérias dúvidas nas mentes dos menos esclarecidos. É comum observar-se nas Igrejas desta Capital, o desvirtuamento das pregações, que, às vezes, chegam a insinuar os fiéis a se reunirem para debater problemas que dizem respeito à guerra do Vietnã, à invasão da República Dominicana, aos problemas do povo cubano, etc. (SANTOS, 2011, p. 3)

Diante do posicionamento político da esquerda católica contra a ditadura militar e os desdobramentos pastorais junto às classes populares, deflagram-se conflitos políticos com o Vaticano e com a ala conservadora do clero no Brasil. Segundo Portelli (1984, p. 35) os estudos gramscianos sobre a Igreja apontam para sua função como tipo particular de ideologia e como “aparelho ideológico”.

A camada de “intelectuais tradicionais” se apresentam de forma autônoma, mas no nível ideológico a instituição é aparelho do Estado oficial, através da coerção

– exército, polícia, burocracia, violência privada - e por outro lado, o consentimento de grupos sociais auxiliares ou aliados. A influência do campo religioso na história, na cultura e nas estruturas sociais da Itália e da Europa não foram ignoradas por Gramsci por sua trajetória como dirigente do Partido Comunista da Itália (PCd'I), que observou a capilaridade do cristianismo nas instituições de seu país, apresentada como uma dificuldade para a liberdade das massas, para a formação de uma política alternativa e para a constituição de um Estado leigo de caráter nacional-popular.

No relatório da Comissão da Verdade⁴⁵, publicado em 2014, constam as tensões entre as alas conservadora e progressista da Igreja, demonstrando projetos ideológicos diferentes.

O golpe militar de 1964 correspondeu aos desejos de um grupo numeroso da hierarquia e do clero católicos. Liderados pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, os setores conservadores apoiaram a deposição do presidente João Goulart certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a ordem moral no país. Também temiam o avanço das ideias progressistas, emanadas do concílio Vaticano II e orientadas, no Brasil, pelo arcebispo de São Paulo, Carlos Carmello Motta, pelo bispo auxiliar do Rio de Janeiro, dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora. Ideias que exprimiam a crença em uma vivência evangélica que só se completaria pela luta por uma ordem social mais justa, contra a degradação da condição humana (Relatório da Comissão da Verdade, 2014, p. 384).

⁴⁵ Em dezembro de 2009, por ocasião da 11a Conferência Nacional de Direitos Humanos, reuniram-se em Brasília cerca de 1.200 delegados de conferências estaduais, convocadas pela Secretaria de Direitos Humanos na gestão do ministro Paulo de Tarso Vannuchi, para revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A conferência recomendou a criação da Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Aprovado nessa ocasião, o 3o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) representou mais um passo no processo histórico de consolidação das orientações de promoção dos direitos humanos marcado pelo PNDH I, de 1996, com ênfase na garantia dos direitos civis e políticos, e pelo PNDH II, de 2002, que ampliou o debate ao incorporar os direitos econômicos, sociais e culturais. Reações na sociedade e no âmbito do próprio governo federal conduziram à revisão do PNDH-3 nos temas que provocaram maior tensão, inclusive algumas diretrizes do eixo orientador “Direito à memória e à verdade”.¹ Ao assinar a apresentação do programa, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerou a relevância da criação de uma comissão da verdade, na medida em que apenas “conhecendo inteiramente tudo o que se passou naquela fase lamentável de nossa vida republicana o Brasil construirá dispositivos seguros e um amplo compromisso consensual – entre todos os brasileiros – para que tais violações não se repitam nunca mais

Gramsci (1972, p. 495) ressalta que a religião para implantar o seu domínio, explora a carência humana e planta a passividade de seus membros, enquanto o socialismo objetiva “*fortalecer as reivindicações populares com a luta e a organização política que promovem o protagonismo e o autogoverno dos seus associados*”. Semeraro (2017, p. 89) aponta nas análises de Gramsci, que a religião passa a ser reconsiderada devido às atividades dos “*crístãos modernistas*” e o reformismo do Partido Popular Italiano (PPI), criado pelo padre Luigi Sturzo em 1919. O partido foi formado pela mediação entre a ala conservadora e progressista. O objetivo da agremiação eram as massas camponesas e apresentava elementos que podiam desencadear uma “*explosão irresistível da Reforma italiana*”. Entretanto, devido ao abandono do Vaticano que se aliou ao fascismo e de contradições internas, o partido acabou em 1926. O reconhecimento do cristianismo como fermentação nas camadas populares foi feito por Gramsci (1975, p. 60), a partir dos escritos de Engels (1969), ressaltando seu papel na formação das camadas populares.

Capazes de enfrentar a clandestinidade e a perseguição, um extraordinário projeto de destruição e criação histórica, uma revolução na plenitude do seu desenvolvimento que, com a sua expansão molecular e a capacidade organizativa das energias populares em torno de uma vontade coletiva, conseguiu realizar uma autêntica reforma intelectual e moral e a criação de um novo e original sistema de relações morais, jurídicas, filosóficas e artísticas (GRAMSCI, 1975, p. 60).

A resoluta indissociação entre cristianismo e marxismo para Gramsci (1975, p. 495) não pode se tornar um obstáculo e nem motivo de divisão na classe operária, haja vista sua análise sobre a mística de Carlos Péguy que conjuga socialismo e cristianismo. A unidade da classe operária deve ser estrategicamente em relação ao respeito das crenças pessoais para que o Estado operário possa solicitar aos proletários cristãos a lealdade que todo Estado demanda de seus cidadãos. Semeraro (2017, p. 95) aponta que na abordagem de Gramsci, os aspectos históricos, políticos e culturais evidenciam que toda religião é “*uma multiplicidade de religiões*”. No interior da instituição, existe a disputa por hegemonia, pois existe o catolicismo dos camponeses, o catolicismo dos pequenos burgueses e operários da cidade, o catolicismo das mulheres e o catolicismo

também variado dos intelectuais. Abaixo mencionamos o depoimento de uma de nossas entrevistadas militantes do movimento cristão de Fé e Política:

Quando nós lançamos o nosso candidato, nós éramos incentivados pelos documentos da Igreja, não só da CNBB. Quando saí de candidato, participei direto numa eleição, nós éramos muito mal vistos na Igreja, já éramos marginalizados naturalmente. Isso é muito forte. Então baseado nessa experiência, eu comecei a organizar a pastoral, o movimento de fé e política aqui na arquidiocese para que pudéssemos discutir a causa da criminalização da política (trecho da entrevista de Elison Santana realizada em 10/10/2018).

De acordo com Semeraro (2017, p. 99) é importante o reconhecimento do potencial revolucionário no “*cristianismo popular*”. Pois, em determinadas circunstâncias a religião pode se tornar uma “*formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada*”, capaz de transformar “a vontade real em um ato de fé”, de expressar a revolta das classes.

Segundo Gramsci (1975) a filosofia da práxis é o ápice de todo movimento de reforma intelectual e moral, que tensiona a alta cultura e a cultura popular. O método de Gramsci foi uma das principais referências para o educador Paulo Freire na “*pedagogia do oprimido*” e na educação popular, utilizadas na composição do trabalho da esquerda católica com os movimentos populares, nas décadas de 1970 e 1980 e continua atual até então, quando as raízes e o controle popular são resgatados nas próprias políticas de produção e reprodução dos camponeses marginalizados da política agrícola de exportação. Para Semeraro (2017, p. 100) a relação entre fé e política empreendida pelos cristãos na América Latina, no envolvimento com as classes populares, teve Antônio Gramsci como referência, através da categoria “*oprimido*”. As orientações gramscianas se referem também às complexas sociedades, sendo a organização política e um projeto nacional, capazes de aglutinar os subalternos em torno da construção da hegemonia e da criação de um Estado de caráter democrático-popular. Como se observa no seguinte depoimento de nossa entrevistada, Paulo Freire aparece em sua formação militante, como cristã :

Minha militância começou como comunicadora popular. Naquela época nos chamavam na catequese de Renovada, numa perspectiva de uma educação libertadora, baseada em Paulo Freire.

Começamos a fundar pequenas CEBs nos vários bairros da cidade (trecho da entrevista de Tatiana Tadeu realizada em 05/10/2018).

Löwy (1991, p. 95) ressalta que em alinhamento com a filosofia da práxis, o grande “*movimento de libertação latino-americano*”, impulsionado também pelo engajamento de religiosos, visa derrubar o sistema mundo estruturado sobre o capitalismo. O conjunto das informações obtidas sobre os quadros formados a partir das atividades sociopolíticas dos movimentos populares, nos leva a entender seu lugar de opressão e antagonismo na sociedade de classe, além de entender e identificar quem são seus verdadeiros aliados.

O MNFeP consiste em mais um organismo que irá compor a hegemonia das esquerdas no país, alimentada entre outras forças, pela teologia da libertação no trabalho dos intelectuais cristãos. Dois entrevistados narram a emergência do MNFeP e a articulação dos intelectuais cristãos:

Foi uma experiência, o movimento de fé e política foi criado em 1989, num encontro que aconteceu aqui em Itatiaia, com a presença do Dom Waldyr e ele deu todo apoio a esse movimento. A nível nacional, foi um encontro articulado com outras pessoas até para fortalecer os partidos de esquerda com um trabalho de concentração da Igreja (trecho da entrevista de Elisa Santana realizada em 10/10/2018).

O movimento fé e política para mim ele é um espaço para reflexão porque unem dimensões do ser humano. Uma fé que não tem uma dimensão política que é a que ela sempre tem. Quando Bolsonaro chama a Igreja Evangélica, e esta faz um opção, é motivação religiosa (trecho da entrevista de Tatiana Tadeu realizada em 05/10/18).

Paradoxalmente, temos na entrada da década de 1990, a adesão do Brasil ao projeto neoliberal que, com medidas conservadoras, obliterou todo o contexto das forças populares, com a formação de um consenso por tendências e reformas neoliberais ou contrarreformas na crítica de Coutinho (1981), tecida no primeiro capítulo desta tese.

Por outro lado, tem-se a elevação de prefeituras e governos estaduais sob a gestão do PT (como mostramos nos gráficos no terceiro capítulo), onde o movimento cristão fomentou os quadros do partido com intelectuais, que sob a

perspectiva da educação popular, desenvolvida nas bases do movimento popular, alimentou as prefeituras em suas gestões “democrático-populares”. A educação popular no âmbito do PT pode ser vista nos fragmentos das entrevistas abaixo :

Fizemos todo um trabalho de formação sistemático com os educadores populares dentro de uma prefeitura petista, Diadema, que foi a primeira prefeitura com orçamento participativo. Foi um trabalho muito bom do ponto de vista pedagógico e do ponto de vista cidadão e foi dada a possibilidade por causa do PT (Trecho da entrevista de Tatiana Tadeu realizada em 05/10/2018).

Foi em 1986 se não engano, teve um encontro interclesial de CEBs, em Goiânia, e falávamos sobre a educação popular, o final da ditadura, início da redemocratização, início do PT. Estávamos empolgados com isso. Em 86, foi a conquista de uma primeira prefeitura importante pelo PT que foi em Foz de Iguaçu. Em geral, os cristãos entraram com tudo no PT e no trabalho baseado na educação popular (Trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/17).

Neste processo histórico, o partido contou com uma militância de qualidade, voluntária e fortemente referenciada nas lutas populares por acesso aos direitos e à democracia. Segundo um entrevistado o MNFeP: “*articula políticos profissionais que são cristãos e cristãos que atuam politicamente, seja via movimentos sociais, sindicais ou partidários*”⁴⁶, favorecendo a alimentação da fé dos militantes. Para esta especialização da militância, o MNFeP lança mão de uma produção didática, os chamados Cadernos de Fé e Política, tendo como função intelectual fortalecer o PT e o movimentos das esquerda.

Na segunda fase do movimento, a partir da década de 2000, já sob os governos de Lula e Dilma Rousseff, verificou-se a realização de encontros nacionais. De acordo com Pinheiro (2010, p. 129), estes encontros tinham como objetivo “*a socialização do espaço público*”. É sob essa perspectiva que analisaremos a seguir, como se verificou o aparato ideológico, os mecanismos de consenso utilizados para garantir e/ou tensionar a união entre o poder e o povo com a atuação dos intelectuais cristãos nos governos de esquerda, no período entre 2003 e 2016.

⁴⁶ Entrevista dada por Bruno José em 10/10/2019.

4.4 A dialética entre fé e política: contribuição do MNFeP para a construção de hegemonia nos governos PT (2003-2016)

Os encontros nacionais de Fé e Política são realizados em municípios onde a gestão popular foi proposta pelo PT, a partir da eleição de prefeitos. São essenciais por fornecerem a infraestrutura adequada aos encontros de milhares de participantes. A participação dos cristãos na construção do partido, na década de 1980, possibilitou o fortalecimento das gestões públicas sob a perspectiva da educação popular, através do OP-Orçamento Participativo. Para Pinheiro (2010, p. 128) o objetivo do movimento *“é resgatar, fortalecer e dar ênfase à espiritualidade como estratégia política dos cristãos para alimentar as lutas coletivas”*. O território político de reflexão é a América Latina, por sua história de submissão ao projeto imperialista, que nas últimas décadas se reitera com a mundialização do capital, gerando maiores desigualdades, desemprego em massa e precarização das relações de trabalho, reduzindo os direitos sociais e reduzindo as políticas sociais aos extremamente pobres.

O primeiro encontro nacional de Fé e Política foi realizado em Santo André, no ano de 2000, com apoio da prefeitura na gestão de Celso Daniel, do Partido dos Trabalhadores. O encontro teve como tema *“a mística da militância”* e contou com quase dois mil participantes. Desse evento resultou a *“Carta de Santo André”*. Nela os cristãos aparecem como *“os testemunhos, as pistas abertas e os valores aqui reafirmados nos dão razão para continuarmos firmes na luta”*. O apoio ao encontro contou também com a Diocese de Santo André, sindicatos, várias entidades locais e nacionais, bem como, a mobilização das pastorais sociais, CEBs e movimentos sociais. Para Pinheiro (2010, p. 128) os encontros nacionais não têm uma interpretação mais objetiva do que o papel de âncora de militantes de movimentos sociais identificados num cristianismo original, e a América Latina como base material de renovação de um pensamento e uma ação pautada na justiça social. Sobre a participação dos cristãos no orçamento participativo, o entrevistado fala das experiências em prefeituras petistas:

As primeiras experiências de democracia participativa, do orçamento participativo, prefeitura do PT, a prefeitura popular, acho que teve uma participação muito grande, muito boa e que foram governos muito bons (trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/2017).

A participação dos cristãos foi muito positiva para esses governos, eles fizeram muitas coisas boas, não somente os cristãos, mas certamente nós contribuimos muito pois está no nosso DNA, uma confiança na força do povo, na força das bases (Trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/2017).

De acordo com Ribeiro (1996), coordenador do movimento, as experiências de orçamento participativo possibilitaram a valorização contemporânea da escala local da vida coletiva que está associada a uma interpretação política da pedagogia de Paulo Freire. O senso comum ganhou novo lugar, em detrimento de projetos pedagógicos das classes dominantes. Ribeiro ressalta que o teor democrático da nova cultura política possibilitaria a incorporação da experiência social e cultural do povo brasileiro no tratamento da coisa pública. Sobre a vinculação entre os encontros nacionais e o PT, os entrevistados sinalizam :

Não se pensava fazer encontro nacional em algum lugar que não fosse prefeitura do PT. Por conta disso o que já era um mal sinal, porque você fica preso. Mas no caso das prefeituras, pelo menos eram democráticas populares, onde houve o encontro (Trecho da entrevista de Iraci Couto realizada em 12/09/2018).

Os encontros nacionais foram fundamentais, de um lado, porque eles permitiram uma consciência de que não estamos sozinhos, de que tem muita gente querendo fazer, então uma celebração da luta ampliada, teve um papel muito forte em reforçar a luta (Trecho da entrevista de Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

Neste contexto de contradições inerentes à democracia no mundo contemporâneo, surgem tensões e impasses na relação entre o Movimento de fé e política, seus encontros nacionais e o Partido dos Trabalhadores. É preciso salientar que cabe a interpretação destes sujeitos históricos no que Gramsci (2001, p. 105) denomina “*guerra de posição*”. O que consiste no processo de luta por hegemonia. No início da década de 2000, estava em curso a construção de consenso para a formação do bloco histórico que permitiria ao PT, eleger Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, nas eleições gerais de 2002.

Entretanto, o posicionamento político para contemplar outras frações de classe, que não fosse a classe trabalhadora, foi visto já nas eleições gerais de 1989, conforme ressaltou Pomar (1990, p. 42), ao escrever sobre o projeto político da Frente Brasil Popular. A natureza “*nacional-reformista*” que sustentava, até ser “*possível privatizar empresas estatais*” que não se enquadravam na categoria de estratégicas para o desenvolvimento nacional, aferia que os interesses fundamentais de muitas frações burguesas brasileiras e estrangeiras estariam assegurados, caso Lula ganhasse as eleições naquele ano.

O segundo encontro foi realizado em Poços de Caldas, em 2002, ano de eleição de Lula à Presidência da República. O evento abordou o tema “*As razões de nossa esperança*”, contando com a participação de quatro mil pessoas, mas já apresentava críticas das bases do movimento. Lula era vaiado pelos militantes como candidato, pelo fato de ter escolhido o empresário José Alencar como vice-presidente. Abaixo, os entrevistados falam sobre suas críticas ao governo feitas no encontro de Poços de Caldas:

Quando foi em Poços de Caldas, prefeitura do PT, eu lembro que houve neste encontro, críticas ao Lula. Houveram críticas públicas mas era difícil fazer críticas (Trecho da entrevista de Iraci Couto realizada em 12/09/2018).

Pedro, por exemplo, que não é uma pessoa filiada ao PT, ele sempre funcionou como um papel importante de alerta contra esse excesso de petização digamos, do movimento. Essa é uma tensão permanente, mas necessária, porque o movimento tem que guardar a sua distância crítica em relação a qualquer governo. (Trecho da entrevista de Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

Diante da assimilação das pautas burguesas no governo petista de Lula, a mediação entre os cristãos, PT e governo apresentaram conflitos que alteraram o curso das relações na chamada “guerra de posição”, colaborando para as tensões nos quadros das esquerdas. Um dos elementos para pensar essas tensões, se dá pelo fato de muitos intelectuais cristãos terem se tornado dirigentes partidários e/ou dirigentes dos governos de Lula e Dilma Roussef, conforme se verifica no trecho de entrevista abaixo:

Na medida em que você cria um movimento de fé e política e os militantes vão se transformando em candidatos, em dirigentes

partidários, ou até em dirigentes de governo, essa tensão é inevitável. Porque eu era secretário, chefe de gabinete do presidente Lula, estou defendendo o governo, aí meus companheiros de fé e política falam: esse governo Lula tem corrupção! Lula não está fazendo as reformas que tinha que fazer, é natural que você fique meio desconfortável, e há o risco de você querer cooptar o movimento, de você querer amansar o movimento. Eu me afastei da direção do movimento quando eu fui para o governo, porque não dá, não é porque eu tenho que me afastar do movimento, eu tenho que me afastar da coordenação, porque eu vou naturalmente contaminar o movimento (Trecho da entrevista de Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

Os encontros seguintes ocorreriam no período de governos do PT, na Presidência da República. O encontro de 2004, em Londrina, segundo Pinheiro (2010) revela uma divisão de sua plenária em relação ao governo Lula, marcada por reações aos discursos de justificação dos limites apresentados pelos militantes do movimento que estavam no governo. O PT era conhecido por sua ética na política, na década de 1980, sendo então confrontado pelos militantes dos movimentos sociais, engajados na militância cristã, já que a principal característica do MNFeP desde sua emergência em 1989, é a questão da ética na política. Sobre as críticas ao PT e ao governo Lula, o entrevistado assinala :

Era difícil fazer críticas ao governo. Nos encontros, fazia-se de vez em quando, um dos participantes do encontro nacional mais ousados faziam as críticas que deveriam ser feitas. Mas não era fácil porque não desgarravam, não soltavam o partido, não soltavam na Coordenação Nacional de fé e política. Você é do governo, você podia dizer: olha, eu sou do governo e estou comprometido. É melhor não ficar não, mas participavam para controlar, para evitar que o movimento de fé e política chamasse muita crítica ao governo (trecho da entrevista de Iraci Couto realizada em 12/09/2018).

As críticas ao PT e seus governos, entre outros partidos de esquerda no Brasil, foram sendo construídas nos encontros nacionais, a medida que os intelectuais cristãos foram entendendo o posicionamento do partido quando no poder, que contemplava a burguesia nacional e estrangeira. O tensionamento se deu de tal modo que gerou o pedido de demissão do Secretário Especial do governo Lula para a mobilização da sociedade civil, Frei Betto. Intelectual cristão, militante engajado no MNFeP, o frei dominicano, um dos fundadores das CEBs que exerceu

o cargo de janeiro de 2003 e dezembro de 2004. Sua atuação era cuidar da mobilização da sociedade civil no Programa Fome Zero e favorecer a relação do Planalto com os movimentos sociais. Observa uma entrevistada:

O livro do Frei Betto deixa claro, o que ele deixou foi muito mais a experiência própria dele. Percebia que o governo não estava a fim de apoiar, ele demorou quase um ano para conseguir que o governo pagasse o salário desta equipe. Durante seis meses o salário da equipe eram pagos por gambiarras, ele conseguia apoio de empresários e ele encontrava semanalmente o Lula. Eles trocaram um projeto de nação para o projeto de poder, daí para frente em torno disso, o que faço toda hora, na análise de conjuntura é que no PT tem muita gente, militantes sérios de esquerda, mas da direção do partido não se pode esperar muito. Esperar que o PT vai voltar a ser um partido de grande luta de transformação, isso os militantes eu não sei, mas quando teve o impeachment da Dilma, que saiu do governo, o PT saiu, aí o PT voltou a ser de luta, dos movimentos sociais, devagar (Trecho da entrevista de Iraci Couto realizada em 12/09/2018).

Os rumos tomados pelo grupo dirigente do PT, em alinhamento às medidas do governo Lula, levaram a cisões internas e até mesmo, a expulsão e saída de militantes que tiveram grande participação nas eleições. As transformações do PT, derivadas de um processo de burocratização de disputa interna, fizeram com que um grupo de 400 militantes à esquerda, encabeçado por Ivan Valente, Plínio de Arruda Sampaio e Chico Alencar, anunciassem uma ruptura com o governo Lula e migrassem para o recém-fundado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em coerência com suas trajetórias combativas. A nota assinada por Plínio de Arruda Sampaio e Ivan Valente mostra que o PT havia esgotado “*seu papel como instrumento de transformação da realidade brasileira*”. Sobre a exclusão de militantes do PT, um entrevistado assinala :

O Chico Alencar tinha acabado de ser eleito, em outubro de 2002, no primeiro mandato de deputado federal não se posicionou contra as reformas do PT que estava querendo aprovar, como a Reforma da Previdência. O fato é que nesse primeiro ano já a gente foi se distanciando, no final de 2003, Carlos Nelson Coutinho saiu do PT, Chico de Oliveira sai do PT também. Pensei que estava em outra direção e eu vou começar a fazer artigos críticos ao governo Lula nesse primeiro ano, então final de 2003/2004. Cada ano saiu um, dois artigos da análise de conjuntura mostrando que o governo Lula estava seguindo um caminho diferente, que não era o que nós esperávamos pois seguiu a política econômica do FHC.

No Encontro de Fé e Política que ocorreu em Nova Iguaçu-RJ, em 2007, a conferência de abertura foi realizada pelo líder nacional do MST, João Pedro Stédille e teve a presença das bases militantes do mesmo. De acordo com Pinheiro (2010, p. 129) a abertura foi uma análise histórica da América Latina, onde segundo Stédille, se destacavam dois projetos de sociedade em disputa – o projeto capitalista e o projeto da classe trabalhadora, contendo três blocos: os governos de esquerda, com pretensões populares e que aderiram a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América — Tratado de Comércio dos Povos (ALBA), como Cuba, Venezuela e Bolívia; os governos que foram eleitos para lutar contra o neoliberalismo, mas não tiveram força, são o Brasil, Argentina e Paraguai; e governos que o povo ainda não conseguiu derrotar, como o México, Chile e Peru. A alternativa apresentada pelo líder do MST para transformar a conjuntura, foi a participação dos movimentos populares.

Segundo Engelmann & Duran (2012, p. 57) a defesa da Reforma Agrária é retomada pelo PT após a ditadura militar e perpassa as campanhas presidenciais de 1989 a 2002. No programa eleitoral de 1989 a Reforma Agrária foi considerada fundamental para eliminar a concentração da riqueza e promover o desenvolvimento da agricultura e da economia. Silva (2012, p. 89) aponta que nos Cadernos de Formação do MST de 1998, se mantém a crença na eleição de Lula como meio para realizar a Reforma Agrária. Esta se realizaria a partir de dois elementos: um amplo movimento popular organizado e a ação do Estado Democrático e Popular. Entretanto, o que se viu foram transformações do programa agrário de 1989 para o de 2002, o que se tornou ainda mais complexo, no início do segundo mandato de Lula, em 2007. Contudo, a eleição de Lula e a formulação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) estimulou a noção de que esse seria “*um governo em disputa*”, que não poderia ser tratado como inimigo. Posteriormente, viu-se um abandono do Governo Lula em relação ao II PNRA, que tinha como meta o assentamento de um milhão de famílias. A reforma agrária foi deixada de lado junto com a histórica promessa de Lula de fazer a reforma agrária, agora em favor do agronegócio como setor importante da economia exportadora. Betto (2006, p. 204) sinaliza que o “*principal erro do PT no governo*” foi abandonar a rede de apoio dos

movimentos populares, sua base de sustentação e legitimação. Sobre o distanciamento do PT com suas bases sociais, o entrevistado abaixo alertou:

Queria destacar que só de pensar a existência do PT do jeito que ele é se não fosse a fortíssima contribuição dos movimentos de igreja, a cultura das CEBs, a cultura da pastoral social, dessa Igreja Progressista, ela permeou, ela contaminou no melhor sentido da palavra, a cultural inicial do PT, e justamente essa cultura que foi perdendo terreno para uma cultural institucional, da burocracia. Primeiro, porque você vai substituindo a militância pelo dinheiro, nós nos orgulhávamos porque não pagávamos militante para sacudir bandeira, passamos a pagar militante para sacudir bandeira. Você começa a ter tudo mais facilmente, aí fatalmente também, você entra na cultura de misturar o formal com o informal, caixa 1 e caixa 2 (trecho da entrevista Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

Pinassi (2011, p. 111) aponta que uma das estratégias do governo Lula foi a abertura de linhas crédito e estímulo à formação de cooperativas, por exemplo, condições de competitividade no mercado para os assentamentos já consolidados. Esses benefícios selaram um comprometimento político, que prejudicou a necessária autonomia às estratégias de luta que o MST devia preservar de qualquer maneira. A despolitização dos movimentos sociais durante os governos PT pode ser vista nas entrevistas abaixo:

Eu vou falar uma coisa para você, eu sei que existe uma crítica muito grande, que o PT não politizou suficientemente os movimentos sociais, e na verdade, criou consumidores e não cidadãos (trecho da entrevista de Tatiana Tadeu realizada em 05/10/2018).

O governo Lula começou desarticulando e desmobilizando os movimentos sociais. Quando o Lula viu a possibilidade de ganhar as eleições de 2002, ele declarou: agora, fiquem tranquilos porque eu sou trabalhador, eu fui trabalhador, eu passei fome e sei o que o povo precisa. Ele quis dizer: não precisamos mais de vocês, e ainda levou as lideranças dos movimentos sociais para dentro do governo (Trecho da entrevista de João Cradoso realizada em 03/10/2017).

De acordo com Loureiro (2016, p. 126) é consenso na literatura que os governos Lula e Dilma não fizeram nada de relevante em relação à política agrária implantada, sendo chamada por alguns autores como “contrarreforma agrária”. O legado de movimentos sociais, como o MST é incontestável na democratização da

posse da terra e no fortalecimento da democracia no Brasil, entendida como construção permanente. Diante do conjunto de relações entre o movimento e o PT, sendo a história dos dois sujeitos históricos similares, uma das consequências foi o reforço do pragmatismo de suas ações e a perda da radicalidade do MST.

Mas, de acordo com Loureiro (2016, p. 127) esta perda não pode ser vista como cooptação política dos dirigentes, dos militantes ou da base do movimento. Deve ser parte do entendimento das transformações ligadas às mudanças estruturais que ocorreram no Brasil e no mundo, como o esgotamento de um ciclo histórico das esquerdas e o desenvolvimento do capitalismo no campo, levado ao limite nos últimos quinze anos com a hegemonia do agronegócio, na disputa de terras improdutivas dos latifúndios, antes destinadas à reforma agrária. A política de acordos e alianças com frações das burguesias nacional e internacional, provocou um distanciamento entre o governo e suas bases populares. Abaixo a apreciação de um militante do MNFeP, em entrevista.

O pecado do PT em todo este período, acredito que na maioria dos municípios, porque a grandeza do PT é que suas propostas, seus projetos vem da classe operária, dos movimentos sociais. O PT se sustentava aí. Houve uma falha que tem haver com a militância. Foram para lá e deixaram as bases fora. E não pode ser assim. O poder é terrível. O poder do capital é perverso, ele não leva em consideração o ser humano, mas sempre o lucro, o capital. Então hoje, o PT sofre estas consequências da ausência da discussão com sua militância (trecho da entrevista de Elison Santana realizada em 10/10/2018).

Oliveira (2010, p. 32) que com o PT no poder, as necessidades do capital em sua crise estrutural foram atendidas, “democraticamente”, enquanto se processava o desmonte de cada uma das conquistas históricas da classe trabalhadora. De acordo com o autor, as políticas sociais que compuseram a chamada “*hegemonia da pequena política*” tiveram caráter efêmero e assistencialista, dedicado aos desempregados que o governo ajudou a criar. No comando do Estado, os governos Lula e Dilma Rousseff foram o vetor político a oferecer tanto os alicerces propícios “*à criação das carências formadoras de seu próprio público quanto os placebos requeridos para sua reprodução*”, despolitizando a questão da pobreza e da desigualdade social no país.

A concentração do capital cresceu nos últimos anos, de forma atrelada à mecanismos de coerção, através do uso da polícia, produzindo simultaneamente, o crescente empobrecimento da classe trabalhadora em âmbito mundial. Como observa nosso entrevistado:

O Lula disse: eu resolvo os problemas sociais. Fez muita coisa boa. Bolsa Família, o mais importante, eu lembro disso daí porque fiz um desafio ao Mário Miranda Mário, eu duvido que o Lula não desvincule o salário mínimo do piso da Previdência. Ele disse, esse é o ponto de honra. E de fato, nem Lula, nem Dilma fizeram aumento real do salário mínimo e isso valeu para a Previdência, isso vale muito mais do que outra política social (trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/2017).

As políticas sociais nos governos Lula e Dilma foram importantes na construção de consenso nas bases populares mais pobres. De certo, os programas como Bolsa Família, criaram mecanismos importantes na erradicação da fome, mas inevitavelmente, se verificou a despolitização de setores importantes da sociedade civil, que poderiam compor uma análise mais crítica dos governos de esquerda no Brasil e alimentar as lutas sociais.

Silva (2012, p. 210) aponta que atualmente se verifica um “*processo de desmonte das políticas sociais destinadas à reprodução social dos subalternizados ao capital*”, capitalizando parte do fundo público para o capital portador de juros. Nessa perspectiva, os programas de transferência de renda se reduzem à focalização de políticas sociais, em detrimento das conquistas de universalização duramente alcançadas pela classe trabalhadora. Como refletia Ivo Poletto, um dos fundadores da CPT Nacional, em 2005 :

É política correta da continuidade aos programas sociais do governo anterior e, a partir da prática, corrigir, reorientar, modificar. É, portanto, o que se espera de um governo eleito para mudar os rumos da política tradicional. Por isso, a unificação dos programas de transferência de renda era uma expectativa geral, dentro e fora do governo. Todos sentiam que isso era necessário. Agora, que isso desse num programa Bolsa Família autônomo, sem vinculação com o Ministério responsável pelo programa Fome Zero, prioridade maior, é provável que só fosse desejada por seus formuladores. A impressão geral foi a de que, com um Bolsa Família desvinculado e sem compromissos com as políticas geradoras de transformações socioeconômicas, o governo passaria a desenvolver o tipo de

transferência de renda desejado pelo FMI e pelo Banco Mundial (POLETTTO, 2005, p. 69).

O Programa Fome Zero que tinha uma perspectiva universalista, a partir da mediação de intelectuais cristãos, como Frei Betto e Selvino Heck, com as bases populares, se transformou em mercadoria num largo processo de mercantilização e financeirização. A focalização das políticas sociais se deu por meio de recursos muito baixos e condicionalidades para a manutenção dos benefícios, além de serem operacionalizadas com recursos monetários, administrados por grandes instituições bancário-financeiras. Essa matéria é refletida através da entrevista abaixo descrita:

O projeto Fome Zero era realmente um programa estruturado, articulado com reforma agrária, articulada com produção de alimentos, articulado com merenda escolar, articulado com mobilização da sociedade civil, daí o convite ao Betto. Vamos organizar a sociedade civil para gerar, gerir o Fome Zero e, virou um programa de distribuição de dinheiro e de alimentos, tipo Bolsa Família. Não pode dizer que não foi bem feito, mas foi e é um programa assistencial, não foi um programa de combate à pobreza (trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/2017).

A pobreza tem um lugar importante neste processo, pois devido ao grande empobrecimento da classe trabalhadora visto em todo mundo, cuja causa é a reorganização do capital, as classes dominantes buscaram uma maneira focalizada e segmentada para responder às expressões da questão social, entretanto essa ação se dá a uma parcela específica dos trabalhadores, os mais pobres. O discurso em torno da pobreza encobre a abertura de novos e lucrativos mercados de investimentos para o capital privado, tendo em consequência, a destruição do serviço público. A transferência de renda se tornou na lógica do capital, o repasse monetário, único recurso para o enfrentamento da questão social pelas massas populares, que se encontram em situação de extrema pobreza e indignação, na própria prerrogativa dos organismos internacionais. Uma crítica a esse quadro de análise aparece numa entrevista com dados específicos da visão da CNBB, a cerca do combate do governo à pobreza:

Estávamos numa mesma reunião da CNBB e agradei ao Dom Mauro Morelli por sua presença nesse programa que combate a pobreza. Ele disse: eu não posso combater a pobreza porque eu sigo uma igreja na qual o fundador disse 'bem aventurados os pobres'. Quem combate a pobreza é o Banco Mundial, quer que todo mundo seja rico, eu combato a fome e a miséria. Achei genial essa colocação que ele fez. Nós temos que nos acostumar a viver uma vida de pobre, simples, modesta. Eu sei que vivo com muito mais luxo aqui do que necessário, se houvesse distribuição equitativa de renda, eu viveria com menos, mas viveria dignamente (trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/2017).

A pobreza e a fome são fruto da lei geral de acumulação capitalista e tem alcançado níveis alarmantes em toda América Latina, entretanto, há um consenso em torno desta categoria. Fontes (2010, p. 67) chama-a de “*pobretologia*”. Para esta autora, procura-se abafar qualquer reflexão (inclusive estatística) em termos de classes sociais e apagar a evidência das formas da produção reiterada e intensificada das desigualdades sociais.

De acordo com Fontes (2010), há outros elementos que explicam o fenômeno na política. O fetiche em torno das políticas sociais reduziu a democracia quase totalmente, ao momento jurídico-eleitoral, separando o bem coletivo da percepção democrática. Os governos Lula e Dilma reduziram as lutas sociais ao aparato estatal, de modo a diminuir a capacidade autônoma de organização dos trabalhadores, chegando a deturpar a própria percepção da configuração de uma classe trabalhadora, sempre mais extensa, desigual, porém intimamente associada, em escala internacional. As expropriações secundárias, em especial as que eliminavam direitos contratuais dos trabalhadores (terceirizações e precarizações), agiram na base material da reprodução da vida cotidiana, diluindo a compreensão do processo de naturalização da urgência, vista como emergência de novos “pobres”. Segundo Braga (2016, p. 75) na última década foi construída a imagem de que “a proteção social do trabalhador” estaria avançando, porém, o que houve foi uma mercantilização do trabalho na base do modelo de desenvolvimento brasileiro. O governo Dilma Rousseff conduziu a política econômica ditada pelo grande capital, produzindo graves insatisfações nos movimentos sociais e na classe trabalhadora. As medidas do ajuste fiscal produziram grandes modificações na estrutura de classes, reiterada pelos efeitos da crise econômica internacional.

No extrato abaixo de entrevista, um dos intelectuais cristãos observa como se dava o sentimento de transição da política de governo entre os dois sucessivos eleitos presidentes da República.

Não vamos fazer visita a Dilma Rousseff, não é nossa presidente, eu votei nela no segundo turno, mas sabia. Ela não é minha candidata, eu não tenho o que conversar com ela, mas o resto da turma foi. Conversou e ela recebeu muito bem, conversou muito bem. Mas, para que? Ela já sabia onde que tinha que ir, não estava esperando que nós a ajudássemos. O Lula, eu não sei se sabia ou não. Mas pelo menos ele dava esta impressão de querer conversar. Eu estava na CNBB e queria fazer análise de conjuntura. Então eu ligava para o articulador com a sociedade civil do governo e dizia que precisava conversar, pois irei falar mal do governo. A gente discutia, tinha essa interlocução. Já no governo Dilma não havia (trecho da entrevista de João Cardoso realizada em 03/10/2017).

As tensões entre o MNFeP e o governo Dilma, se deram principalmente, pela guinada acentuada de sua política neoliberal, no segundo governo que marcou a transição do modelo de desenvolvimento brasileiro. Singer (2013, p. 89) aponta que do “*esboço desenvolvimentista*” passamos às políticas de austeridade fiscal as quais foram desenhadas, em grande medida, pelo setor financeiro, gerando uma nova base de apoio para o governo. As características desta base diferem daquela que deu origem à formação do PT, colaborando, no âmbito maior da proteção social, com a destruição dos avanços obtidos originalmente na Constituição de 1988, como fruto do processo de redemocratização do país.

Coutinho (1984) ressalta que a universalidade da questão democrática deve ser permanente na luta das esquerdas. A visão de democracia pautada na política, mesmo sendo útil à luta da classe trabalhadora por sua organização e em defesa de seus interesses econômicos-corporativos, não deve ser o fim procurado, pois tem seu caráter de dominação burguesa, da fração nacional e internacional.

De fato, consolidou-se nos governos PT a hegemonia neoliberal comandada por frações da burguesia nacional e estrangeira, como o agronegócio, os grandes Bancos e a elite judiciária. Marques e Mendes (2007, p. 168) acrescentam que em nome da estabilidade, do crescimento e do cumprimento dos “*contratos*” com os credores internacionais e nacionais, abandona-se a ideia de universalização das

políticas sociais, adotando antigas formas assistencialistas para os pobres e deixando para os demais (embora não ricos) a “única alternativa”, a que derivava da hegemonia do mercado. A política de acordos não possibilitou à democracia cenário favorável ao desenvolvimento de uma contra-hegemonia de governos do PT, que apontasse na direção do socialismo. Mas esta política revelou-se como o caminho possível para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil e do partido, como seu agente de interesses.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores que encerra os dois governos federais não coaduna com o partido socialista e diferenciado que surgiu na década de 1980. Segundo Lênin (1978, p. 47) o partido define-se como “a organização centralizada dos elementos mais conscientes do proletariado” e se legitima como um instrumento da luta de classes.

O trabalho dos intelectuais cristãos no partido político, ao convocar a militância política dos cristãos, traz para a base as tensões do partido. Diante das escolhas realizadas pelo Partido dos Trabalhadores, o MNFeP sinalizou duas transformações importantes na nova cultura política, ao se deparar com o vazio deixado pelo partido. A primeira delas é a redução da capacidade dos partidos políticos enquanto agentes de transformação. A frustração com a política partidária se deu por não ter conseguido realizar seu objetivo de ser o principal veículo político das classes populares. Não somente o PT, mas outros partidos de esquerda se afastaram dos movimentos populares, provocando a descrença na política, logo, nas esquerdas. Este tensionamento tal como se deu nos quadros das esquerdas, está relacionado com o modelo de desenvolvimento brasileiro. Isto foi percebido pelos intelectuais do MNFeP, no encontro nacional da Paraíba.

Houve tensões graves, houve tensões difíceis e, sobretudo quando chegou o tempo do impeachment, no encontro da Paraíba, de Campina Grande, que se fez uma denúncia forte contra o impeachment. Houve um grupo do movimento que se rebelou porque achou que estávamos identificando demais o movimento com o Lula, com o PT. Nós sempre tentamos fazer do movimento, um movimento não partidário e um movimento não também católico, necessariamente (trecho da entrevista de Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

Oliveira e Toledo (2017, p. 59) ressaltam que o MNFeP precisa retomar a prioridade à conscientização e organização popular, à recusa à manipulação das bases e à afirmação das classes populares como “*principal sujeito da própria história*”, para construção de novos condutos de ação política no Brasil.

Para o entendimento da mediação entre os intelectuais e as massas, se faz necessário demarcar que a trajetória de duas frações da sociedade civil que compuseram a esquerda brasileira. Primeiro é a história de uma classe específica, a pequena-burguesia, de acordo com Gaiger (1987), onde se formaram alguns destes intelectuais. A especializada formação acadêmica em universidades brasileiras e europeias. Em segundo lugar, a trajetória da classe trabalhadora, de onde vieram muitos destes intelectuais, dada o histórico de militância política nos movimentos sociais, como o movimento sindical, associações de bairros e movimentos populares. Como esta fração de classe viveu as mudanças estruturais do capitalismo brasileiro, dada sua face periférica e desigual?

Esses elementos permitem entender em certa medida, o distanciamento das massas populares dos intelectuais e da política partidária, já que a realidade concreta de empobrecimento dos trabalhadores, favoreceu a hegemonia neoliberal, diferente dos pressupostos do trabalho político-pedagógico.

A segunda transformação se refere ao enclausuramento das igrejas, em particular a Igreja Católica, que passa por uma guinada conservadora desde o início da década de 1990. O que provoca reflexos importantes na formação de novos intelectuais, que já sofrem recuo em relação ao pressuposto do que Coutinho (1984, p. 20) denomina como a “*renovação democrática do conjunto da vida nacional*”.

A formação seminarista atual não provoca nos religiosos uma intensa participação política, focando apenas no aspecto subjetivo da fé. O desenvolvimento da “*espiritualidade de luta*”, como ressalta Clodóvis Boff no livro seminal sobre a vocação partidária dos cristãos, do ano de 1987, intitulado “*Cristãos: como fazer política*”, não se reduz à colaboração cotidiana da teologia da libertação com as massas populares. A necessidade de uma maior e mais madura análise das questões que compõem a luta partidária, se faz necessária para uma formação intelectual de qualidade, que garanta uma militância engajada nos movimentos sociais. Sobre os caminhos da militância dos cristãos, um entrevistado assinala abaixo:

A tensão com os próprios caminhos da Igreja. Porque é o seguinte: se é verdade que a direita saiu do armário na sociedade, toda essa direitização, o mundo todo hoje tem um caminho onde o conservadorismo cresceu muito, em todo o mundo e, aqui no Brasil. As eleições demonstram isso, o MBL, tem esses movimentos loucos. Dentro da Igreja também ocorreu isso, o que me preocupa muito. Eu falei a pouco que não dá para entender o PT, a CUT, o MST sem a Igreja. A igreja funcionou como uma espécie de celeiro, criadouro de filhotes que depois iam fazer a militância. Ela não só empurrou o pessoal da Igreja com uma formação religiosa de fé, bíblica e teológica, mas também política dentro da Igreja para militar dentro do partido, até o enquadramento que o Vaticano fez sobre a CNBB, coibindo a teologia da libertação, tirando os bispos (trecho da entrevista de Manoel Santos realizada em 15/12/2018).

A posição da Igreja intitucional em alinhamento com a burguesia não é um fenômeno novo. Gramsci (1979) alertava sobre as razões desta aliança na Itália, no início do século XX. Os motivos continuam atuais, sendo o primeiro de ordem política, que se justifica pelo fato de que a Igreja historicamente, defendeu seus privilégios. A segunda razão se relaciona com a crise do capital que acarretou nas últimas décadas, para a Igreja, a perda significativa de setores da sociedade civil. O avanço do conservadorismo na Igreja abalou, mas não exterminou a realização de sua universalidade, na perspectiva das lutas sociais e “dos povos oprimidos”.

Bispos como Dom Waldyr Calheiros, Pedro Casaldaglia e Dom Luciano são de uma geração que acabou. A CNBB que tem uma direção muito boa, está sob cerco. Qualquer coisa que eles façam indica apoio à esquerda. Então isso implica para o movimento de Fé e Política numa crise grave que é mais complexa e difícil do que a relação com o partido. Nós estamos entrando no tempo onde vai ser preciso ter muito espírito de resistência e de fé para atravessar essa ancoragem (trecho da entrevista de Manoel Santos em 15/12/2018).

Segundo Gramsci (1979, p. 100) a Igreja constitui um dos aparelhos de hegemonia mais eficazes, uma vez que ela conseguiu estabelecer laços sólidos entre os intelectuais e as massas populares. Este vínculo não é óbvio e nem imediato entre os interesses de cada classe e as instituições culturais.

Oliveira (1985) assinala que a Igreja na América Latina se caracteriza por uma presença institucional muito forte dentro da história e da sociedade por sua função social de organização da vida. A mudança de direção se deu com o Concílio

Vaticano II e, com a conferência de Medellín que iniciou o processo de conversão da Instituição em direção ao povo. A constituição de uma força social que abasteceu a nova cultura política no Brasil, nos marcos da autocracia burguesa, sinaliza também como os sujeitos históricos se relacionam em um país de modelo desigual e combinado. A fé na periferia do mundo estabeleceu uma maneira diferenciada de atuação dada à espoliação social, que vem gerando níveis cada vez mais alarmantes de desigualdades sociais.

Nesse contexto de extrema violência do capital para garantir sua reprodução ampliada, verifica-se a crise da hegemonia das esquerdas e seu relacionamento com os movimentos sociais. Martins (1989) assinala que esta crise modifica também a mediação entre movimentos sociais e o Estado. Se durante os governos do PT, os movimentos sociais estiveram atrelados ao Estado, agora partem para um novo momento, dado sua experiência no bloco histórico que garantiu a hegemonia do PT.

De acordo com Martins (1989), à medida que o centro dinâmico do processo político se desloca para a sociedade civil por meio dos movimentos sociais, com o conseqüente questionamento da legitimidade do Estado, as classes subalternas não questionam apenas a exploração e o poder. Com os limites das experiências de governos de esquerda, no Brasil, os movimentos sociais questionam profundamente o conhecimento político que trabalhou no pressuposto da conquista do Estado e conseqüentemente com o pressuposto da validade do ordenamento político existente, no sentido de lugar central do Estado. Como consequência, tem-se a retomada pelos intelectuais cristãos da importância de uma nova ordem política alternativa em gestação, a partir da ação dos movimentos sociais de base. O desafio para estes intelectuais, no plano da produção de conhecimento teórico, consiste em pensar esta nova ordem, sem as teorias de transformação social orientadas pela centralidade no Estado como alvo condutor das intensões e possibilidades da ação política. Essa formulação precisa se dar não tão somente no campo teórico, e sim, na práxis, já que a classe trabalhadora, diante da realidade concreta, de perda de referência nos partidos políticos, certamente está produzindo conhecimento, um novo senso comum.

Reside nestas contradições, inerentes a um país de economia periférica, com projeto de desenvolvimento desigual e combinado como o Brasil, a intencionalidade depositada no partido político ao se perder para o projeto de democracia burguesa. No apresentação do livro intitulado “Que fazer?” de Lênin (1978, p. 13), Florestan

Fernandes problematiza a questão do partido na América Latina, indagando ser este continente “*o paraíso da contra-revolução (da contra-revolução mais elementar e odiosa: a que impede até a implantação de uma democracia burguesa autêntica)*”. Ainda de acordo com Fernandes, os partidos que deveriam ser revolucionários, devotaram-se à causa da consolidação da ordem, na esperança de que, dado o primeiro passo democrático, teríamos uma situação histórica distinta.

As esquerdas e a classe trabalhadora puderam entender, a partir da destituição do PT do poder, as conseqüências da radicalização da democracia burguesa expressa no avanço do ultra-conservadorismo no Brasil. Para Braz (2011, p. 294) na luta ideológica, “*o mundo burguês*” ganha de forma devastadora, junto com seus traços peculiares, o individualismo, a competitividade, a alienação, a aversão às formas coletivas de organização dos homens e uma despolitização colada a ela, a plena mercantilização das relações sociais.

Diante deste contexto paradisíaco para o capital, nos termos de Braz (201, p. 295), “o seu próprio mundo da barbárie, em estágio avançado, o desafio dos intelectuais cristãos é a emergência de novos elementos na cultura popular das classes subalternas em consonância com as lutas sociais contemporâneas. Para este fim, a necessidade de desvinculação destes intelectuais dos partidos políticos, como mediação na formação da militância política. Martins (1989, p. 135) ressalta que um dos fatores de esvaziamento das lutas populares são os intelectuais orgânicos do partido que trabalham em favor das organizações, dos partidos e da conquista do Estado, comprometendo as possibilidades políticas da classe trabalhadora. Para o autor, os intelectuais não conseguiram caminhar na direção da produção de uma teoria da prática atual e real das classes subalternas – prática popular e de base. Para Martins (1989, p.135) “*consequentemente, não dispõem de um projeto político congruente com essa prática nem conseguem propor mediações adequadas a ela*”.

A falta de um projeto político que contemple as reais necessidades da classe trabalhadora promove nos partidos políticos de esquerda, uma ideia de insuficiência políticas dos movimentos sociais e dos grupos não-partidários, como a Igreja e os grupos populares e locais, desencadeando uma ação aparelhista, supondo dar um passo adiante ao desmobilizar os movimentos sociais em nome da organização sindical e da organização partidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho esboçado demonstra a grandeza e também os limites do trabalho dos intelectuais cristãos – militantes engajados nas lutas sociais, no Brasil. Historicamente, o trabalho pastoral de animação da fé e formação política se deu propiciado pela conjuntura de espoliação social da terra, desde a década de 1950, se agravando com o regime militar, onde se espalharam por todo o Brasil as CEBs como forma de resistência e luta, que ancoradas na educação popular, ousaram capacitar as massas populares numa forma pedagógica que as colocassem como *“sujeitos da sua própria história”*.

A escolha do conceito de intelectual orgânico em Gramsci para interpretar a realidade abordada, se deu em vista do compromisso desses cristãos com a classe trabalhadora, o que se tornou um fenômeno histórico. Esta mediação entre povo e intelectuais não deve ser posta de forma idílica, pois há de se considerar seus acertos e também suas tensões e distensões. A escolha pelo *“pobre”*, pelo *“oprimido”* tem uma base concreta, que é a imposição imperialista sobre a América Latina.

Diante dos desafios postos pelo imperialismo liderado pelos Estados Unidos, os agentes religiosos contribuíram para a formação de uma consciência coletiva dos cristãos e sua condição de classe, dependente do trabalho. O processo longo de experiências, segundo tal opção de classe, possibilitou a formação de quadros especializados de militantes para os movimentos sociais e para os partidos de esquerda. O tensionamento da ordem vigente foi o alimento que uniu fé e política num quadro inédito de atuação em organismos da sociedade civil, como a Ação Católica, a Ação Popular (AP), as pastorais sociais, as CEBs e outros, como é o caso do Movimento de Fé e Política nos anos 1990.

O fermento vem do cristianismo primitivo e sua face revolucionária, conforme assinalou Engels (1969) sobre a contribuição dos evangelistas primitivos e de seus

seguidores, como Thomas Müntzer. Neste momento, se soma à dimensão cristã da fé, a utopia de uma sociedade justa e comum a todos.

Ernst Bloch (2005, p. 441) salienta a capacidade do ser humano em acreditar que a humanidade terá um fim de paz e para tal precisa *“reverter todas as condições em que o ser humano é um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível”*. Esta realização humana se dá na concretização histórica da política, quando suprimirmos a hegemonia das classes dominantes, rumo a uma sociedade socialista.

No Brasil, o entrelace destas forças sociais coadunara para a emergência de um partido de trabalhadores e para os trabalhadores, no ano de 1980. A *“utopia do fim da opressão”* se renovava pela via partidária, na democracia representativa, num partido que representasse a classe trabalhadora. O PT era a novidade naquele período, representando a mudança na Nova República. Sob o projeto neoliberal e o impacto das contrarreformas sobre os trabalhadores, surge em 1989, o Movimento Nacional de Fé e Política como resposta política aos impasses criados diante da criminalização das lutas sociais, da crise que se abate sobre o PT, do conservadorismo dentro da Igreja, desconstruindo o trabalho pastoral inspirado na teologia da libertação. Os intelectuais cristãos vão para as prefeituras e governos estaduais, contribuindo para ampliação das experiências participativas do Partido dos Trabalhadores, para o exercício do poder e da administração pública. Somado a isso, vimos o avanço das esquerdas em toda América Latina e especialmente no Brasil, após longas e repetidas eleições gerais, como foram em 1989, 1994 e 1998 para então somente em 2002 se obter a vitória.

Chegou-se a um novo patamar em 2002. Elege-se um trabalhador metalúrgico sindicalista, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que na conquista do Estado, convergiria aos interesses da classe trabalhadora. Os anos de governos de esquerda no Brasil demonstraram não somente que a conquista do Estado não significou a formação de um bloco histórico dirigido pelos trabalhadores, mas também, o nível que a barbárie social pode alcançar, como visto nas eleições gerais de 2018, um candidato de ultra-direita, Jair Bolsonaro do PSL eleito presidente da República. Neste ínterim, os movimentos sociais perderam sua legitimidade e radicalidade, dada sua aliança com o governo, mostrando as fragilidades características das lutas sociais na periferia do mundo.

Muitos intelectuais cristãos ligados ao MNFeP assumiram cargos políticos nos governos Lula e Dilma Rousseff. Sobre essa mediação concreta nos quadros das esquerdas no Brasil, que foi o objeto de pesquisa desta tese, podemos concluir que muitas foram as tensões entre os dois, expressos nos encontros nacionais.

A excessiva ‘*petização*’ do movimento, a dificuldade em fazer críticas aos governos do PT, a saída de intelectuais como Frei Betto e Ivo Poletto do governo, a redução do Programa Fome Zero ao Programa Bolsa Família e o desencantamento pela política, são algumas das consequências do esforço de unidade que a política seguida, tentou no período de hegemonia petista.

Diante do alinhamento à ordem burguesa, do governo e do setor dirigente do PT, a práxis libertadora dos intelectuais cristãos passou por um momento de reflexão crítica, de crise da militância, entretanto seguiu comprometida com as lutas anticapitalistas, coerente com seu caráter histórico e universal. Os próprios intelectuais que entrevistamos durante a pesquisa apontam para uma autocrítica e reforçam a necessidade da retomada do trabalho com as bases, na articulação com os movimentos sociais e com as novas configurações das expressões da questão social, como a extrema pobreza, a depredação da natureza e das florestas em benefício do agronegócio e as consequências do uso desmesurado de veneno na produção de alimentos.

A experiência dos governos de esquerda e os limites das mudanças realizadas reforçaram as convicções de fé nos projetos populares, nas lutas e na resistência contra a classe burguesa no campo e, suas armas genocidas, de militarização dos conflitos, assassinatos constantes de camponeses e naturalização dos pesticidas como instrumento de trabalho e produção de alimentos, independente das ameaças comprovadas à saúde pública. O terror promovido pelo capital no meio rural brasileiro, reforçou a fé e renovou a consciência política dos agentes pastorais e a religiosidade popular dos camponeses, como instrumento de resistência.

Exatamente pela radicalidade que representa o trabalho pastoral da CPT há 45 anos, atual para entender a evolução do modelo dependente e periférico do desenvolvimento brasileiro, é que buscamos nele apontar um dos vetores de persistência e enraizamento popular da teologia da libertação; servindo de direção a uma práxis político-religiosa de convergência e relação profunda entre cristianismo e o marxismo, religião e política. Ao fazer essa digressão sobre as lutas sociais no campo, era necessário situar o ponto de chegada dessa experiência, qual seja, a

referência que tem o meio ambiente como base material para se pensar e instrumentalizar a educação popular, como mecanismo de auto-educação do camponês, de resgate de suas raízes culturais, assim como, de um sistema que ligasse as comunidades tradicionais de excluídos e massacrados, como negros, indígenas, pequenos e expulsos de sua cultura, a terra, para um horizonte de luta e emancipação no campo, mas também na cidade, no país mas também no continente e no mundo. Este paradigma encontrou um instrumento, a Agroecologia, mas também, numa teologia que tem no centro a capacidade de insurgência do homem simples, do pobre marginalizado contra ameaças permanentes de expulsão de uns e envenenamento de outros que resistem na terra, pelo modelo de exploração do agronegócios. Por isso a terra, o meio ambiente passa a representar nos rituais e místicas dos movimentos cristãos, dos quais o MNFeP é uma importante e jovem expressão, um sentido de não propriedade, mas de cultura, de história humana, de memória de uma classe e, portanto, um elemento de socialização e integração fundamental nas lutas sociais. Várias teologias nasceram a partir de tal orientação latino-americana e sem concorrer umas com as outras elas fortalecem e unificam uma multiplicidade de sujeitos apassivados, por uma perspectiva de transformação.

Em síntese, entende-se que há uma fragmentação do ideário socialista nas esquerdas e que o MNFeP seria expressão dela. Ele representaria um novo movimento marcado por características que aprofundam os valores cristãos, pautando-se nas lutas sociais. Sua abertura ao partido, representa uma articulação desde as bases, no espaço das experiências municipais de gestão participativa, seja participando no interior de governos locais, seja articulando os movimentos populares para reivindicar direitos e exercer o controle democrático na municipalidade. Portanto, este movimento não significa uma ruptura com os valores das esquerdas, mas uma sustentação e atualização deles, de forma articulada às lutas sociais e exercendo pressão. Porém, nos limites políticos, tanto para os cristãos que viram na gestão participativa uma forma de garantia de direitos e mesmo, de uma proximidade com o Estado social, como para o Partido, que viu nas bases dos movimentos sociais populares, um diferencial ou identificação, importantes na concorrência com outros partidos.

Contudo, o compromisso com os interesses populares afasta o MNFeP do Partido dos Trabalhadores, ao defender e articular-se com os valores político-religiosos da teologia da libertação e oferecer uma interpretação atual com base nos

interesses dos movimentos sociais não tradicionais, aos quais o partido não tem dado respostas satisfatórias, caso de movimentos indígenas, camponeses, urbanos/Sem Teto, de barragens, ecológicos pela defesa da floresta e diversidade ambiental, pequena agricultura e assentamentos rurais, sem terras, mulher, LGBTI+, negros, favelados, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMIDES, M. B. C. & CABRAL, M. S. R. . *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez editora, 1995.

ANANIAS, P. Mobilizar a sociedade contra a fome. In: *Fome Zero: textos fundamentais*. Org. Frei Betto. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. *Revista Novos estudos*. ed. nº 9. São Paulo, 2011.

ANTUNES, R. A rebeldia do trabalho (o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80). São Paulo/Campinas, Editora Ensaio/Editora da UNICAMP, 1988.

_____. *O novo sindicalismo no Brasil*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Pontes: 1995.

_____. Entrevista ao Jornal da UNICAMP, 2004. http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2004/ju263pag11.html. Acesso em 04/02/2019.

_____. *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula). 1ª ed. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2005.

ARANTES, P. Prefácio. *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Org. Ivana Jinkings, Kim Dória, Murilo Cleto. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

BANDEIRA, M. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BEHRING, Elaine Rossetti. Acumulação Capitalista, Fundo Público e política social. IN: BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine Rossetti, SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos e MIOTO, Regina Célia Tamaso (ORGs.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEOZZO, J. O. *Medellín: seu contexto em 1968 e sua relevância 50 anos depois*. In: *50 anos de Medellín: revisitando os textos, retornando o caminho*. Orgs. Manoel Godoy, Francisco de Aquino Júnior. – São Paulo: Paulinas, 2017.

BETTO, F. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

_____. A fome como questão política. In: *Fome Zero: textos fundamentais*. Org. Frei Betto. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BIANCHI, A. & MUSSI, D. *Gramsci e a Revolução Russa*. Blog Junho, 2017. <http://blogjunho.com.br/gramsci-e-a-revolucao-russa/> Acesso em 19/02/2019.

BLOCH, E. *Thomas Münzer, teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Edições tempo brasileiro, [1963] 1973.

_____. *O Princípio Esperança*. v.1/v.2. Trad. Nélio Schneider/ Werner Fucks. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

BOFF, L. *O caminhar da Igreja com os oprimidos*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980.

_____. *A Fé na periferia do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

_____. *Ecologia, mundialização e espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo, Editora Ática, 1993.

BOITO JR, A. Os atores e o enredo da crise política. In: *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Orgs. Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. I.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

BORGES, J. L. *MST: do produtivismo à agroecologia*. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás, 2010.

BRAGA, R. *Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes*. In: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* Orgs. André Singer e Isabel Loureiro. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório: textos temáticos – vol. II / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

BRAZ, M. *Partido e Revolução – 1848-1989*. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

_____. *O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CALIXTE, A. & FAGNANI, E. *A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014)*. Revista Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 295, maio 2017.

CÂMARA, D. H. *Circulares pós-conciliares: de 25/26 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968* (org. Zildo Rocha, Daniel Sigal), vol. IV, t. II. Recife: CEPE, 2013, circular 427, pp. 223-226.

CARTA DE Princípios do PT (1979).

CARTA AOS BRASILEIROS DO PT (2002).

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. . In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. *Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica*. Universidade e Sociedade, Brasília, n. 60, p. 58-71, jul. 2017.

CAVALCANTE, S. Classe Média, meritocracia e corrupção. In: *Crítica Marxista*, nº 46, Campinas: Unicamp, 2018.

CHESNAIS, F. *Mundialização: o capital financeiro no comando*. Revista Outubro. Ed. Nº 5. 2001.

COSTA, H. O novo sindicalismo e a CUT: entre continuidades e rupturas. In: *Revolução e democracia (1964- ...)*. Orgs: Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTINHO, C. N. *Gramsci*. Fontes do pensamento político; v.2. Porto Alegre: L & PM, 1981.

_____. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

_____. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2.ed.rev.e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

DEL ROIO, M. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo, Ícone Editora, 1998.

DEMIER, F. *Trotsky e os estudos sobre o populismo brasileiro*. Outubro, São Paulo, n. 13, p.59-78, 2007.

DELLA GIUSTINA, E. F. . Sociedade civil em foco: Forma e Conteúdo das organizações civis em Guarapuava (PR). Tese de doutorado em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

DOIMO, A. M. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. RJ: Ed. Relume Dumará, 1995.

DURIGUETTO, M. L.; SILVA, K. N.; SOUZA, A. R. de. *Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política*. Rev. Katálysis Florianópolis. v. 12, n. 1 p. 13-21 jan./jun. 2009.

_____. *Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista*. In: Revista Emancipação, v. 11, n. 2, Ponta Grossa, 2011.

_____. *A questão dos intelectuais em Gramsci*. Serv. Soc.Soc., São Paulo, n. 118, p. 265-293. Abr./jun.2014.

ENGELS, F. *Contribuição à história do Cristianismo Primitivo*. Rio de Janeiro: Editora Laermmet, [1894/95] 1969.

_____. *Ludwig Feurbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Brasília: Editora Iskra centelha cultural, [1886] 2016.

_____. *As guerras camponesas na Alemanha*. Trad. B. A. Montenegro. Rio de Janeiro: Vitória, [1850] 1945 (Coleção Clássicos do Marxismo).

ENGELMANN, S. & DURAN, A. *Questão Agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST*, Revista Eletrônica do CEMOP, nº 02, setembro de 2012.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

_____. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (org). *Vida rural e mudança social*. 3. Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. *A Constituição inacabada: vias históricas e significado*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Autores Associados, 1991. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.43)

_____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* 2. ed. – São Paulo: Globo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. 1997 “*Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século*” em Cadernos do CEAS (Salvador) N° 171.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e luta de classes. In: *Revista Em Pauta*. Faculdade de Serviço Social da UERJ. Número 21. 2008.

_____. *O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GAIGER, L. I. G. *Agentes religiosos e camponenses sem terra no sul do Brasil*. Quadro de interpretação sociológica. 1ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 307p. Título original: *Las venas abiertas de America Latina*. (Coleção Estudos Latinoamericanos, v.12).

GENTIL, D. & HERMANN, J. *A política fiscal do primeiro governo Dilma Rouseff: ortodoxia e retrocesso*. Revista Economia e Sociedade, v. 26, n. 3 (61), p. 793-816, dez. 2017. Campinas, Unicamp. IE. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n3art9>

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 244 p.

_____. *Sotto la Mole (1914-1920)*. Torino: Einaudi, 1972.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Cadernos do cárcere*, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

_____. *Cadernos do cárcere*. V. 1. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Cadernos do cárcere*. V. 3. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

_____. *Cadernos do cárcere*. V. 5. Ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.

GUTIERREZ, G. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008. (Título Original: *A brief history of neoliberalism*, 2005).

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em tempo de capital feitiço: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. *Imperialismo e cultura por Octavio Ianni*. Petrópolis, Vozes, 1976.

_____. *A formação do proletariado rural no Brasil*. Tradução de Geraldo Martins de Azevedo Filho. *Revista Mexicana de Sociologia*, 1971.

_____. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

_____. (Org.). *Marx: sociologia*. SP: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais, 10).

IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. 2. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

_____. O processo de democratização e seus resultados: amenização ou intensificação da luta de classes. In: *Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate*. Org. Mavi Rodrigues e Marcelo Braz. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

JINKINGS, I. O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe. In: *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Org. Ivana Jinkings, Kim Dória, Murilo Cleto. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

KATZ, C. *Socialismo ou Novo-desenvolvimentismo?* In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

KLIASS, P. O início do segundo mandato de Lula e o plano de aceleração do crescimento. *Revista Lusotopie* [Online], XIV(2) | 2007, posto online no dia 25 março 2016, consultado o 20 abril 2019. URL :<http://journals.openedition.org/lusotopie/986>

LAMOSA, R. E LOUREIRO, C. F. *Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 533-554, abr./jun. 2014.

LÊNINE, V.I. Que fazer? In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora brasileira, [1902] 1978.

_____. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. O imperialismo, fase superior do Capitalismo. In: *Obras escolhidas em três tomos*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, [1916] 1979.

_____. O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (volume I). In: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, [1899] 1986.

LESBAUPIN, I. & MINEIRO, A. *O desmonte da Nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LOPES, W. *O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista*. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, vol.18 n.33, p.23-34, jul./dez. 2014.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* Org. André Singer, Isabel Loureiro. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, M. *Marxismo e teologia da libertação*. São Paulo: Cortez/Associados, 1991.

_____. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 12ª ed. São Paulo : Cortez, 1998

_____. *Marx e Engels como sociólogos da religião*. Revista Lua Nova no.43. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000100009>. Acesso em 14/05/2019.

_____. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

_____. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Org. Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. *Lênin: um estudo sobre a unidade de seu pensamento*. Trad. Rubens Enderle. Apresentação e notas Miguel Vedda. – São Paulo: Boitempo, 2012.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia* [tradução de Sérgio Magalhães Santeiro]. 4ª ed. – Rio de Janeiro : Zahar, 1986.

MAQUIAVELLI, N. *O Príncipe*. Ed. Ridendo Castigat Mores. Versão Ebook, 2002. Acesso em 10/03/2019. <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. 6.ed. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

MARQUES, R. & MENDES, A. *Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula*. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007.

MARQUES, M. G. *Em busca da revolução brasileira: Uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

MARTINEZ, P. H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. In: *Marxismo no Brasil*. Orgs. Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

MARTINS, J. S. *Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. *O cativo da Terra*. 4ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARTUSCELLI, D. O PT e o impeachment do Collor. Revista OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.542-568

MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia política. Livro III. O processo global de produção capitalista. Tradução de Reginaldo Santana. 4ª ed. Vol. VI. São Paulo, Difel, [1894] 1982.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão 2.ed. de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed. - São Paulo: Nova Cultural, [1867]1975. Os economistas!

_____. *1818-1883*. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, [1858/1941] 2001.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, [1852] (2011).

MARX, K & ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, [1848] 2019.

MASCARO, A. L. *A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica*. In: Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora. Org. José Paulo Netto. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

MEDEIROS, Leonilde S. de; ESTERCI, Neide (Orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

MENDONÇA, R. & LAMOSA, R. (Org.) *Gramsci e a pesquisa histórica*. 1ª ed. – Curitiba, Appris, 2018.

MESQUIDA, P. *Paulo Freire e Antonio Gramsci: a filosofia da práxis na ação pedagógica e na educação de educadores*. Revista HISTEDBR On-Line, 11(43), 32-41. Campinas, Unicamp, 2011.

MESQUITA, A. A. & FREITAS, R. C. S. *Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão*. Revista O Social em Questão - Ano XVII - nº 30 – PUC – RIO, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Orgs. Maria Cecília de Souza Minayo; Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOREIRA, A. S. *O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*. Trad: Nélío Schneider. – Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

MOTTA, R. P. S. O MDB e as esquerdas. In: *Revolução e democracia (1964-...)*. Orgs. Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

NEVES, A. V. *Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular. A experiência do orçamento participativo da cidade de Barra Mansa*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP – Campinas, 2006.

NOGUEIRA, M. A. *Opinião: Terceira Via - A social-democracia e o PT*. Teoria e Debate nº 12 - outubro/novembro/dezembro de 1990. Publicado online em 10/04/2006. Acesso em 23/04/2019.

_____. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 52, jun/2003.

OLIVEIRA, P. TOLEDO, T. *O Movimento Nacional de Fé e Política*. Curso de Verão XXXI: ética e participação popular na política: a serviço do bem comum. Org. José Oscar Beozzo, Cecília Bernadete. São Paulo, Paulus, 2017.

OLIVEIRA, P. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de, BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEDROSA, Mário [M. Camboa]; XAVIER, Lívio [L. Lyon]. [1931] Esboço de uma análise econômica e social do Brasil. *A Luta de Classe*, nº 6, fev./mar. 1931. *La Lutte de Classes*, nº 28/29, fev./mar. 1931. (Republicado em: KAREPOVS, Dainis; ABRAMO, Fúlvio. *Na contracorrente da história*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 66-82.).

PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. In: *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.105-120, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011

PINHEIRO, L. F. *Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

POCHMAN, M. *Nova classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLETTI, I. *Brasil: oportunidades perdidas. Meus dois anos no governo Lula*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2005.

POMAR, W. *Quase lá: Lula, o susto das elites*. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1990.

PORTELLI, H. *Gramsci e a questão religiosa*. Trad. Luiz João Galo. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

REIS, D. A. *O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas*. In: *Revolução e democracia (1964- ...)*. org. Jorge Ferreira, Daniel Aerão Reis. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v. 3).

RIBEIRO, A. C. T. *O Poder local e a ampliação da democracia no Brasil*. Org. Ivo Lesbaupin. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

SADER, E. Crise hegemônica na América Latina. In: *Revista Em Pauta*. Nº 19, UERJ: Rio de Janeiro, 2007.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina. In: CASTELO, R. (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2.ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998.

SANCHIS, P. *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. Edições Loyola, São Paulo, 1992.

SANTOS, M. R. B. *Por debaixo da batina: padres e bispos sob a vigilância do DOPS/SP*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

SCHLESENER, A. H. *Hegemonia e cultura: Gramsci*. 3. Ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

SEMERARO, G. *Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina*. Revista O Social em Questão - Ano XX - nº 39 - Set a Dez/2017.

SILVA, A. M. C. *O Estado e o Campo no Brasil (1930-1964): revolução conservadora das Elites e luta pela terra na retaguarda do País*. 2 ed. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2016.

SILVA, G. S. *Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros*. In: *Financeirização, fundo público e política social*. Evilásio Salvador (orgs). – São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Luiz Inácio Lula. *Nem o Partido democrata cristão teve tanto cristão quanto o PT* (entrevista concedida a Frei Betto). In: *Cadernos de Fé e Política* nº 6. Org. Movimento Nacional de Fé e Política. Petrópolis, 1991.

_____. *O necessário, o possível e o impossível* (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Emir Sader (org.). – São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLASCO Brasil 2013.

SILVA, L. H., *Práticas Organizativas do MST e relações de poder em assentamentos/acampamentos do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Ufscar, São Carlos, 2007.

_____. *A Trajetória do MST nos anos 2000: avanços e recuos na luta pela reforma agrária no Brasil*, 2012.

SILVA, Ligia Maria Osório. *Lenin: a questão agrária na Rússia*. _Rev Crítica_Marxista-35, 2012. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo283Artigo%206.Pdf

SILVA. M. O. S. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. *Revista de Políticas Públicas*. V. 8, nº 2. Editora da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2004.

SIMIONATTO, I. Estado e Democracia. In: COSTA, L. C. *Estado e democracia: pluralidade de questões*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008. p. 13-14.

SINGER, A. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. *Revista Novos Estudos*. São Paulo, 2009.

_____. *Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. Dossiê: Mobilizações, protestos e revoluções*. *Revista Novos Estudos* nº 97. São Paulo, novembro de 2013.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 4ª ed. : Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975.

SOUZA, D. C. & TRÓPIA, P. V. O protagonismo metalúrgico no sindicalismo brasileiro. In: *Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo*. Org. Davisson Cangussu de Souza e Patrícia Vieira Trópia – BH, MG: Fino Traço, 2012.

TAVARES, L. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

TROTSKY, L. *A revolução permanente*. Tradução de Hermínio Sacchetta. 1.ed. – São Paulo: Expressão popular, [1930] 1985.

_____. 1879-1940. *A História da revolução russa*; tradução de E. Huggins. 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, [1932] 1977.

VALLE, E. (2004). *A Renovação Carismática Católica: algumas observações*. *Estudos Avançados*, 18(52), 97-107. doi:10.1590/S0103-40142004000300008

WANDERLEY, Luíz Eduardo W. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.

WEBER, M. 1993. "Conferência sobre o socialismo". In: FRIEDMAN, Luis Carlos (org.). *Émile Durkheim, Max Weber. socialismo*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título da pesquisa: A LUTA POR HEGEMONIA ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS GOVERNOS PT: uma análise dos Intelectuais na formação do Movimento Nacional de Fé e Política.

Doutoranda: Camila Faria Pançardes

Orientadora: Lucí Faria Pinheiro

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Formação: _____

Cargo ou atividade que exercia no período estudado:

Histórico de filiação partidária:

Breve trajetória política e profissional:

EIXOS DO ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 – TRAJETÓRIA NA MILITÂNCIA.

1. - Quando começou a militância?
2. – Participação nos quadros de formação da esquerda católica e/ou CEBs?
3. – Militante em algum movimento social?
4. – Participa do PT?
5. - Como o sr. (a) avalia os Governos Lula e Dilma - período da pesquisa?
6. - E atualmente?
7. – Participa do Movimento de Fé e Política?
8. – O que é o Movimento de Fé e Política?
9. – Participou da gênese? Como ele se organiza?

10. Qual a contribuição deste movimento para o enfrentamento da crise dos movimentos sociais?

2 – RELAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA COM O PT.

2.1 – Participou dos Encontros Nacionais?

2.2 – Qual a importância dos Encontros Nacionais?

2.3 – Qual a relação dos Encontros Nacionais com as gestões petistas?

2.4 – Quais as tensões entre o Movimento e o PT?

2.3 – A sua região tem relação com o movimento de Fé e Política?

2.4 – Vocês realizam encontros regionais? Quais as entidades que participam e ajudam?

2.5 – Pode nos indicar outros nomes para serem entrevistados?

2.6 – Qual a relação dos cristãos com o PT Rio?

3 – POLÍTICA SOCIAL/ PROGRAMA FOME ZERO/ PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE FÉ E POLÍTICA.

3.1 – Como avalia o conjunto de estratégias do Programa Fome Zero?

3.2 – Qual a participação do Movimento Nacional de Fé e Política na formulação e implementação?

3.3 – E na sua região, como foi esse processo? Houve a participação dos cristãos?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto:

A LUTA POR HEGEMONIA ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS GOVERNOS PT: uma análise dos Intelectuais na formação do Movimento Nacional de Fé e Política.

Pesquisador Responsável:

Camila Faria Pançardes

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável:

Universidade Federal Fluminense

Telefones para contato do Pesquisador: (24) 992669240

Outras formas de contato com o pesquisador (por exemplo, e.mail):

camifariavr@gmail.com

Nome do participante da pesquisa:

Responsável legal (quando for o caso):

O(A) Sr.(^a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Crise dos Movimentos Sociais no Brasil e a relação com os governos do PT: estudo sobre a participação do Movimento Nacional de Fé e Política na formulação do Programa Fome Zero”, de responsabilidade do pesquisador (a) Camila Faria Pançardes.

O objetivo da pesquisa é analisar como os militantes católicos, ligados ao Movimento Nacional de Fé e Política, avaliam os Governos Lula e Dilma. Diante desse contexto histórico, a investigação propõe aprofundar as relações entre um movimento cristão expressivo de tal conjuntura de crise que representa o ideário neoliberal, a partir dos anos 1990 no Brasil e a ascensão do PT ao poder, na década de 2000. O Programa Fome Zero será o eixo de análise, devido ao inicial posicionamento político e teórico de entender que apesar das contradições que

cercam a formulação dessas políticas nos governos petistas, elas trouxeram ganhos significativos para a sociedade brasileira e principalmente para os trabalhadores que delas precisam. Entretanto, ao olhar para a essência do objeto de pesquisa em curso, observamos que os aparentes ganhos constituem a aparência de um fenômeno mais complexo, pois fazem parte da totalidade da sociedade burguesa com categorias históricas que merecem devida atenção pois podem desvendar elementos importantes sobre esta realidade.

Os procedimentos da entrevista serão a partir de um roteiro de entrevista estruturado em três eixos a saber: 1 – formação da militância, PT e Governos Lula e Dilma; 2 – Movimento Nacional de Fé e Política; 3 – Programa Fome Zero. As entrevistas serão gravadas com a permissão do voluntário e não serão feitas imagens. Os riscos são mínimos pois trata se de entrevistas de no máximo 1 hora e o voluntário fica livre para responder ou não. Os benefícios esperados para o participante da pesquisa e para a comunidade procedem inicialmente do registro histórico da formação da militância de um importante segmento da sociedade civil que contribuiu para construção do Partido dos Trabalhadores. Além da propícia avaliação desse tempo histórico que pode gerar novas estratégias para erradicação das desigualdades sociais. Para sanar dúvidas acerca dos procedimentos e todos os elementos da pesquisa, o voluntário pode entrar em **contato com CEP -UFF no telefone (21) 26299189 ou e-mail: etica@vm.uff.br; O telefone da pesquisadora é (24) 992669240**. A participação é *voluntária* e este consentimento poderá ser retirado a qualquer tempo, sem prejuízos à continuidade da pesquisa (se for o caso) ou qualquer outra penalização. Garantimos a confidencialidade das informações geradas e a privacidade do participante da pesquisa.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) são compostos por pessoas que trabalham para que todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos sejam aprovados de acordo com as normas éticas elaboradas pelo Ministério da Saúde. A avaliação dos CEPs leva em consideração os benefícios e riscos, procurando minimizá-los e busca garantir que os participantes tenham acesso a todos os direitos assegurados pelas agências regulatórias. Assim, os CEPs procuram defender a dignidade e os interesses dos participantes, incentivando sua autonomia e participação voluntária. Procure saber se este projeto foi aprovado pelo CEP desta instituição. Em caso de dúvidas, ou querendo outras informações, entre em contato com o

Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (CEP FM/UFF), por e-mail ou telefone, de segunda à sexta, das 08:00 às 17:00 horas:

E.mail: etica@vm.uff.br

Tel/fax: (21) 26299189

Eu, _____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como participante da pesquisa, do projeto de pesquisa acima descrito.

Niterói, ____ de _____ de _____.

(nome e assinatura do participante ou responsável legal)

(nome e assinatura do responsável por obter o consentimento)